

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS, ECONÔMICAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL
MESTRADO EM POLÍTICA SOCIAL

Os caminhos para uma escolha:
As ambivalências de um projeto de prevenção à violência contra jovens
no município de Porto Alegre

Consuelo da Rosa e Garcia

Pelotas
2012

Consuelo da Rosa e Garcia

Os caminhos para uma escolha:
As ambivalências de um projeto de prevenção à violência contra jovens
no município de Porto Alegre

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Política Social da Universidade Católica de Pelotas como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Política Social.
Orientador: Prof. Dr. Luiz Antônio Bogo Chies

Pelotas
2012

Consuelo da Rosa e Garcia

Os caminhos para uma escolha:
As ambivalências de um projeto de prevenção à violência contra jovens
no município de Porto Alegre

BANCA EXAMINADORA

Presidente e Orientador: Prof. Dr. Luiz Antônio Bogo Chies

1ª Examinadora: Profa. Dra. Beatriz Gershenson Aginsky (PPGSS-PUCRS)

2ª Examinadora: Profa. Dra. Andréa Valente Heidrich (PPGPS-UCPEL/RS)

Pelotas
2012

Dedicatória:

A minha mãe Maria (*in memoriam*) e ao meu pai João, pelo amor incondicional com que me orientaram a incessantemente buscar a construção de uma sociedade mais justa e pacífica a todos.

À minha jovem filha Natália, para que tenha a oportunidade de viver em um mundo de paz.

À Equipe do Núcleo de Ações Preventivas da Guarda Municipal de Porto Alegre, pela exemplar dedicação com que realizam seu trabalho junto às Escolas do município.

A todos aqueles que caminham pela construção de uma Cultura de Paz.

Agradecimentos:

A minha Mãe Maria (*in memoriam*), meu maior exemplo de amor e dedicação ao próximo, que com sua esperança em dias melhores me incentivou a sempre buscar na vida e no exercício de minha profissão a justiça e a paz para todos, porque “[...] nada do que vivemos tem sentido, se não tocarmos o coração das pessoas. Muitas vezes basta ser: colo que acolhe, braço que envolve, palavra que conforta, silêncio que respeita, alegria que contagia, lágrima que corre, olhar que acaricia, desejo que sacia, amor que promove”. (Cora Coralina)

Ao meu Pai João, que com sua encantadora sabedoria e amor está sempre a me confortar em palavras e atitudes, fazendo com que a sua “pequenina do coração” se sinta sempre forte e preparada para os enfrentamentos necessários ao crescimento pessoal e profissional em busca de uma sociedade mais digna. Obrigada por todos os “caros lindos sonhos” que guardaste para mim.

A minha amada Natália, pelo amor e inspiração nossa de cada dia. Companheira inseparável de aventuras, sonhos e realizações, que me faz a todo o momento lembrar o quanto é importante pensar “no mundo que queremos deixar para nossos filhos e os filhos que queremos deixar para o nosso mundo”. Filha, “eu não existo longe de você”. (Claudinho e Bochecha).

Aos meus irmãos, João Carlos, por nunca ter me deixado desistir deste sonho e ao Rodrigo, por todo o carinho e apoio que me fizeram chegar até aqui.

Aos manos, Paulo, Renan e Catheline, pelo carinho com que me têm em suas vidas e a compreensão pelos momentos de ausência.

Ao meu amado Fábio, por seu amor envolto em todo o companheirismo, atenção, dedicação, compreensão e incentivo nos melhores e piores momentos da produção deste trabalho. Que o amor nascido *em tempos de Dissertação*, possa em nossas vidas se perpetuar, sendo sempre, nosso maior companheiro junto aos encantos e desafios do viver: “Ainda bem, que agora encontrei você”. (Marisa Monte)

Aos meus queridos amigos Tetê, Carmo, Eduardo Coutinho, Eduardo Szechir, Leonardo Garcia (Parento), Andressa Marques, Karen Karan, Sandra Weber, Saimon Gozn e Thiago Venâncio, por serem aquelas pessoas iluminadas com que a vida me abençoou, pois amigos também são: *a família que escolhemos*.

A minha querida amiga Carol Jardim por ser uma das grandes incentivadoras da realização deste trabalho pela sua inspiradora trajetória de vida, carinho e admiração recíprocos.

A minha querida amiga Ana Paula Rapetto, por ter acreditado em mim, tantas vezes quanto desacreditei que seria possível. Obrigada por *puxar minhas orelhas* e não me deixar desistir!

A minha amada amiga Caty, por todo carinho acolhedor de uma *mãe* para com *sua filha*. Nossos momentos tem sido *lindos jardins* de trocas de experiências e sonhos onde florescem a cada dia esperança em ações para um mundo repleto de amor, solidariedade, liberdade, dignidade e paz a todos.

Aos demais amigos aqui não nominados, não se sintam preteridos ou desprestigiados neste momento tão importante de minha vida. Agradeço a cada um, pelo toque especial de carinho com que me presentearam em cada momento desta caminhada e espero que entendam que nominá-los aqui seria como *escrever uma nova dissertação*, pelo número de folhas a ser utilizadas para contar nossas histórias.

Ao meu orientador, Luiz Antônio, carinhosamente conhecido como *Chies*, pelos amantes da *boa academia*, por ter sido nesses anos todos que nos conhecemos um grande incentivador de minha trajetória profissional. Obrigada por todos os momentos de convivência, carinho, admiração e incentivo na vida, que resultam não só em uma bela amizade, mas também na ótima parceria dos desafios que nos propomos *Mestrado* a fora.

A minha querida Rosangela Martins, por todo incentivo e apoio dado antes e durante a realização deste trabalho e que sem dúvida nenhuma foram os *empurrões encorajadores* para o crescimento pessoal necessário a concretização de um sonho.

Aos queridos *colegas* da Guarda Municipal, Eliandro, Roben, Régis, Juliano, Emilene, Carmen e Andrea por não medir esforços para que este trabalho pudesse ser realizado. Com certeza um dos maiores achados desta pesquisa foi encontrar pessoas como vocês, comprometidas de fato com a construção de um caminho para a paz. Cada momento *trabalhando* com vocês me deu a certeza de que não estou sozinha nessa trajetória, pois: “O que vocês fazem é uma gota no oceano, mas sem ela o oceano será menor”. (Madre Tereza de Calcutá)

À Direção, Professores e Estudantes das Escolas Municipais pesquisadas por toda atmosfera de receptividade com que se envolveram na realização da pesquisa. Espero com este trabalho retribuir à altura toda a autenticidade de suas percepções, contribuindo para que iniciativas como as do Projeto, possam ser maiores e melhores na comunidade.

As Professoras Ivonete e Márcia Chevarria, pelas amáveis palavras de compreensão e incentivo que acompanharam suas atividades nos ajustes finais realizado neste trabalho.

Aos Professores e colegas do Mestrado em Política Social da Universidade Católica de Pelotas – UCPEL -, e do Mestrado em Serviço Social da Pontifícia

Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, pelas riquíssimas trocas de experiências que nos acompanharão, com certeza, em nossas trajetórias sociais.

As Professoras Andrea Heidrich e Beatriz Aginsky, por aceitar o convite para fazer parte de minha banca, circunstância que me deixa muito honrada, por toda riqueza que essa troca de experiências representa em minha vida.

A Cristiane Chim e demais funcionários da Biblioteca da Universidade Católica de Pelotas – UCPEL –, por todo auxílio na busca e empréstimo de livros, sempre envoltos de uma atmosfera solidária e alegre. Vou sentir saudade de nossas *pequenas grandes conversas* na Biblioteca!

A querida Juliana, secretária do PPGSS – PUCRS, pelo carinho e dedicação com que sempre me auxiliou e a minha querida Lucimar, secretária do PPGPS/UCPEL que não mediu esforços para me ajudar nessa *pequena longa* caminhada. Acho que todo PPG merece uma funcionária exemplar como você.

“ Se eu pudesse deixar algum presente a vocês, deixaria acesso ao sentimento de amar a vida dos seres humanos.

A consciência de aprender tudo o que foi ensinado pelo tempo a fora...

Lembraria os erros que foram cometidos, para que não mais se repetissem.

A capacidade de escolher novos rumos.

*Deixaria para vocês, se pudesse, o respeito aquilo, que é indispensável:
Além do pão, o trabalho, além do trabalho, a ação.*

E, quando tudo mais faltasse, um segredo:

“ de buscar no interior de si mesmo a resposta e força para encontrar a saída.” (Mahatma Gandhi).

RESUMO

Este trabalho busca conhecer e analisar o Projeto *Dois caminhos, uma Escolha*, enquanto uma iniciativa de prevenção à violência contra jovens, que vem sendo desenvolvida na cidade de Porto Alegre, a partir da compreensão sobre as percepções e impactos que o mesmo produz em seus destinatários, no intuito de verificar não só os significados que o Projeto possui para aqueles em relação aos quais se destina, mas também, suas perspectivas como uma Política Social destinada à segurança pública no município. Neste sentido foi realizado um estudo de caso em dois estabelecimentos de ensino fundamental onde se buscou a partir da interação com a equipe do Núcleo de Ações Preventivas da Guarda Municipal, Estudantes e Professores, desvelar as dinâmicas de violência (re)produzidas naqueles ambientes comunitários enquanto imersas num contexto social moderno líquido, influenciado por todas as (trans)formações oriundas de nossa contemporaneidade. O fundamento no referencial epistemológico do Paradigma da Complexidade tornou possível a compreensão das motivações à metodologia adotada pelo Projeto e das dinâmicas de violência que se travam nos ambientes sociais estudados, desvelando nas ambivalências daquele, um propósito maior de intimidação às condutas violentas que podem ser praticadas pelos jovens do que pretensões preventivas das hostilidades de que podem estes ser vítimas diante de uma violência estrutural produzida pela própria sociedade imersa num modelo político, econômico, social e cultural excludente. Neste sentido, o estudo realizado traz em si os antagonismos metodológicos e preventivos de um Projeto de prevenção à violência praticada contra os jovens, que encontra no protagonismo da Guarda Municipal, sob a perspectiva do novo paradigma da Política Nacional de Segurança Pública com ênfase no Policiamento comunitário, a possibilidade de ser um, entre tantos outros caminhos necessários de serem percorridos na prevenção da violência que tanto tem vitimado as juventudes em nosso país.

Palavras-chave: Prevenção da violência contra Jovens. Política Social. Complexidade. Segurança Pública.

ABSTRACT

This document intends to understand and analyze the Project *Dois caminhos, uma escolha* (*Two Paths Project, a choice*), as an initiative of prevention to violence against young, that are being developed in Porto Alegre city, from the understanding about the perceptions and impacts that it produces in their recipients, in order to verify not only the meanings that the Project has, but its prospects as a Social Policy aimed to public safety in the city. On this meaning, a case study was performed in two schools where was sought from the interaction with the *Núcleo de Ações Preventivas da Guarda Municipal* (*Preventive Actions Group of Municipal Guard*), Students and Teachers, reveal the dynamics of violence (re) produced in these community environments while immersed in a modern liquid social context, influenced by all the transformations derived from our contemporaneity. The basis in the epistemological Paradigm of Complexity made possible the understanding of the motivations for the methodology adopted by the Project and the dynamics of violence waged in social environments studied, revealing the ambivalences of that, a higher purpose of intimidations to violent behavior that can be practiced by young people than preventive pretensions of hostilities that they be victims before structure violence produced by the society itself immersed in a political, economic, social and cultural exclusionary model. In this way, the study brings the methodological and preventives antagonisms of a Project against the violence against young, that finds in the Municipal Guard, through the perspective of the new paradigm of the National Policy of Public Safety with emphasis on community policing, the possibility of being one among between many other necessary paths to be followed to prevent the violence that has victimized so many youths in our country.

Key Words: Violence prevention against young. Social Policy. Complexity. Public Safety.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

QUADRO 1 -	Distribuição dos sujeitos da pesquisa (categoria jovens) por sexo.....	92
QUADRO 2 -	Distribuição dos sujeitos da pesquisa (categoria jovens) por faixa etária.....	92
QUADRO 3 -	Distribuição dos Sujeitos da Pesquisa (categoria jovens) de acordo com a pessoa da família que residem.....	93
QUADRO 4 -	Distribuição dos sujeitos da pesquisa (categoria jovens) de acordo com a prática de esportes.....	93
QUADRO 5 -	Tipos de Lazer oferecidos pelo bairro ou comunidade de acordo com o declarado pelos sujeitos da pesquisa (categoria jovens).....	94
QUADRO 6 -	Situação das áreas de lazer nos bairros onde residem os sujeitos da pesquisa (categoria jovens).....	95
QUADRO 7 -	Tipos de atividades culturais oferecidas nos bairros ou comunidades onde vivem os sujeitos da pesquisa (categoria jovens).....	95
QUADRO 8 -	Percepções negativas dos jovens quanto ao fato de se encontrarem nesta condição etária.....	97
QUADRO 9 -	Sujeitos da pesquisa (categoria jovens) que declararam votar mesmo que o voto não fosse obrigatório.....	97
QUADRO 10 -	Os dois principais problemas do município de Porto Alegre segundo os sujeitos da pesquisa (categoria jovens).....	98
QUADRO 11 -	Os dois principais problemas do bairro ou comunidade onde residem os sujeitos da pesquisa (categoria jovens).....	99
QUADRO 12 -	Grau de Confiança dos Sujeitos da pesquisa (categoria jovens) na Escola A em relação as Instituições.....	101
QUADRO 13 -	Grau de Confiança dos Sujeitos da pesquisa (categoria jovens) na Escola B em relação as Instituições.....	103
QUADRO 14 -	Percepção dos sujeitos da pesquisa (categoria jovens) quanto a pratica de violência.....	105

QUADRO 15 -	Percepção dos sujeitos da pesquisa (categoria jovens) em relação a vitimização por violência.....	105
QUADRO 16 -	Respostas dos jovens sobre o crime que mais temem ser vítimas.....	107
QUADRO 17 -	Conhecimento dos jovens em relação a realidade mostrada pelo documentário <i>Jovens em Conflito com a Lei</i>	108
QUADRO 18 -	Impacto dos sujeitos da pesquisa (categoria jovens) em relação a realidade apresentada pelo documentário <i>Jovens em Conflito com a Lei</i>	108
QUADRO 19 -	Percepção dos sujeitos da pesquisa (categoria jovens) em relação ao conhecimento sobre as consequências de determinadas condutas, conforme imagens mostradas pelo documentário <i>Jovens em Conflito com a Lei</i> , como meio de prevenir comportamentos violentos e/ou criminosos.....	109
QUADRO 20 -	Sensações que o documentário <i>Jovens em Conflito com a Lei</i> causou nos jovens participantes do Projeto <i>Dois Caminhos, uma Escolha</i>	110
QUADRO 21 -	Quantidade de sujeitos da pesquisa (categoria jovens) que declararam não conhecer o Projeto <i>Dois Caminhos, uma Escolha</i> antes da participação no mesmo.....	111
QUADRO 22 -	Avaliação do Projeto <i>Dois caminhos, uma Escolha</i> pelos sujeitos da pesquisa (categoria jovens) em relação à forma como é trabalhado.....	112
QUADRO 23 -	Sentimentos dos jovens em relação à presença da Guarda Municipal em Sala de Aula na execução do Projeto <i>Dois Caminhos, uma Escolha</i>	113

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CONJUVE – Conselho Nacional de Juventude

CRVV - Centro de Referência às vítimas de violência

DECA – Departamento Estadual da Criança e Adolescente

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

EJA – Educação Jovem adulto

FASC – Fundação se Assistência social e cidadania do município de Porto Alegre

FASE – Fundação de apoio socioeducativo do Estado do Rio Grande do Sul

FEBEM- Fundação Estadual do Bem estar do Menor

MCN – Matriz Curricular Nacional

MJ- Ministério da Justiça

NAP – Núcleo de ações preventivas da Guarda Municipal.

PIAPS - Plano de Integração e Acompanhamento dos programas Sociais de prevenção à violência

PNDH – Plano Nacional de Direitos Humanos

PPA – Plano plurianual

PRONASCI – Programa Nacional de Segurança com Cidadania

RBS TV– Rede Brasil Sul de televisão

SENASP- Secretaria Nacional de Segurança Pública

SMDHSU – Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Segurança Urbana

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	OS CAMINHOS TRILHADOS PELA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA	37
2.1	A LIQUIDEZ COMO PANO DE FUNDO DAS EXPERIÊNCIAS SOCIAIS DOS JOVENS	37
2.2	A <i>PREVENÇÃO</i> COMO UM DOS PONTOS DE CHEGADA E PARTIDA: A FLUIDEZ DA VELHA E INEFICAZ REPRESSÃO COMO ÚNICO PARADIGMA DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA	54
3	OS RISCOS DA RUA: A PERVERSA RELAÇÃO ENTRE JUVENTUDE E VIOLÊNCIA	59
3.1	ADOLESCENTES E JOVENS: <i>JUVENTUDES</i> DO BRASIL	59
3.2	ALGUMAS CONCEPÇÕES DE VIOLÊNCIA: ENTENDENDO OS RISCOS A QUE SE SUJEITAM OU ESTÃO SUJEITOS OS JOVENS	66
3.3	JOVENS COMO SUJEITOS <i>DO</i> RISCO OU <i>AO</i> RISCO: A RUA COMO ESPAÇO DE MAIOR CRIMINALIDADE OU VITIMIZAÇÃO DA JUVENTUDE?	68
4	OS CAMINHOS DA PESQUISA E A PESQUISA DE UM CAMINHO	79
4.1	CONSTRUINDO UMA TRAJETÓRIA DE DESVELAMENTOS: ASPECTOS METODOLÓGICOS	79
4.2	O <i>VELHO</i> E O <i>NOVO</i> COMPÕEM AS (RE) VIVÊNCIAS DURANTE O PERCURSO: APRESENTAÇÃO DOS DADOS DA PESQUISA	85
4.3	O QUE NO <i>CAMINHO</i> MARCA SUA TRAJETÓRIA: ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA	114
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	139
	REFERÊNCIAS	146
	APÊNDICES	151
	ANEXOS	Erro! Indicador não definido.

1 INTRODUÇÃO

A observação e análise de uma determinada realidade social estão longe de ser uma tarefa fácil tendo em vista as múltiplas circunstâncias e sensações a enfrentar. Entre elas, a aceitação da comunidade frente à presença de “um estranho” a ela, o choque cultural entre pesquisador e pesquisados, as experiências de vida de cada um e muitas vezes a disparidade entre a realidade analisada e aquela de onde o investigador provém, o conflito entre saberes preconcebidos e o empirismo inerente ao trabalho de campo, que não raras vezes, acabam transformando o processo de busca por novos conhecimentos em questão bastante desafiadora para quem se lança em uma proposta dessa natureza.

Ao iniciar um percurso de pesquisa é necessário se despir de preconceitos ou juízos absolutos de valor e se deixar envolver pela magia de uma realidade riquíssima em informações, que algumas vezes vão ao encontro do entendimento do pesquisador e em outras, consistem em verdadeiros achados dentro do universo exploratório proposto, resultando inclusive, em metamorfoses intelectuais e comportamentais por parte do investigador. Assim, realizar uma pesquisa social transcende ao simples levantamento de dados em campo, consistindo em uma interação entre pesquisador e pesquisados em uma relação quase que simbiótica a fim de melhor compreender o objeto de análise e dele retirar experiências que podem confirmar algo previamente pensado pelo investigador como desvelar outra realidade a partir da qual conceitos são reinventados.

Nesse contexto, os assuntos relacionados à prevenção da violência sempre foram muito presentes em minha vida profissional e depois de alguns caminhos percorridos na área da segurança pública, uma proposta de natureza preventiva destinada a adolescentes e jovens no município de Porto Alegre me provocou certas inquietações nunca antes vivenciadas e me instigou a melhor explorar as ambivalências de um projeto desenvolvido junto às escolas municipais, dentro de uma proposta inovadora que traz a Guarda Municipal a protagonizar o cenário de prevenção à violência no município.

A conquista do espaço na área da segurança pública por parte da Guarda Municipal, em especial, nas questões referentes a ações preventivas ou de redução da violência nos municípios, é circunstância que se consolida cada vez mais em nosso país. A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 144 ao tratar a questão da segurança pública dispõe ser esta dever do Estado e direito e responsabilidade de todos, sendo a mesma promovida pelas polícias federais, militares e civis. No entanto, em um dos parágrafos do mesmo dispositivo, autoriza os municípios a criar guardas municipais, de acordo com o que dispuser a lei, com funções de proteção aos bens, serviços e instalações municipais.

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

I - polícia federal;

II - polícia rodoviária federal;

III - polícia ferroviária federal;

IV - polícias civis;

V - polícias militares e corpos de bombeiros militares.

[...]

§ 8º - Os Municípios poderão constituir guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações, conforme dispuser a lei.

Desde a previsão Constitucional que garantiu a Guarda Municipal a condição de órgão responsável também pelas questões de segurança pública em nosso país, alguns outros documentos vieram a se somar a leis municipais no sentido de promover uma maior atuação daquela diante dos objetivos de potencializar a municipalização da segurança pública, a partir do entendimento de que o enfrentamento à violência deve se dar nos espaços em que essa se manifesta e desta forma colocando os municípios – e neste contexto, a guarda municipal – como atores centrais dessa nova tendência.

Num breve retrospecto sobre a municipalização da segurança pública, alguns autores, em relação aos quais passo a compartilhar do mesmo entendimento, consideram o ano de 2000, às vésperas das eleições municipais como um marco importante nessa área, posto que, trouxe para o debate público a necessidade de um envolvimento maior dos municípios na questão da segurança, até então, concebida dentro dos Limites Constitucionais, que atribuem as intervenções na área como prerrogativa e responsabilidade dos governos dos estados (WILLADINO et al., 2011).

Foi esse o caso de Porto Alegre, ao dar início a um desenho de gestão municipal para a segurança local, e dos municípios da Grande São Paulo, com a criação do Fórum Metropolitano de Segurança Pública, por exemplo. A inclusão da segurança pública na agenda municipal, portanto, ainda que já aparecesse no espectro de várias intervenções e formulações efetuadas no âmbito do debate público, ganha maior densidade a partir do momento em que, assumida no contexto eleitoral, inicia a quebra do insulamento das propostas ao âmbito estrito dos governos estaduais (WILLADINO et al., 2011, p. 18).

Ainda no ano de 2000, foi lançado o primeiro Plano e o Fundo Nacional de Segurança Pública, sendo o objetivo daquele, em síntese, integrar as políticas de segurança com as sociais e as ações comunitárias. O referido documento enfatiza a participação comunitária e dos municípios na segurança pública e por sua natureza política vincula o tratamento da mesma a uma concepção mais geral atrelada aos direitos sociais e civis.

O Plano Nacional de Segurança Pública de 2000 pode ser considerado um primeiro documento a destinar ações específicas para adolescentes e jovens em relação à prevenção da violência, observando, no entanto, que em relação a estas se apresentou muito aquém do destaque que hoje é dado as propostas em relação ao tema. No ano seguinte, 2001, foi criado o Plano de Integração e Acompanhamento dos programas Sociais de prevenção à violência (PIAPS) reforçando a tendência ao repasse quase que total das questões de segurança pública pela União, aos Estados e Municípios.

A partir do PIAPS alguns destaques importantes vieram compor o cenário da segurança pública no país como foi o caso da perspectiva preventiva em relação a esta, fazendo com que esse documento representasse uma das primeiras iniciativas do poder público federal em relação à prevenção que se consolidava naquela época.

No ano de 2003 é lançado o Projeto Segurança Pública para o Brasil que juntamente com os documentos anteriores concedeu destaque a importância da participação dos municípios na segurança pública. Entre seus eixos de atuação, trouxe a necessidade de enfrentamento ao tráfico de drogas, redução de homicídios e colocou a questão da vulnerabilidade de adolescentes e jovens à violência no centro das discussões.

Diante dessa nova realidade que vinha se desenhando, a Guarda Municipal ganha um capítulo inteiro no Plano Nacional de 2003, sendo considerada por este, como um instrumento privilegiado de aporte municipal à segurança pública, a partir das possíveis funções apresentadas no documento, que acabaram sendo norteadoras de atividades realizadas por aquela (WILLADINO, 2011). Outros importantes documentos como o Estatuto da Criança e do Adolescente, considerado também um precursor de prevenção à violência e ainda a Agenda Social Criança e Adolescente de 2007, baseada no decreto presidencial 6.320 que estabelece o Compromisso Nacional pela redução da violência contra a criança e o adolescente, além dos Planos Nacionais de Direitos Humanos (PNDH) que merecem também destaque em relação a essa nova tendência da segurança pública.

Enfim, os três documentos anteriormente mencionados – PIAPS (2001), Projeto Segurança Pública para o Brasil (2003) e o Plano Nacional de Segurança Pública (2003) –, possuíam pretensões comuns no que se refere à municipalização da segurança pública sob o viés da prevenção e fortalecimento do poder de ação da Guarda Municipal, a partir do entendimento da necessidade de retirar o caráter puramente repressivo da segurança em relação ao exercício do poder de polícia, incentivar a maior participação comunitária e as iniciativas do poder local, destacar o caráter integrador e interdisciplinar das questões referentes àquela e o fortalecimento das tendências preventivas nessa área.

No ano de 2007, com a instituição do PRONASCI – Programa Nacional de Segurança com Cidadania – através da lei 11.530, se consolidou uma das maiores propostas de articulação de ações de segurança pública para a prevenção da violência, controle e repressão do crime, a partir do estabelecimento de políticas sociais e ações de proteção às vítimas. Embora se tratando de um programa federal, com execução pela União, através de seus órgãos, a cooperação dos Estados, Distrito Federal e Municípios – enfatizada pela norma – termina por corroborar com toda trajetória de proximidade comunitária, municipalização da segurança pública e protagonismo da Guarda Municipal preconizada pelos documentos anteriores.

A partir de então, visando efetivar as diretrizes do PRONASCI, os municípios passaram a se estruturar e neste contexto a Guarda Municipal de Porto Alegre

através do Programa Vizinhança Segura, conquistou maior visibilidade e poder de atuação no âmbito do município, em especial nas questões referentes à prevenção da violência e sob uma atenção muito especial do Comando daquela, surgiu o Núcleo de Ações Preventivas da Guarda Municipal o qual possui como ação central o Projeto *Dois Caminhos, Uma Escolha* – objeto desta pesquisa, destinado a adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social por exposição a situações de violência.

Entretanto, antes de entrar nas questões referentes ao objeto de estudo, duas circunstâncias merecem uma atenção especial que são a concepção da segurança pública como um direito social e o entendimento atual, da política social, enquanto um importante instrumento de promoção e garantia desse direito.

A insegurança pública na sociedade atual tem sido pauta de inúmeros debates nos diversos segmentos sociais, diante da crescente sensação de hostilidade a que estamos expostos em nosso dia a dia. Os motivos que interferem nesse aumento gradual da vulnerabilidade social em relação a situações de violência e frente às várias faces dela são muitos, sendo aquela violência praticada contra adolescentes e jovens a circunstância que cada vez mais escapa do controle do Estado e dos responsáveis pela promoção de uma segurança pública satisfatória enquanto um direito social preconizado em nossa Constituição Federal.

A Lei Maior de nosso país dispõe em seu artigo 6º que a segurança – e aqui cabe o entendimento desta enquanto pública – é um direito social, assim como a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988). Nessa diretriz, percebemos a necessidade cada vez maior de políticas públicas e sociais serem discutidas e implementadas pelo Estado e sociedade civil através de suas organizações promotoras e defensoras dos direitos de crianças, adolescentes e jovens. Entretanto, necessário fazer uma distinção entre essas duas espécies de políticas que embora em determinados momentos possam ser tratadas como sinônimos em outros, dependendo do fim para o qual são propostas e executadas, devem ser concebidas como distintas em razão de sua natureza.

A política pública de acordo com Pereira consiste na “conversão de demandas e decisões privadas e estatais em decisões e ações públicas que afetam e comprometem a todos” (2009, p.174). Assim, ao contrário do que muitos pensam, o que qualifica uma política como pública não é a presença do Estado, embora este participe enquanto regulador ou provedor dessas, mas sim o seu intrínseco sentido de universalidade e totalidade, que se caracteriza por esse comprometimento em relação a toda sociedade.

Normalmente, quando se pensa em políticas públicas, toma-se por base ações implementadas pelo Estado. De um modo geral, as políticas públicas buscam a introdução de mudanças na cultura e no pensar popular, lançando uma nova leitura, um novo olhar sobre algum aspecto específico do cotidiano. [...] E quem determina essas políticas públicas num Estado Democrático de Direito é a sociedade civil. Portanto, por mais que as políticas públicas sejam reguladas e frequentemente promovidas pelo Estado, elas englobam preferências, escolhas e decisões particulares que podem e devem ser controladas pelos cidadãos (OLIVEIRA, 2006).

Em face desta universalidade e totalidade que confere o caráter público a uma política, entendo que, uma das diferenças entre esta e a política social está nas questões que uma e outra visam resolver. A política pública engloba uma série de ações difusas que permeiam direitos sociais, mas também outros, não elencados como tal pela nossa Constituição, mas que também devem ser providos, garantindo assim, o bem estar social em todos os sentidos.

As ações do Estado na implantação de políticas públicas podem estar relacionadas a diversas áreas da sociedade, tais como segurança pública, educação, assistência social, importação e exportação, economia, habitação, pesquisa científica, reforma agrária, desenvolvimento tecnológico, desburocratização, produção agrícola, saúde, trabalho, direitos humanos, etc. (OLIVEIRA, 2006).

A política social é uma espécie do gênero público, tendo em vista, suas características universais, conforme hoje é concebida, se destinando a promoção e garantia de direitos sociais constitucionalmente estabelecidos e, portanto, conceituá-la não tem sido tarefa das mais fáceis, tanto para a academia quanto para os demais atores dessa área.

Nesse sentido, apesar de tão mencionada na atualidade há confusões em relação a sua conceituação e o papel que desempenha nas sociedades

contemporâneas, posto que se desenvolve em um contexto político e social completamente antagônico aos seus preceitos, regido por uma ideologia neoliberal, na qual parece cada vez mais insustentável sua função de concretizar direitos sociais e, onde se percebe certa imprecisão conceitual do que seja na realidade essa política (PEREIRA, 2009).

[...] a falta de definição coerente e consistente (embora não absoluta) do que seja política social, afeta substancialmente não só a credibilidade e a razão de ser dessa política como *política de fato*, mas também a vida em sociedade. Afinal, não se deve esquecer que, mediante a política social, é que direitos sociais se concretizam e necessidades humanas (leia-se sociais) são atendidas na perspectiva da cidadania ampliada (PEREIRA, 2009, p. 165).

Assim, a política social deve ser entendida como uma política para todos. Seu conceito é complexo não representando apenas o conjunto de decisões por parte do Estado destinadas à sociedade e, não podendo estar a serviço exclusivo de uma ou outra classe, sendo uma política de ação que produz impactos na realidade onde atua.

No entanto, os preceitos atuais de uma política social enquanto via promotora de direitos sociais, nem sempre foram assim e nesse sentido não podemos desconsiderar as razões que nortearam sua gênese, pois apesar de todo esforço que hoje se faz em busca de novos paradigmas, ainda traz essa em si, resquícios de uma política que se propunha em sua origem a ser repressora das classes menos favorecidas.

Uma breve viagem no tempo remete a uma política que surge como um meio de estudar a pobreza e a miséria como forma de combatê-las, tendo em vista, se tratar de excessos sociais que deviam ser eliminados da sociedade, mas não em um sentido de favorecimento das classes populares – como hoje se percebe quando se fala em erradicação da miséria – mas sim como um mecanismo de controle dessas, atuando como um importante instrumento de combate a “vagabundagem” e controle do Estado sobre os pobres, ou seja, como uma política com propósitos praticamente repressivos e punitivos.

[...] Dessa forma, as regulamentações contra a perambulância de pessoas em busca de melhores ocupações, ou a chamada “vagabundagem”, constituíram a origem da assistência social institucional. Esta, por seu turno, funcionava, simultaneamente, como controle sobre o trabalho e sobre possíveis consequências negativas, para a ordem prevalecente, de uma pobreza não confinada territorialmente. Sua índole era mais punitiva que protetora, mas não muito eficiente e eficaz no alcance de seus objetivos. As temidas “vagabundagem” e mendicância não foram debeladas por essa forma de controle social que incluía surras, mutilações e queimaduras com ferro em brasa nos andarilhos, embora estes, àquela época, não fossem tão numerosos como se fazia crer (PEREIRA, 2009, p.62).

Muito embora a política social, desde sua origem, venha se desenvolvendo no sentido do atendimento das necessidades sociais, se observarmos qualquer contexto sociocultural através dos tempos, veremos que também não deixa de lado os interesses das elites no poder. Ao tentar descrever tal ambivalência, faço uma analogia a uma *estrada* onde há dois interesses distintos, fazendo com que a mesma se bifurque em *dois caminhos*: um que pretende atender aos interesses das classes populares e outro, os anseios daquelas mais providas de recursos, que numa sociedade capitalista, se encontram em uma posição de domínio sobre aquelas.

Muitas vezes a política social, em suas ambiguidades e quando associada a interesses do Estado, pode nos enviar metaforicamente a relação do rato com sua presa, onde aquele “morde e assopra” para aliviar a dor de sua mordida. Muitas vezes o poder público, pode ser comparado ao roedor, quando visando atender interesses de um sistema capitalista, causa inúmeros danos sociais (morde), e na tentativa de repará-los ou diminuí-los, se utiliza da política social para amenizá-los (assopra).

Quando a política social é de natureza neoliberal, ou seja, visa atender interesses do capital, o Estado, muitas vezes, por determinadas atitudes que levam a não valorização de determinada política, parece estar mais preocupado sobre quanto esta custará e os impactos econômicos que trará para os cofres públicos, do que com quais ações que um Estado Democrático de Direito deve realizar para a real eficácia de uma política social (PEREIRA, 2009).

Em que pesem as questões trazidas até aqui em relação à evolução da política social, saliento que novas tendências e perspectivas nessa área ganham

espaço a cada dia e, como mencionado anteriormente, essa, na atualidade é concebida como importante instrumento para promoção e garantia de direitos fundamentais, merecendo destaque aqui a segurança pública, enquanto um direito social e, portanto, fundamental previsto em nossa Constituição.

Assim, na perspectiva teórico-conceitual que adoto em relação à política social no presente trabalho, digo que ela é, segundo Pereira, “uma categoria acadêmica e política, de constituição teórica e prática, que não apenas se dispõe a conhecer e explicar o mundo real, mas também a agir neste mundo, visando mudanças” (PEREIRA, 2009, p. 166). Enquanto disciplina acadêmica ela se apresenta como um campo das ciências sociais que é inter e multidisciplinar, no entanto, incidindo no objeto de outras disciplinas se diferencia das mesmas, pois é uma disciplina de ação como mencionado anteriormente.

Neste sentido, enquanto, as demais disciplinas se preocupam em explicar determinadas circunstâncias ou verificar a influência de uma política social, na produção de bens, serviços e riquezas, a Política Social se preocupa em desenvolver e programar ações para interferir numa dada realidade ou detectar sua própria influência sobre o bem estar do cidadão, buscando criar condições para o acesso, de fato, aos direitos sociais. No entanto, importante perceber que mesmo diferenciada de outras disciplinas, a influência entre essas é recíproca, não sendo possível o estudo da Política Social sem considerar a sociedade como um todo, em seus diferentes aspectos.

No que diz respeito ao entendimento da política social como *política de fato*, importante destacar que ela ultrapassa os momentos de tomada de decisões que a ciência política estuda, diferenciando-se dessa pelo fato de que “se expressa fundamentalmente como um princípio para a ação – incluindo, é claro, os momentos conflituosos de escolha e de tomada de decisão, que fazem parte de qualquer política” (PEREIRA, 2009, p.171).

Conclui-se, portanto, que apesar de o termo política social estar relacionado a todos os outros conteúdos políticos, ela possui identidade própria. Refere-se à política de ação que visa, mediante esforço organizado e pactuado, atender necessidades sociais cuja resolução ultrapassa a iniciativa privada,

individual e espontânea, e requer deliberada decisão coletiva regida por princípios de justiça social que, por sua vez, devem ser amparados por leis impessoais e objetivas, garantidoras de direitos (PEREIRA, 2009, p.171).

A partir do entendimento sobre o que é uma política social, tanto na sua face de disciplina como de política propriamente dita, importante também conceber esta enquanto meio para efetivação de direitos sociais, e neste sentido, também para a promoção de uma segurança pública cidadã dentro da perspectiva desta enquanto um direito social formalmente estabelecido, no entanto, ainda pouco promovido ou garantido em nossa sociedade.

Neste contexto de comprometimento com as novas tendências da Política Social e da Segurança Pública em nosso país, a Administração Pública do município de Porto Alegre, tradicionalmente em diversas ações na área de promoção e defesa dos Direitos Humanos, parece estar buscando, inovar em suas iniciativas em relação a promoção de uma segurança pública cada vez mais participativa, justificada por ações de prevenção à violência e proximidade com a Comunidade com vistas ao enfrentamento a hostilidade cada vez mais presente na cidade.

Exemplo desta realidade foi a contratação de uma Consultoria na área da segurança pública – em 2001, para estudar a viabilidade de implantação de políticas nesse setor com o objetivo de promover uma segurança cidadã, baseada nas seguintes proposições:

a) já que os municípios não têm polícias, eis aí uma excelente oportunidade de explorar com imaginação o potencial de intervenções preventivas; (b) se as guardas municipais ainda são instituições embrionárias, sem identidades marcadas e com funções parcialmente indefinidas, oferecem, por isso mesmo, uma oportunidade para a reinvenção radical do significado e das estruturas das agências públicas de segurança; (c) se os poderes municipais têm um alcance limitado, do ponto de vista das definições políticas estratégicas, por outro lado, estão mais próximos do cotidiano da população, da realidade dos bairros e dispõem de recursos mais capilarizados de intervenção, o que pode ser uma vantagem decisiva; (d) se não há instrumentos próprios para a aplicação de políticas de segurança, impõem-se a apropriação, para a atuação na esfera da segurança das instituições orientadas para outros fins, mas cujas interfaces com a segurança possam ser potencializadas. (SOARES; GUINDANI, 2005 in SENTO-SÉ, 2006, p. 287).

Dentro dessa perspectiva preventiva, merece destaque o Programa *Vizinhança Segura*, criado posteriormente pela atual gestão – 2004/2012 –, que é executado de forma transversal envolvendo várias Secretarias, entre elas, a de Direitos Humanos e Segurança Urbana onde está localizada a Guarda Municipal e o Núcleo de Ações Preventivas – NAP. Este Programa constitui um dos treze programas estratégicos do município de Porto Alegre¹, sendo especificamente voltado para situações de prevenção à violência. Segundo o Plano Plurianual do município, tem o *Vizinhança Segura* como objetivo central:

atuar de forma preventiva e comunitária em ações de segurança por meio da guarda municipal, buscando a integração com outras forças policiais e promovendo o ambiente seguro, os direitos humanos, a segurança no trânsito, a prevenção ao vandalismo e a redução dos espaços de marginalização (BRASIL, 2009, p.195).

A execução do Programa se justifica pela necessidade de integração dos serviços de segurança que são fornecidos no município por meio de uma atuação comunitária e conjunta que permita o conhecimento acerca dos problemas locais para que sejam desenvolvidas ações de prevenção à violência e à criminalidade, e defesa dos direitos humanos (BRASIL, 2009).

No entanto, embora a administração municipal siga o princípio da transversalidade, isto é, o envolvimento de várias secretarias na execução de um programa, constatou-se que esse possui a maior parte de sua gestão sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Segurança urbana. Dentro do *Programa Vizinhança Segura* são previstas várias ações que se subdividem em *etapas e subetapas*.

As ações, etapas e subetapas do Programa podem envolver projetos ou mesmo se referir a departamentos das secretarias abrangidas, como ocorre com o Núcleo de Ações Preventivas da Guarda Municipal - NAP-, que consiste numa ação² do *Vizinhança Segura*, em relação ao qual o Projeto *Dois Caminhos, Uma Escolha*,

¹ Para maiores esclarecimentos sobre o Programa Vizinhança Segura ou os demais Programas Estratégicos do município de Porto Alegre verificar o site: http://www2.portoalegre.rs.gov.br/portal_pmpa_novo/.

² O NAP é um setor da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Segurança Urbana - SMDHSU, responsável pelas ações de prevenção à violência referente a crianças, adolescentes e jovens no município. Embora exista um outro Programa destinado a esse público – Lugar de Criança é na Escola e na Família, as ações de prevenção direta são realizadas pelo NAP.

constitui uma etapa, sendo este mesmo Núcleo – NAP-, um setor da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Segurança Urbana, que é participante do Programa.

Assim, o *Vizinhança Segura*, é um programa que pode ser visualizado no formato de um grande *guarda chuva*, composto por várias ações previstas no Plano Plurianual de 2010-2013, sendo assim uma iniciativa preventiva mais ampla. Neste sentido, temos previsto para o Programa no ano de 2012 as ações Ambiente Seguro; Centro de Formação e Treinamento da Guarda Municipal; Centro de Referência às vítimas de violência – CRVV; Conservação e Ampliação da Rede de Iluminação Pública; Cooperação com as polícias – Relações Institucionais; Modernização da Guarda Municipal; Prevenção à violência e Defesa dos Direitos Humanos; Núcleo de Ações Preventivas; Qualificação da manutenção dos parques, praças e jardins da cidade.

Entre as ações do *Programa Vizinhança Segura* foi escolhido como objeto de estudo deste trabalho, o Projeto *Dois Caminhos, Uma Escolha* de iniciativa da Guarda Municipal que constitui uma etapa da ação *Núcleo de Ações Preventivas*. A pesquisa realizada procurou verificar a efetivação ou não de uma política social de segurança pública destinada a adolescentes e jovens que está sendo desenvolvida há aproximadamente cinco anos no município de Porto Alegre, a partir das percepções e impactos dessa em relação aos seus destinatários.

Assim, o Projeto *Dois caminhos, Uma Escolha* é executado em algumas escolas localizadas em bairros que apresentam altos índices de vulnerabilidade social envolvendo adolescentes e jovens inseridos em uma realidade cada vez maior de violência. Este projeto, embora seja desenvolvido nas escolas, se propõe uma ação com resultados mais abrangentes que a mera resolução de conflitos escolares e neste sentido, se apresenta como uma iniciativa do poder público municipal voltado para prevenção à violência na comunidade em geral, utilizando-se do espaço escolar por ser este um local de grande interação social, principalmente, entre os jovens.

O referido projeto, também se destaca por ser, entre tantas outras ações de enfrentamento à violência, desenvolvidas na escola, uma iniciativa da Guarda Municipal e da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Segurança Urbana e não da Secretaria Municipal de Educação, no caso, apenas parceira do projeto. O trabalho da Guarda Municipal através do projeto possui caráter pedagógico preventivo junto aos estudantes, trabalhando temáticas como o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA –, direitos e deveres, jovens em conflito com a lei, prevenção e consequências do uso de substâncias entorpecentes, consequências legais de atos de vandalismo e orientando sobre oportunidades existentes no município através de projetos desenvolvidos pelas diferentes esferas governamentais.

Deste modo atende também um dos objetivos da MCN (2005)³ já que o diálogo e a persuasão são os seus principais recursos tanto no gerenciamento de conflitos quanto na educação do cidadão para o respeito à lei no espaço público.

Portanto, o NAP contribui alertando e orientando os jovens para que tenham conhecimento da legislação que os pune quando necessário, mas que, sobretudo, os defende, oportunizando uma ampliação do olhar, uma nova perspectiva de futuro longe da criminalidade (SOARES, 2009, p.36).

Assim, *Dois Caminhos, Uma Escolha* é o projeto piloto do NAP e por tal razão, é possível afirmar que, entre seus objetivos estão: a) criação de um grupo de trabalho voltado para ações preventivas nas escolas, integrando estudantes, pais, escola e comunidade; b) contribuir para a formação cidadã dos alunos da rede de ensino municipal de Porto Alegre/RS; c) oportunizar a conscientização dos estudantes quanto ao comprometimento e responsabilização de seus atos, favorecendo a construção colaborativa de novas realidades; d) fortalecer o vínculo da Guarda Municipal com a Comunidade Escolar, tornando-se agente no processo de efetivação da cidadania; e) implantar e ampliar os projetos em um número maior de Escolas da Rede Municipal de Porto Alegre.

O projeto é executado a partir da atuação de uma dupla de Guardas Municipais que desenvolve o trabalho através de encontros distintos com os professores, os pais, os estudantes e a comunidade entorno da escola. Primeiramente é realizado um diagnóstico através da leitura do livro de ocorrências

³ Matriz Curricular Nacional – MCN (2005) – produzida pelo Ministério da Justiça, Governo Federal.

da escola, onde são tabulados todos os fatos para saber quais pontos que devem ser priorizados e reforçados no trabalho com os grupos (SOARES, 2009). A partir disso, são realizados encontros com os professores, estudantes e pais com o objetivo de trabalhar as situações de conflito intraescolar, a partir do entendimento de que estas são apenas reflexos de outras situações de violência experimentadas pelos jovens além dos muros da escola.

A proposta metodológica do projeto passa por um encontro com os professores e funcionários da escola identificada como sendo aquela com altos índices de ocorrências de comportamentos de indisciplina ou mesmo violência dos estudantes⁴. Na reunião com os docentes e funcionários é realizada a exibição de um vídeo – *Jovens em Conflito com a Lei*⁵ - e apresentação de slides com os indicadores referentes aos problemas detectados a partir do livro de ocorrência da escola. No encontro com os pais, novamente é feita a exibição do vídeo – “Jovens em Conflito com a Lei” – e posteriormente um debate onde são ressaltadas as responsabilidades de cada um como garantidor dos direitos e da proteção a juventude. O trabalho com os estudantes ocorre em dois ou três encontros por turma, com aproximadamente 30 estudantes, dependendo da demanda da escola.

No primeiro encontro é apresentado o mesmo vídeo anteriormente assistido por professores, funcionários e pais que tem duração de aproximadamente 17 minutos e mostra situações de risco, com fatos reais pelos quais passam muitos jovens no município de Porto Alegre. Durante a apresentação são realizadas intervenções pelos Guardas que vão ressaltando algumas situações apresentadas pelo material e após é feito um debate entre estes e os estudantes sobre as consequências dos atos infracionais como o uso de drogas, armas, depredações e pichação, brigas, bem como os problemas no ambiente escolar e o papel e atribuições da guarda municipal.

Paralelo ao trabalho realizado pelos Guardas se pretende uma ação interdisciplinar para aplicação de uma dinâmica em sala de aula supervisionada pelo

⁴ Essa identificação é feita pelos próprios professores, Secretaria Municipal de Educação, Guardas Municipais que trabalham na escola ou em seu entorno e pela equipe do NAP.

⁵ Vídeo resultado de uma reportagem realizada pela RBS TV Porto Alegre no ano de 2006.

professor que visa: a) o levantamento em grupo das questões, problemas, dificuldades e anseios; b) debate e anotação de medidas a solucionar e o ideal a ser alcançado; c) a possibilidade de compromissos a serem assumidos para êxito dos objetivos. No segundo encontro, apresentam-se slides e vídeos que abordam a questão das drogas, sendo realizado também um debate com os estudantes sobre tais situações. O terceiro encontro trabalha as questões de pichação com os alunos. Na proposta original do projeto, a ideia era de que os alunos desenvolvessem no decorrer da semana atividades relacionadas com a temática e produzissem trabalhos escolares que relacionam a realidade vivida por eles na comunidade e na escola, bem como sugestões de mudanças. No entanto, tal situação não vem ocorrendo, conforme veremos posteriormente.

O encontro com a comunidade é dividido em dois momentos distintos. No primeiro momento é apresentado o mesmo vídeo que está sendo trabalhado com os estudantes além de outros que despertam a reflexão para a educação. O segundo momento propicia a comunidade um conhecimento sobre o trabalho desenvolvido pelas diversas secretarias do município e conta com a participação de representantes destas, tendo como pressuposto o entendimento de que prevenção à violência também passa por questões de saúde, habitação, saneamento, iluminação, etc.

Um dos resultados finais imediatos pretendidos pelo trabalho em uma turma de 30 (trinta) alunos com duração de aproximadamente um mês é a proposta de construção de um mural com o material coletado para exibição a todos os segmentos, incentivando a conscientização e envolvimento de todos com o problema, gerando um novo ambiente de convívio na comunidade e para além dela, a partir dos compromissos assumidos, para que se tenha êxito no trabalho realizado na direção da redução de situações de indisciplina e violência na escola e, por que não ir mais além, para além da escola, partindo do

[...] princípio que apoia processos educativos que ultrapassam a abordagem pedagógica tradicional de mera transmissão de conhecimentos, em que processos de interação tornam-se **espaços de encontro**, de busca de motivações, discussão de saberes, de escuta de contribuições diferenciadas, sustentados pela ética da tolerância e da argumentação, estimulando a capacidade reflexiva, a autonomia, o enfrentamento de novos desafios e a construção democrática de saberes renovados, atendendo à extrema relevância do desenvolvimento de lidar com questões complexas,

mobilizando conhecimentos oriundos de disciplinas e saberes distintos, da literatura científica, da prática profissional, da vivência pessoal (BRASIL, 2007, p.10)⁶ (grifo da autora).

Ao final do trabalho com as turmas da Escola eleita, é realizada em parceria com a direção uma solenidade de encerramento onde os alunos participantes do projeto recebem um certificado. A proposta preventiva do projeto *Dois Caminhos, Uma Escolha*, a partir de uma perspectiva voltada para a educação consolida este como uma das alternativas de prevenção à violência, destinadas ao público jovem no município de Porto Alegre.

Neste sentido, cabe mencionar que desde o primeiro contato com o projeto *Dois Caminhos, Uma Escolha* no ano de 2010, algumas inquietações surgiram em relação à metodologia do mesmo e a efetiva contribuição de suas ações diante das circunstâncias hostis relatadas nos locais onde é desenvolvido. Uma das principais preocupações da Política Nacional de Juventude está no pensar e propor diretrizes para políticas públicas que levem em conta a diversidade juvenil além de uma vida segura, sem estigmatizar ainda mais os jovens (BRASIL, 2006), e diante disso, a primeira interrogação que surge é quanto ao principal material utilizado pelo projeto.

O *Dois Caminhos, Uma Escolha*, utiliza como importante material para o debate com os estudantes, um vídeo contendo uma reportagem realizada pela RBS TV Porto Alegre, sobre *Jovens em Conflito com a Lei*, onde são abordados assuntos como: a) A condução ao DECA (departamento estadual da criança e do adolescente); b) O registro da ocorrência e a presença do responsável pelo menor; c) A audiência com o Juiz e aplicação das Medidas Socioeducativas; d) Atuação do Ministério Público; e) O regime fechado na FASE (Fundação de Assistência Socioeducativa). A partir da exibição deste material juntamente com outros slides sobre depredação e pichação é realizado o restante do trabalho.

Neste sentido, surgiram as seguintes questões norteadoras da pesquisa realizada: a) será que a via de prevenção à violência escolhida pelos gestores do projeto não acaba estigmatizando os jovens participantes do mesmo? b) Qual o

⁶ Princípio da interdisciplinariedade, transversalidade e construção democrática de saberes - um dos princípios da Matriz Curricular Nacional que fundamentam a concepção de formação profissional adotada pela Coordenação de Ensino da SENASP/MJ e que pautam a construção dessa.

propósito de mostrar as consequências do cometimento de um ato infracional aos jovens, protegê-los ou intimidá-los? c) Apenas um dos materiais é utilizado no sentido de mostrar as oportunidades que os jovens têm de estudo e trabalho em sua comunidade ou em seu município, e assim sendo, o projeto *Dois Caminhos, Uma Escolha* pretende prevenir a violência de quem ou contra quem?

O nome dado ao projeto desvela um de seus principais propósitos que é o de mostrar as duas “faces da moeda”, trabalhando com a ideia de que há um caminho “do bem” e outro “do mal”, podendo esse pressuposto interferir no modo de prevenção e na própria forma de organizar o pensamento que pode ser geradora de estigmatizações possíveis de serem evitadas. De acordo com Câmara Temática do Conselho Nacional de Juventude – CONJUVE-, responsável pela proposição de diretrizes referentes a uma vida segura,

Associam-se à figura do jovem a ameaça social, a delinquência e a rebeldia. Essa associação contribui para a erosão dos laços e convívio social e, como resultado, percebe-se a construção negativa de uma visão sobre os/as jovens, sobretudo, aqueles/as provenientes de setores mais empobrecidos da sociedade. Além disso, outra decorrência deste estado de coisas é o fortalecimento de um discurso e de um conjunto de práticas que tendem a culpabilizar os indivíduos jovens pela violência (BRASIL, 2006, p.82).

Outro ponto de inquietação durante a pesquisa foi tentar desconstruir uma concepção em relação ao quanto ainda pode nossa sociedade e nossos próprios gestores encontrar-se impregnados de (pre) conceitos em relação aos jovens e para isso se buscou o entendimento sobre o verdadeiro propósito do Projeto *Dois Caminhos, Uma Escolha* em relação à prevenção. Neste sentido outra questão proposta foi quanto a uma das finalidades do projeto, tendo em vista, a maneira como é executado, e nesse sentido, se apresenta esse como um meio de proteger a sociedade da violência dos jovens ou estes da violência da sociedade?

O projeto é executado pela Guarda Municipal e por tal razão os palestrantes usam uniformes “policiais” perante os adolescentes/jovens, tendo sido observada uma reação de estranhamento num primeiro momento por parte desses. Assim, buscou-se também, entender qual a pretensão dos gestores ao adotar essa postura? Quais os aspectos positivos e negativos dessa forma de se posicionar

perante aos jovens? A proposta transdisciplinar de continuidade do projeto em sala de aula está sendo algo realizado conforme preconiza o mesmo?

Neste contexto, a partir da percepção dos altos índices de violência envolvendo jovens⁷ e da identificação de uma política social pública de prevenção à violência destinada a este público em específico, sendo executada no município de Porto Alegre⁸, foi pensado o acompanhamento em campo das atividades do Projeto *Dois Caminhos, Uma Escolha*, com a pretensão de responder o seguinte problema de pesquisa: **Quais os impactos e percepções produzidos pelo projeto *Dois Caminhos, Uma Escolha* junto aos seus destinatários em termos de prevenção da violência em alguns bairros do município de Porto Alegre /RS?**

Assim, o objetivo geral do presente trabalho consistiu em compreender os significados e impactos de uma política social de prevenção à violência destinada aos jovens no município de Porto Alegre/RS, a partir da interação com gestores e destinatários do Projeto *Dois Caminhos, Uma Escolha* de iniciativa da Guarda Municipal. Como objetivos específicos, buscou-se: a) analisar a metodologia de prevenção à violência desenvolvida pelo projeto; b) descrever as diferentes percepções dos diversos atores envolvidos na execução do projeto quanto a sua metodologia; c) descrever os resultados que essa modalidade de prevenção obtém em relação aos jovens, em suas relações interpessoais e como contribui em termos de prevenção na comunidade; d) examinar os diferentes recursos (humano/materiais) utilizados pelo projeto; e) e contribuir para o aperfeiçoamento e ampliação dos trabalhos realizados adequando-os as expectativas dos destinatários do projeto e as necessidades da comunidade.

Diante da realidade estudada e dos objetivos que procurei alcançar, a opção pelo estudo de caso como uma técnica de levantamento de dados pareceu a mais adequada, tendo em vista que, permitiu obter uma grande quantidade de informações acerca de determinada circunstância através de uma pesquisa

⁷ De acordo com os indicadores de violência, principalmente na condição de vítimas (WAISELFISZ, 2010 e ADORNO, 2002).

⁸ O Projeto de prevenção à violência objeto desta pesquisa – Dois Caminhos, Uma Escolha – do Núcleo de Ações Preventivas da Guarda Municipal – SMDHSU. Porto Alegre/RS.

qualitativa, partindo do pressuposto que a especificidade e novidade do caso – o Projeto *Dois Caminhos , Uma Escolha* –, sugeriram um método diferenciado.

A partir do estudo de caso foi possível o acesso a informações privilegiadas e detalhadas em relação à realidade social na qual os processos sociais acontecem concretamente. A utilização desta técnica de levantamento de dados empíricos durante a pesquisa possibilitou o questionamento acerca da abrangência de determinados conceitos, conforme veremos no capítulo 4, por meio do detalhamento e exemplificação de diferentes fatos observados na realidade concreta estudada.

O estudo de caso nos permite responder como e porque aquelas características específicas que observamos são possíveis, em um quadro teórico mais amplo, como as grandes tendências se manifestam ou não, em realidades sociais concretas (ROESE, 1998, p. 193).

Associa-se ao estudo de caso a compreensão da pesquisa sob o ponto de vista da Política Social e neste sentido, com a pretensão não só de conhecimento de uma dada realidade, mas principalmente da possibilidade de intervenção nesta, encontrei na identificação com o Paradigma da Complexidade, enquanto referencial epistemológico utilizado no presente trabalho, a vontade de me associar a uma nova perspectiva de ciência a partir do rompimento com a antiga concepção de existência desta como “boa”, porque traz benefícios ou “má” – por conta dos prejuízos (MORIN, 2007), por abarcar em si conceitos fechados e a ilusão da certeza.

O conceber desta nova ciência passa pela compreensão de suas ambivalências, ou seja, das complexidades que lhe são inerentes enquanto tal é a necessidade de questionamentos sobre sua estrutura ideológica e seu enraizamento sociocultural. Se permitir trafegar por caminhos raramente explorados traz em si a pretensão de atribuir vários significados ao que é observado, a partir de um olhar diferenciado, que não seja de estranhamento, mas ao contrário, de abertura a novas concepções socioculturais diversas daquelas que me são afetas. Assim, no desvelar dos espaços pouco descritos ou compreendidos sob a ótica daqueles que lhe são pertencentes, tendo em vista, que na maioria das vezes isso é realizado a partir da visão de mundo de quem ali está apenas de passagem – o investigador, possibilita a compreensão da nova ciência sob seu aspecto ambivalente.

É necessário, portanto, que toda ciência se interrogue sobre suas estruturas ideológicas e seu enraizamento sociocultural. Aqui, damos-nos conta de que nos falta uma ciência capital, a ciência das coisas do espírito ou noologia, capaz de conceber como e em que condições culturais as ideias se agrupam, se encadeiam, se ajustam, constituem sistemas que se autorregulam, se autodefendem, se automultiplicam, se autopropagam (MORIN, 2007, p. 25).

Assim, a possibilidade de um método no qual o observador se inclua na observação, sendo autocrítico e auto-reflexivo em relação ao seu objeto de estudo, bem como a urgência de uma verdade da ciência que não se pautem na verificação de teorias conhecidas (MORIN, 2007), mas na necessidade de aventurar-se na busca de outras formas de conceber o funcionamento do contexto observado, encontra no Paradigma da Complexidade, sua razão de ser na construção de um novo conhecimento. O desafio de poder contestar as próprias estruturas de pensamento, não se deixando intimidar frente às contradições, ao contrário, utilizando estas, quando coerentes e lógicas, na associação de ideias contrárias que concebem o mesmo fenômeno, possibilita uma melhor compreensão sobre o objeto (MORIN, 2007).

O Sociólogo deve perguntar-se incessantemente como pode conceber uma sociedade de que faz parte. Já o antropólogo contemporâneo indaga a si próprio: *Como é que eu, portador inconsciente dos valores da minha cultura, posso julgar uma cultura dita primitiva ou arcaica? Que valem os nossos critérios de racionalidade?* A partir daí começa a necessária autorrelativização do observador, que pergunta “quem sou eu?”, “onde estou eu?” “O eu que surge aqui é o eu modesto que descobre ser o ponto de vista, necessariamente, parcial e relativo Assim, vemos que o próprio progresso do conhecimento científico exige que o observador se inclua em sua observação, o que concebe em sua concepção; em suma que o sujeito se reintroduza de forma autocrítica e auto - reflexiva em seus conhecimentos dos objetos (MORIN, 2007, p. 29).

A análise pretendida neste trabalho se pauta no olhar que é lançado sobre a realidade, de forma globalizada, em relação ao contexto onde o objeto de estudo está inserido e, neste sentido, há um desafio de complexidade, tendo em vista, que o conhecimento acerca do Projeto *Dois Caminhos, Uma Escolha*, depende necessariamente da compreensão acerca da realidade onde o mesmo se desenvolve, bem como o conhecimento da realidade na qual o projeto é executado, depende da compreensão deste. Neste sentido é possível uma primeira noção de complexidade sob a perspectiva de seu paradigma, quando pensamos, por exemplo,

a sociedade em seus aspectos econômicos, políticos, psicológicos, afetivos, mitológicos, biológicos, de forma inseparável a formar uma enorme teia em relação a qual é possível observar uma interdependência e interação entre as partes e o todo e vice versa.

Entender o contexto a ser analisado partindo do entendimento da epistemologia complexa, significa concebê-lo a partir de um meio de compreensão que procura mais do que apenas distinguir e analisar, busca a comunicação entre aquilo que é distinguido e, aqui exemplifico dizendo que primeiro distingo o objeto de meu estudo - no sentido de caracterizá-lo, identificar suas pretensões, ideologias, etc.-, o mesmo sendo feito com a realidade para a qual ele é destinado ou mesmo em relação ao próprio pesquisador, depois estabeleço a comunicação entre estas realidades, que se influenciam mutuamente.

A complexidade visa o diálogo entre a ordem, a desordem e a organização e busca conceber o objeto analisado a partir de uma visão múltipla que possibilite o diálogo entre todas as dimensões do humano – a física, biológica, psicológica, sociológica, histórica, entre outras. Pensar complexo, não significa pensar incompleto ou não ter clareza sobre o que se reflete, mas sim, saber trabalhar com os antagonismos e ao mesmo tempo entendê-los como complementares à medida que não se excluem. Há vários equívocos em relação ao pensamento complexo, no sentido de conceber este como um inimigo da ordem, da clareza ou como uma receita ou resposta, enquanto esse deve ser visualizado como um desafio e uma motivação ao pensar (MORIN, 2007).

De fato à aspiração à complexidade tende para o conhecimento multidimensional. Ela não quer dar todas as informações sobre um fenômeno estudado, mas respeitar suas diversas dimensões: assim como acabei de dizer, não devemos esquecer que o homem é um ser biológico – sociocultural, e que os fenômenos sociais são, ao mesmo tempo, econômicos, culturais, psicológicos, etc. Dito isto, ao aspirar a multidimensionalidade, o pensamento complexo comporta em seu interior um princípio de incompletude e de incerteza (MORIN, 2007, p. 176-177).

Segundo Morin (2007, p. 205), o “objetivo do conhecimento não é descobrir o segredo do mundo ou a equação-chave, mas dialogar com o mundo”. Direcionar o pensamento para essa lógica faz com que o trabalhar com as incertezas, não seja uma ameaça ao não conhecimento, mas sim, uma aventura em busca do mesmo, permitindo ao pesquisador pensar o uno e o múltiplo, o certo e o incerto, o lógico e o contraditório de forma dialógica e, a partir dessa nova perspectiva poder o investigador se incluir na investigação.

A oportunidade de inclusão do observador junto a sua observação é em si um processo que pode ser pensado dentro da dialógica da ordem, desordem e organização, tendo em vista as metamorfoses sofridas durante e depois da realização do trabalho de campo. O pesquisador ao observar seu objeto, também está a se observar e, assim, seus conceitos iniciais – que podemos considerar como uma ordem –, passam a sofrer desordem e, a partir das autocríticas e reflexões tendem a se organizar novamente, dentro de um pensar complexo.

Inexiste metodologia para a complexidade, no entanto é possível dizer que possui um método. Este se desenha no sentido de nunca dar por concluído um conceito, o que significa de outro modo o rompimento com tudo que é fechado em si, a fim de restabelecer articulações e compreender as multidimensionalidades, pensando o todo e a parte, concebendo a totalidade de forma antagônica como verdade e não verdade e desta forma permitindo o desvelar de uma verdade mais autêntica, sendo a complexidade “a junção de conceitos que lutam entre si” (MORIN, 2007).

A incerteza, a indeterminação, a aleatoriedade, as contradições aparecem não como resíduos a eliminar pela explicação, mas como ingredientes não elimináveis de nossa percepção/concepção do real, e a elaboração de um princípio de complexidade precisa de que todos esses ingredientes, que arruinavam o princípio de explicação simplificadora, alimentem daqui em diante a explicação complexa (MORIN, 2007, p. 272).

O entendimento do que é de fato a complexidade, ou seja, as complicações, as transgressões, as contradições, as desordens, as ordens, o incerto, passa pela compreensão desta enquanto um *complexus*, que nada mais é do que o estar junto, como bem descreve MORIN (2007, p. 215), “é o tecido formado por diferentes fios

que se transformam numa só coisa”. Ser complexo é estar entrelaçado, tramado, imbricado, no entanto sem que o todo formado por este entrecruzar de sentidos descaracterize a unidade que se revela na diversidade das complexidades que o formaram.

Nesse ponto chegamos ao *complexus* do *complexus*, a essa espécie de núcleo de complexidade onde as complexidades se encontram. No primeiro momento, a complexidade chega como um nevoeiro, como uma confusão, como incerteza, como incredutibilidade. Ela é obstáculo, ela é desafio. Depois, quando avançamos pelas avenidas da complexidade, percebemos que existem dois núcleos ligados, um núcleo empírico e um núcleo lógico. O núcleo empírico contém, de um lado, as complicações, as confusões, as multiplicações proliferantes. O núcleo lógico, sob um aspecto, é formado pelas contradições que devemos necessariamente enfrentar e, no outro, pelas indecidibilidades inerentes à lógica (MORIN, 2007, p. 188).

Os fios, a que Morin (2007) se refere ao tentar exemplificar a complexidade, analogicamente correspondem aos sete princípios que compõem o paradigma atualmente e, que de forma interdependente e complementar orientam a pensar o universo a partir de uma visão complexa, sendo eles: 1) Princípio Sistêmico ou Organizacional; 2) Princípio ‘Holográfico’; 3) Princípio do Circuito Retroativo; 4) Princípio do Circuito Recursivo; 5) Princípio da autonomia/dependência (auto-eco-organização); 6) Princípio Dialógico e o 7) Princípio da reintrodução do conhecimento em todo conhecimento. Embora, interdependentes e complementares, é possível em relação ao presente trabalho o destaque a alguns deles que possuem significado ímpar na compreensão do meu objeto de estudo, conforme exposto no quarto capítulo.

A produção do presente trabalho a partir da escolha pelo Paradigma da Complexidade encontra razão de ser na pretensão de desvelar as ambiguidades de um projeto de prevenção à violência contra jovens, no qual suas ambivalências quando analisadas sob a perspectiva dos princípios de intelegibilidade, interdependentes e complementares entre si, possibilitam a compreensão dos impactos e percepções causados em seus destinatários, bem como os significados sob a forma como o projeto é desenvolvido, conforme veremos adiante.

Neste sentido compreender uma política social de prevenção à violência dentro da perspectiva da complexidade, necessariamente, deve unir o singular e o

local a todo o universo de situações que influenciam a realidade na qual ela se desenvolve. Portanto, para uma melhor compreensão do meu problema de pesquisa, divido este trabalho em três capítulos. No capítulo dois realizo uma contextualização da sociedade contemporânea, a partir das concepções de modernidade líquida trazidas por Bauman, auxiliadas pelas percepções acerca de uma sociedade excludente e dos novos paradigmas da segurança pública, com ênfase na prevenção do delito, que tomou impulso no final do século passado, formando assim o pano de fundo onde o objeto de estudos estabelece suas relações sociais e também influencia e é influenciado pelo cenário social atual.

No capítulo três, apresento algumas características em relação à juventude para melhor categorizá-la dentro da faixa etária que passo a conceber como *jovem* para fins do presente trabalho. Posteriormente apresento reflexões em relação a duas situações antagônicas que se desvelam em condutas que tornam nossos jovens ou autores ou vítimas de violência em nossa sociedade. Também são apresentadas, sem maiores aprofundamentos, por se tratar de tema complexo e controverso, algumas noções básicas sobre violência, para promover um melhor entendimento acerca dos atuais paradigmas de prevenção que serão comentados no quarto capítulo.

O quarto capítulo traz a apresentação e análise dos dados a partir da exposição do método de pesquisa e de reflexões em relação a esses, com o aprofundamento do referencial epistemológico complexo, buscando desvelar o problema de pesquisa a partir da compreensão dos impactos e percepções causados a seus destinatários.

2 OS CAMINHOS TRILHADOS PELA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

2.1 A LIQUIDEZ COMO PANO DE FUNDO DAS EXPERIÊNCIAS SOCIAIS DOS JOVENS

A compreensão sobre os impactos e percepções pelos destinatários do Projeto estudado no presente trabalho – *Dois Caminhos, uma Escolha* - necessita de uma prévia reflexão acerca das transformações sociais vivenciadas nos últimos trinta anos no contexto mundial, como um caminho para o entendimento de circunstâncias sociais hostis e contraditórias a que especialmente nossos jovens estão expostos na contemporaneidade. A utilização estratégica de alguns autores internacionais neste capítulo tem como pretensão fomentar pensamentos que vão ao encontro de uma concepção global dos fenômenos observados de forma local, partindo do pressuposto que as questões levantadas por aqueles em relação a outros países, são bem contemporâneas à realidade brasileira.

Assim, a contextualização de uma atualidade em permanente metamorfose econômica, política e sócio-cultural como pano de fundo deste trabalho encontra na metáfora da liquidez um cenário que lhe é muito familiar e desvela os mais infundáveis e globalizados sentimentos de insegurança, instabilidade, vulnerabilidade, medo, isolamento, individualização, violência e a inevitável fluidez dos relacionamentos humanos, formando e transformando os cenários de nossa realidade.

Chegamos ao século XXI, totalmente imersos numa modernidade líquida, como bem a descreve Bauman (2001), partindo de uma construção teoricamente metafórica entre os fenômenos de transformação que sofrem os líquidos e os comportamentos e acontecimentos que transformam a sociedade contemporânea. Para o autor, “os líquidos, diferentemente dos sólidos, não mantêm sua forma com facilidade. Os fluidos, por assim dizer, não fixam o espaço nem prendem o tempo” (BAUMAN, 2001, p. 8) e neste sentido, também, assim, se apresentam as dinâmicas estruturais de nossa sociedade atual, cada vez mais propensa a permanentes e

fugazes mudanças, como fluidos que “não se atêm muito a qualquer forma e estão constantemente prontos (e propensos) a mudá-la” (BAUMAN, 2001, p. 8).

Um simples olhar ao nosso redor nos desvela uma sociedade portadora de inúmeros aspectos que não possuem dificuldade alguma em nos convencer da real liquidez do mundo moderno e a conseqüente violência produzida por esta. Diante deste cenário de inúmeras modificações, um sentimento avassalador merece atenção especial: a insegurança. Vivemos nosso dia a dia sob o espectro das incertezas, entre as quais, constituem a instabilidade no mercado de trabalho e financeiro e a voracidade no de consumo, associado ao medo da violência e do criminoso, aquelas que se apresentam como mais preocupantes na atualidade.

O mundo moderno – líquido se transformou em um lugar de muitas inovações/aperfeiçoamentos, mas também de extremas vulnerabilidades econômicas, sociais, políticas e culturais, resultante destes. Assim, inegável os benefícios que muitas transformações nos trouxeram, no entanto, não podemos esquecer os prejuízos que acompanharam esses. As transformações tecnológicas são um exemplo dessa realidade, à medida que proporcionaram nosso acesso a “sociedade da informação”, porém, constituíram ao mesmo tempo mecanismos de inclusão e exclusão, vez que, possibilitaram o estreitamento das fronteiras de comunicação, mas também “criaram novas divisões sociais entre os que têm acesso ao mundo *high tech* e os que não têm” (GARLAND, 2008, p. 186).

Neste aspecto, importante salientar que os antagonismos inerentes a cada circunstância, fazem com que os benefícios concedidos de um lado tragam conseqüências negativas por outro. Utilizo essa premissa, apenas para justificar que não é minha pretensão enfatizar somente o lado obscuro das transformações sociais, entretanto, possivelmente me aterei mais as conseqüências negativas dessa modernidade líquida (BAUMAN, 2001), no intuito de desvelar a realidade contemporânea na qual o meu objeto de estudo se encontra e para a qual se destina.

Nesta perspectiva, em relação ao mercado de trabalho, se faz necessário ressaltar que sua necessidade em se adaptar as mudanças econômicas e não

sucumbir a estas acaba sacrificando diariamente um enorme contingente de trabalhadores incapazes de acompanhar os ritmos destes dois mercados. Assim, o trabalho seguro, qualificado e com salários estáveis de outrora, é substituído por atividades desempenhadas por empresas terceirizadas, com contratos por tempo determinado e muitas vezes, sem vínculo empregatício. A automação da indústria de serviços, também contribui com essa preocupante realidade, que faz com que muitos trabalhadores sejam dispensados e substituídos por máquinas de última geração, produzindo um sentimento de precariedade no que antes parecia seguro (YOUNG, 2002).

[...] o planeta está cheio, não há mais espaços vazios e, portanto nossos supérfluos ainda estão entre nós. Houve um tempo em que os indivíduos eram considerados apenas provisoriamente supérfluos, uma época na qual se dizia que eram desempregados. “Desempregado” é uma palavra enganosa, pois sugere mais do que realmente diz. Estar desempregado significa que a regra, para os seres humanos, é estar empregado; portanto estar desempregado é um incidente, uma coisa bizarra, anômala, que é preciso enfrentar. Mas agora, cada vez com mais frequência, podemos ouvir algumas pessoas dizerem que outras são supérfluas – não desempregadas, mas supérfluas (BAUMAN, 2009, p. 82).

Uma categoria expressivamente atingida por essa instabilidade do mercado de trabalho são os jovens, especialmente aqueles recém - saídos da escola que são diretamente afetados pelo “monstro” do desemprego, tendo em vista, a falta de experiência que possuem e a realidade de um setor que prima pelo aumento do lucro à custa do corte de mão de obra, ou seja, não criando novos empregos para poder formar ativos. Embora existam movimentos no sentido de criar subsídios para fomentar o acesso a emprego dos jovens sem experiência, estes ainda são muito tímidos e o resultado disso é o pedido de flexibilidade que se faz ao jovem, orientando para que não seja tão exigente e aceite, em que pese suas qualificações profissionais, o serviço que lhe é oferecido, sem muitos questionamentos.

Ao lado dessa preocupante realidade de “eliminação” do mercado de trabalho, a que Bauman (1999) se refere como sendo a “produção de gente supérflua”, encontramos outra preocupante circunstância que se origina no desenfreado consumo a que somos submetidos a todo instante na era da descartabilidade. A sociedade atual cada vez mais se molda a uma cultura que não abre mais espaço para o reaproveitamento do que quer que seja. A regra que se impõe é a da rápida

substituição e, neste ato, acabamos por rejeitar coisas e pessoas. Apesar de nossas precárias condições econômicas e sociais frente às quais deveríamos nos orientar pelo reaproveitamento, somos treinados a descartar, seduzidos por um mundo cada vez mais imerso em uma cultura que percebe objetos e, inclusive seres humanos, como destinados a um curto “prazo de utilização”.

Nossa sociedade é moldada por valores de consumo, onde todos nós somos convidados a consumir, no entanto, esquecemos que apesar de podermos nos lançar na onda do consumo, desejar ser um consumidor, nem todos podemos assim o ser, tendo em vista, que a maioria de nós apesar de condenados a uma vida de opções, nem sempre possuímos os meios necessários a tais escolhas (BAUMAN, 1999). Vivemos assim, em tempos onde não é mais necessária mão de obra industrial em massa frente as mais avançadas tecnologias de produção, mas necessitamos de capacidade para sermos consumidores, numa sociedade que nos atrai primeiramente para essa condição, no entanto, não nos fornece os subsídios necessários para o desempenho da mesma.

Diante dessa realidade surge uma categoria de indivíduos que Bauman (2005) chama de “consumidores falhos”, que para o autor, são todas as pessoas carentes de recursos para consumir, mas que mesmo assim se inserem no mercado de consumo, sendo responsáveis por mais despesas do que lucro, vez que toda produção de bens na atualidade pode ser realizada, de forma mais “econômica”, sem que essas sejam mantidas em seus empregos. A sociedade do consumo necessita de consumidores ávidos a consumir e com condições para tanto, sendo estes os ativos necessários à indústria do consumo orientada para o lucro, entretanto, os “consumidores falhos” constituem o maior entrave ao desenvolvimento deste mercado e um atraso à economia de um país.

A verdade é que na modernidade líquida, consumimos por autoafirmação, respeito que queremos do outro – é mais quem tem mais –, para fugir da própria insegurança do viver e tantas outras questões que se distanciam da simples necessidade de sobrevivência pessoal, se aproximando cada vez mais da incontrolável busca pela (sobre)vivência do desejo. Compramos por que estamos atrás das falsas sensações que o consumo pode nos proporcionar, precisamos a

qualquer custo saciar nosso incontrolável anseio por ter ou se libertar de algo, mas que traz camuflado pelo prazer que o consumismo pode nos oferecer, a busca pela segurança perdida.

Os consumidores podem estar correndo atrás de sensações táteis, visuais ou olfativas – agradáveis, ou atrás de delícias do paladar prometidas pelos objetos coloridos e brilhantes expostos nas prateleiras dos supermercados, ou atrás das sensações mais profundas e reconfortantes prometidas por um conselheiro especializado. Mas estão também tentando escapar da agonia chamada insegurança. Querem estar, pelo menos uma vez, livres do medo do erro, da negligência ou da incompetência. Querem estar pelo menos uma vez, seguros e confiantes; e a admirável virtude dos objetos que encontram quando vão às compras é que eles trazem consigo (ou parecem por algum tempo) a promessa de segurança (BAUMAN, 2001, p. 96).

A busca por uma competência que não se sabe mais existente aguça o consumo, pois há vários setores da nossa vida onde necessitamos provar sua existência e por tal motivo vamos desesperadamente às compras que hoje não se resumem a um sapato ou uma roupa, porque as nossas deixaram de servir ou estão velhas, mas sim, porque precisamos ter uma peça de vestuário para cada dia da semana, para cada ocasião incidente, pois somos o que vestimos, os bens materiais que possuímos. Mas as compras não param por aí. Na sociedade do consumo, podemos comprar tanto coisas materiais como imateriais, pois tudo parece ter virado objeto de consumo.

Neste contexto, a lista de compras não tem fim. Compramos desde comida, sapatos, automóveis, mobiliários, até as habilidades necessárias para o nosso sustento e convencimento do empregador de que somos aptos para a vaga, os meios de garantir o reconhecimento do marido, ser amado, amigos e até aqueles que queremos conhecer. O único item que não compõem a interminável lista de tudo aquilo que podemos consumir é a possibilidade de não ir às compras (BAUMAN, 2001). Na sociedade do consumo o comando atendido é o de não deixar qualquer que seja a oportunidade passar, pois é imperdoável não aproveitar a oferta.

A mídia se torna uma grande fomentadora desse consumo desenfreado à medida que mostra em seus filmes, novelas, séries e programas um mundo consumista totalmente à disposição de qualquer um que queira fazer parte dele. Os espetáculos televisivos estão muito mais propensos a repassar o luxo em suas

teledramaturgias do que o “lixo” que toda essa realidade produz. Nas telenovelas, mesmo os personagens que passam por dificuldades estão muito aquém da realidade enfrentada por uma expressiva parte da população na luta pela (sobre)vivência, sendo que muitos daqueles, sem se quer possuir qualquer atividade laboral, desfrutam de um conforto do qual muitos brasileiros são privados diariamente.

O horário do intervalo comercial, então, é puro glamour e pior que isso, segue (re)produzindo aos telespectadores que a possibilidade de um é a de todos, basta um simples cartão de crédito e pronto, vamos às compras, depois a gente vê como faz para pagar, o importante é a satisfação imediata do desejo que não pode esperar. A maior aflição de um consumidor é ter que estabelecer prioridades e sua infelicidade tem origem muito mais no excesso do que na falta do que consumir. As possibilidades para aquisição do objeto de desejo são intermináveis, assim como o aumento da angústia por mais consumo a cada satisfação efetivada.

A ordem social do mundo industrial avançado é uma ordem que engole seus membros. Ela consome e assimila culturalmente massas de pessoas através da educação, da mídia e da participação no mercado. Meios de comunicação de massa ubíquos, prolíficos em seus canais, assumem uma proporção cada vez maior do tempo de lazer e divulgam imagens globais de sucesso, de expectativas e de desejos. O mais crucial de tudo é que há uma imagem do estilo de vida normal, de que bens e que nível de conforto podem ser esperados se entrarmos no jogo. Há imagens de estilo de vida das estrelas, com certeza, mas há também imagens, nas novelas e na sucessão interminável de dramas ficcionais e histórias jornalísticas factuais, das recompensas da vida cotidiana. Grande parte dessas imagens são assimiladas pelo cantinho do olho: eis o pano de fundo do drama absorvido diariamente sem ser o centro da atenção. O conforto dos apartamentos, o modelo do carro, o estilo de lazer e a liberdade de estilo de vida, tudo absorvido pelo espectador. Portanto, a mídia irradia imagens do nível de conforto que deve ser esperado e que itens de consumo estão associados ao sucesso (YOUNG, 2002, p. 125-6).

A cultura do consumo, cujo princípio fundamental é a descartabilidade, é também a do esquecimento e não do aprendizado e mesmo quando esse ocorre é tão fugaz, instantâneo que se liquefaz rapidamente. Não há limites ao consumo, não há necessidade de durabilidade dos objetos, pois o próprio desejo a ser satisfeito é líquido, se molda velozmente há outro tempo e espaço. Nessa perspectiva, a sociedade líquido-moderna do consumo, assim como as anteriores é também estratificada, apenas se distinguindo das precedentes pela extensão de

estratificação de seus membros, pois nessa, se está ou na “classe alta” ou na “baixa” pela liberdade de escolher onde se quer estar (BAUMAN, 1999).

Numa sociedade onde a regra é consumir, mas não se oportuniza meios para que esse consumo se efetive de maneira saudável e responsável, o resultado, inevitável é também a produção de “gente supérflua”, como ocorre pela insuficiência de postos de trabalho, que conseqüentemente irá aumentar o “refugo humano” e inevitavelmente criar um ambiente social hostil, pela insegurança, vulnerabilidade e exclusão a que a inacessibilidade universal aos bens de consumo pode originar, conforme veremos adiante.

Essa é, em linhas bem gerais, o ambiente da vida contemporânea. Os problemas do refugo (humano) e da remoção do lixo (humano) pesam ainda mais fortemente sobre a moderna e consumista cultura da individualização. Eles saturam todos os setores mais importantes da vida social, tendem a dominar estratégias de vida e a revestir as atividades mais importantes da existência, estimulando-as a gerar seu próprio refugo sui generis: relacionamentos humanos natimortos, inadequados, inválidos ou inviáveis, nascidos com a marca do descarte iminente” (BAUMAN, 2005, p. 15).

Nesta conjuntura líquido-moderna outro setor de nossas vidas é brutalmente atingido pelo espectro da insegurança que reflete desmedidamente na questão da violência e criminalidade e, no caso deste trabalho, especificamente nestas em relação a adolescentes e jovens em nosso mundo globalizado. A família está em transformação, possuindo tal premissa legitimidade na forma como as dinâmicas sociais em relação a essa vêm se travando.

Nossos lares estão esvaziados de diálogo, de amor, de compreensão e de todos os outros fatores que contribuem para a formação de uma vida digna a qualquer ser humano. Ao contrário do que muitos podem supor este vazio transpassa a sociedade, atingindo a todos os níveis sociais indistintamente. À medida que os indivíduos são imersos cada vez mais nos desafios do mercado de trabalho e de consumo, quando a garantia da (sobre)vivência passa por jornadas intermináveis de labor a baixos salários – isso em relação aqueles que possuem uma fonte de renda, porque a situação se agrava mais ainda em relação aos desempregados –, a distância entre os laços familiares afetivos parece aumentar demasiadamente.

A família líquido-moderna parece ter entrado na dança dos frágeis vínculos afetivos, respondendo a toda uma transformação sociocultural, política e econômica da sociedade contemporânea. Neste caminhar da humanidade muitos pais se perdem e perdem seus filhos para um mundo cada vez mais inseguro, onde as portas das incertezas e vulnerabilidades estão abertas para a violência e o crime, tanto na sua face de autoria como e principalmente, na de vitimização.

No passado, a família funcionava como algo estrutural, onde o sujeito possuía apoio, onde ele buscava amparo para suportar suas angústias e dificuldades. A família então funcionava como um refúgio, e como principal educadora e formadora do cidadão.

Na atualidade, os valores e as relações são derretidos, liquefeitos. A família era algo sólido, algo estrutural, uma espécie de entidade que, pela sua característica de solidez, permanecia, mais ou menos, estável. Conseqüentemente, essa característica de solidez significava também um compromisso a longo prazo para aqueles que dela faziam parte — a família oferecia segurança, mas em troca limitava os movimentos daqueles que com ela se envolviam mais efetivamente (COSTA, 2011).

Outra marca dessa fluida modernidade é o exacerbado individualismo, que se apresenta como comportamento antagônico a sentimentos como de solidariedade, coletividade e a própria concepção de sociedade. Em tempos de transformações sociais aceleradas a dissolução dos laços afetivos e sociais parece estar no centro da questão. Desvela-se um tempo de provisoriedade e desapego a tudo que pode impedir a fluidez da liberdade, que traz em sua outra face evidências do abandono social que se encontram os indivíduos na contemporaneidade.

Os processos de individualização referem-se ao desprendimento das redes de pertencimento social, como a própria família, a escola, o convívio com outros indivíduos, entre outras circunstâncias, que como modo de vida ou imposição para a imensa maioria acaba formando um vácuo entre a liberdade e a incerteza, a emancipação e o total desamparo social e individual. Em tempos de instabilidades e consumismo exacerbados, onde cada um segue suas próprias convicções e faz de seus semelhantes, coisas, demonstra que vivemos ou estamos na zona limítrofe do retorno à barbárie, a partir da desumanização com que as relações humanas vêm se travando.

A satisfação dos desejos pessoais que caracteriza o individualismo possui peculiar posição no sistema de consumo desenfreado no qual se encontra inserida, transcendendo o simples contentamento de um querer e transformando-se principalmente na construção de uma imagem social. O mundo contemporâneo se vê diante do desafio de conciliar o individualismo com os interesses coletivos, pois as instituições e valores do passado tornaram-se referências estranhas à fase líquida da modernidade, na qual, cada um por si tenta capacitar-se diante das incertezas do futuro.

Bauman (2008) associa à individualização outra forma de comportamento que é potencializador desta, chamado de mixofobia que, consiste no medo de “misturar-se” com o outro, conviver, compartilhar dos mesmos espaços com estranhos, sendo ambos fenômenos geradores de insegurança. Testemunhamos, assim, uma segregação social que se apresenta nas mais variadas formas e, na busca pela “segurança perdida”, percebemos cada vez mais o isolamento humano, como por exemplo, a partir da estruturação de nossas cidades, em um fenômeno que Bauman (2009) denomina de “guetos voluntários e involuntários”.

Segundo Bauman (2009), os “guetos voluntários” são os condomínios fechados, os isolamentos imobiliários aos quais se condicionam os indivíduos que cada vez mais se cercam das inovações em segurança privada a fim de se manter afastados do “outro”, dos “estranhos”, dos “estrangeiros”, dos que lhes são diferentes cultural e socioeconomicamente. Os “guetos involuntários” por sua vez, são aqueles espaços que acabam ficando de fora das cercas dos “guetos voluntários” e comportam a maior parte da população tida como “estranha”, “estrangeira” e, porque não dizer, “perigosa”, aos olhos dos que dela se isolam.

Uma das características mais relevantes dos condomínios é “seu isolamento e sua distância da cidade ... isolamento quer dizer separação de todos os que são considerados socialmente inferiores”, e – como os construtores e as imobiliárias insistem em dizer – “o fator-chave para obtê-lo é a segurança. Isso significa cercas e muros ao redor dos condomínios, guardas (24 horas por dia) vigiando os acessos a uma série de aparelhagens e serviços [...] que servem para manter os outros afastados” (BAUMAN, 2009, p. 39).

Assim, a promessa de qualidade de vida e segurança dentro destes espaços de individualização, ao contrário das condições de (con)vivência, que restam pelas ruas e espaços deteriorados e inseguros, que a cidade oferece, associado a repulsa de se misturar com os que lhe são diferentes ou inferiores, faz com que cada vez mais as enormes “muralhas” construídas nas cidades produzam, inclusive, duas ou mais “cidades” ou “sociedades” dentro de uma, fazendo com que as diferenças entre os que estão “dentro” da cerca, se potencializem em relação aos que estão “fora” dela e vice-versa.

Como sabemos, as cercas têm dois lados. Dividem um espaço antes uniforme, em “dentro” e “fora”; mas o que é “dentro” para quem está de um lado da cerca e “fora” para quem está do outro? Os moradores dos condomínios mantêm-se fora da perturbadora e vagamente ameaçadora – por ser turbulenta e confusa – vida urbana, para se colocarem “dentro” de oásis de tranquilidade e segurança. Contudo, justamente por isso, mantêm todos os demais fora dos lugares decentes e seguros, e estão absolutamente decididos a conservar e defender com unhas e dentes esse padrão; tratam de manter os outros nas mesmas ruas desoladas que pretendem deixar do lado de fora, sem ligar para o preço que isso tem. A cerca separa o “gueto voluntário” dos arrogantes, dos muitos condenados a nada ter (BAUMAN, 2009, p.40).

Neste aspecto, somos testemunhas dos grandes cinturões periféricos ou misturas sociais⁹ que se formam frequentemente em nossas cidades e assustadoramente são contrastantes a elas, resultando na segregação destes espaços e na própria (con)vivência social, geradora de um individualismo influenciado pelo sentimento mixofóbico. Assim, o incentivo à mixofobia a partir do isolamento em “guetos voluntários e involuntários”, através da redução ao máximo da comunicação entre estes é a combinação perfeita para a forte tendência cada vez mais excludente de nossa sociedade, intolerante e preconceituosa em relação aos “estranhos” de um e do outro lado das “cercas”.

Assim, o lado voluntário do isolamento – onde estão os que se cercam em fortalezas de alta segurança –, traz o temor aos indivíduos pertencentes às *underclass* (BAUMAN, 2009), pelo mito de que são perigosos, terroristas em potencial e mais cedo ou mais tarde vão matá-los e do lado involuntário do enclausuramento – os que se encontram nas periferias –, o peso de carregar este estigma, acaba por deflagrar verdadeiras guerras urbanas entre estes dois extremos, o que faz dessas características até agora apresentadas, elementos geradores de violência e, portanto, inseguranças e vice versa.

Tornar os bairros residenciais uniformes para depois reduzir ao mínimo as atividades comerciais e as comunicações entre um bairro e outro é uma receita infalível para manter e tornar mais forte a tendência a excluir, a segregar. Tais procedimentos podem atenuar o padecimento de quem sofre de mixofobia, mas o remédio é por si mesmo patogênico e torna mais profundo o tormento, de modo que – para mantê-lo sob controle – é preciso aumentar continuamente as doses. A uniformidade do espaço social, sublinhada e acentuada pelo isolamento espacial dos moradores, diminui a tolerância à diferença; e multiplica assim, as ocasiões de reação mixofóbica, fazendo a vida na cidade parecer mais “propensa ao perigo” e, portanto, mais angustiante, em vez de mostrá-la mais segura e, portanto, mais fácil e divertida (BAUMAN, 2009, p. 50).

A experiência ambivalente de viver em uma cidade é vivenciada pelo seu poder de atração e repulsão que tornam o ambiente urbano desorientador e responsável por inúmeros temores sofridos por todos aqueles que de uma forma direta ou indireta são atingidos pelas incertezas dos fenômenos da globalização. A

⁹ Utilizo essa expressão para descrever as “mesclagens” sociais que observamos em nossas cidades, constituídas por casas ou condomínios bem estruturados e seguros, muitas vezes dividindo o espaço próximo com casebres e bicos sem a menor infraestrutura. Essa realidade está muito presente nos bairros e regiões centrais, principalmente de nossas grandes cidades, o que leva a constatação de que não há apenas uma divisão entre centro e periferia.

vida na cidade é uma experiência por si mesma antagônica que induz simultaneamente tanto a mixofobia quanto ao sentimento contrário a essa, o qual Bauman (2009) chama de mixofilia e, que consiste na vontade de se misturar, de conviver com o outro.

Assim, o convívio com o estranho é mixofóbico, pelo pavor que causa naqueles que se pretendem diferentes deste e, mixofílico em relação à necessidade de convívio entre “semelhantes”. No entanto, neste cenário contemporâneo de segregação, ao lado dos supostos “estranhos”, surge outra categoria que é a dos estrangeiros, em relação aos quais Bauman (2009), se refere como sendo os imigrantes que vagam de um lado para outro a procura de novos territórios de sobrevivência. Segundo o autor, a dificuldade que possuímos de convívio seja com os “estranhos” seja com os “estrangeiros” está na fragilidade e precariedade que a condição destes traz em si e que é perturbadora ao olhar cotidiano daqueles que nem por um instante cogitam a possibilidade de um dia vir a ser um “estranho” em seu próprio ambiente também. Desta forma, “por inúmeros motivos, os imigrantes tornam-se os principais portadores das diferenças que nos provocam medo e contra as quais demarcamos fronteiras” (BAUMAN, 2009, p. 80).

Este contexto de instabilidade no mercado de trabalho e financeiro associado ao consumismo desenfreado, individualismo exacerbado, ruptura dos laços afetivos, isolamento e segregação social, conforme mostrado até agora, nos revela outra característica destes tempos líquidos: a produção de “gente supérflua”. No dizer de Bauman, os “supérfluos” seriam essas pessoas que dentro de um sistema socioeconômico, marcado pela segregação, são incapazes de ser produtivas em uma sociedade ordenada e por isso sujeitos à intolerância. Por serem estranhos, a necessidade de mantê-los longe do alcance do olhar, de isolá-los e bani-los, pois não pertence à ordem alguma, são desnecessários a ela e por isso devem ser mantidos fora dos muros que tornam homogênea uma certa comunidade (BAUMAN, 1999).

As pessoas supérfluas estão numa situação em que é impossível ganhar. Se tentam alinhar-se com as formas de vida hoje louvadas, são logo acusadas de arrogância pecaminosa, falsas aparências e da desfaçatez de reclamarem prêmios imerecidos – senão de intenções criminosas. Caso se queixem abertamente e se recusem a honrar aquelas formas que podem

ser saboreadas pelos ricos, mas que para eles, os despossuídos, são mais como veneno, isso é visto de pronto como prova daquilo que a “opinião pública” (mais corretamente, seus porta-vozes eleitos ou autoproclamados) “já tinha advertido” – que os supérfluos não são apenas um corpo estranho, mas um tumor canceroso que corrói os tecidos sociais saudáveis e inimigos jurados do “nosso modo de vida” e “daquilo que respeitamos” (BAUMAN, 2005, p. 55).

Na ordem dos excedentes, que utilidade nenhuma parece ter frente aos novos arranjos sociais, surge uma das mais perversas marcas da líquida modernidade que é o “refugo humano”. Aqueles indivíduos sem qualquer possibilidade de permanência ou retorno a ordem social estabelecida na contemporaneidade que é regida pelo trabalho precário e consumo exacerbado passam a carregar o estigma de “lixo humano” e, que conseqüentemente deve ser removido o quanto antes do alcance dos olhos que tanto se incomodam com a sua presença.

Os “redundantes”, são produto inevitável da fluidez moderna, reflexo da construção de uma ordem e de um progresso econômico que possuem como efeito colateral o expressivo aparecimento de pessoas “inaptas”, “indesejáveis”, “deslocadas”, que são privadas dos seus anteriores meios de sobrevivência e passam a vagar sem rumo, pois incerteza e insegurança passam a ser a ordem de suas vidas (BAUMAN, 2005). Por serem “supérfluas” e, portanto, “refugo”, não combinam com uma sociedade que prima acima de tudo pelo desenvolvimento econômico, sucumbindo desta forma a descartabilidade que rege as relações humanas na atualidade.

Diante do descarte real ou iminente, os tempos líquidos noticiam uma insegurança que se potencializa para uns na forma de incertezas quanto ao futuro e para outros no formato de medo em relação ao “refugo humano” oriundo dessas circunstâncias. Os efeitos gerados pelas precariedades sociais passam, então, a buscar soluções na efetivação de um Estado que abre mão das suas funções políticas e sociais para assumir cada vez mais uma política de segurança voltada ao controle dos indivíduos redundantes.

A impossibilidade de ação do Estado em relação às vulnerabilidades causadas pelo não atendimento das demandas econômicas e sociais e sua impotência frente à produção dos “lixos humanos”, acaba lhe reservando, apenas, o

papel de responsável pela segurança e, mais especificamente, a segurança pessoal dos indivíduos considerados hipoteticamente vítimas da grande produção de pessoas excedentes em nossa sociedade. Violência e criminalidade passam a ser associadas ao “refugo humano”, ocorrendo uma acentuada criminalização da pobreza (BAUMAN, 1999).

O clamor social por medidas de segurança que estabilizem a ansiedade provocada pelas novas configurações sociais desvela um Estado produtor de normas, cada vez mais rígidas e severas, que passam a criminalizar os que estão à margem da sociedade e mais vulneráveis a todas as transformações sociais que tornam suas condições de sobrevivência cada vez mais precárias. A necessidade de soluções rápidas à questão do “refugo”, ainda que suas efetividades não sejam imediatas e tampouco se realizem, encontra no sistema penal o local ideal para o depósito de todo resíduo de um progresso econômico desmedido e irresponsável diante das questões sociais.

As prisões, sob o olhar do cidadão comum passam a cumprir o papel de “lixeiros” para onde seres humanos sem perspectivas são destinados diariamente. O “homem de bem”, pouco se importa com o que acontece do outro lado dos muros do isolamento penal. A garantia de segurança almejada pela maioria está relacionada à possibilidade de não ter que conviver com o “refugo”, não precisar dividir os mesmos espaços com os “supérfluos” e principalmente não ser testemunha de toda miserabilidade humana gerada pelas instabilidades econômicas e sociais.

De forma explícita, o principal e talvez único propósito das prisões não seja ser apenas um depósito de lixo qualquer, mas o depósito final, definitivo. Uma vez rejeitado, sempre rejeitado. Para um ex-presidiário sob condicional ou *sursis*, retornar à sociedade é quase impossível, mas é quase certo retornar à prisão. Em vez de orientar e facilitar o caminho de “volta à comunidade” para presidiários que cumpriram sua pena, a função dos agentes de condicional é manter a comunidade a salvo do perigo perpétuo temporariamente à solta (BAUMAN, 2005, p. 109).

Nesta perspectiva, há também a descartabilidade das funções da pena, antes mesmo de sua verificação prática e assim, dos “re” pretendidos um dia pelo sistema penal, ainda que mera suposição, no sentido de *reabilitação*, *reforma* e *reeducação*, o único que efetivamente se materializa é o da *reincidência*. Na modernidade líquida,

as prisões passaram a ocupar um lugar especial na linha de frente das instituições recrutadas a tratar com a questão dos resíduos oriundos do processo de globalização. Se há dificuldade em reciclar, a alternativa para dar cabo de todo esse lixo “é acelerar o seu processo de ‘biodegradação’ e ‘decomposição’, ao mesmo tempo isolando-o, do modo mais seguro possível, do habitat humano comum” (BAUMAN, 2005, p. 108) e, parece que a falência de nosso sistema carcerário tem respondido muito bem a este propósito.

A importância política das operações punitivas é circunstância que vem se somar a este contexto de tratamento do “refugo humano”. Assim, os movimentos em torno da redução da maioria penal, da construção de mais presídios, da rigidez e ampliação da legislação penal conferem ao Estado um status de severidade, capacidade, determinação que resgata a segurança que o cidadão tanto espera deste. Quanto mais imediata e espetaculosa a medida punitiva destinada ao criminoso, independente de sua eficácia, mais o Governo se legitima enquanto guardião da ordem e das certezas de seus governados. No entanto, para que essa proteção do Estado se legitime perante a sociedade é necessário que inseguranças se façam presentes, caso contrário, qualquer iniciativa no sentido de resgatar a segurança perdida, não terá o efeito pretendido.

O Estado a partir do aumento das medidas repressivas e punitivas busca se esquivar de qualquer acusação quanto ao fato de não estar fazendo nada frente às consequências de uma sociedade cada vez mais excludente dentro de um contexto de progresso econômico que faz sucumbir à ordem social. Quem ousaria, diante de todo aparato policial e estratégias garantidoras da segurança dos cidadãos, questionar a ausência de iniciativas Estatais para a resolução dos problemas sociais. Ao contrário, quanto mais esplêndidas as ações de proteção aos indivíduos pelo Estado, mais contará este com o apoio daqueles que acreditam ser a postura punitiva assumida pelos governantes a solução para toda e qualquer insegurança.

Assim, violência, criminalidade e punição encontram uma das fontes de sua origem nas incertezas de um mercado de trabalho que priva ou inclui trabalhadores de forma precária ao mesmo tempo em que os estimula a consumir demasiadamente (YOUNG, 2002). No entanto, não se pode atribuir somente à

exclusão desses dois mercados as possíveis causas de hostilidade em tempos líquido modernos. Aqueles considerados “refugo”, não são os únicos a desafiar as normas e ordem social imposta e, tampouco, existe certeza absoluta quanto a serem suas condições de excedentes a causa única de seus comportamentos violentos e criminosos. Quando se fala em violência social, se faz necessário também considerar os crimes e brutalidades cometidos por indivíduos pertencentes aos “altos escalões” de nossa sociedade, mas que, muitas vezes acontecem de forma tão velada que passam imperceptíveis por todos nós.

O construto social de uma tendência criminalizadora da pobreza, muitas vezes, nos faz encarar os comportamentos violentos e criminosos apenas em relação às classes populares, inclusive fazendo com que nos esqueçamos de outros tipos de violência e criminalidade oriundos das classes mais favorecidas e que causam danos irreparáveis a todos nós. Em seu livro *Globalização: As Consequências Humanas*, Bauman (1999) faz uma provocação aos leitores em relação aos crimes de “colarinho branco”, questionando por que este tipo de desvio não causa tanta insegurança na sociedade como os delitos praticados por aqueles que estão nas classes mais desfavorecidas socialmente, tendo em vista, se tratar de um crime com repercussões bastante perversas para a sociedade.

Seguindo o raciocínio do autor, é possível confirmar o mencionado anteriormente em relação a uma cultura de criminalização da pobreza que está impregnada em nossa sociedade e inclusive, faz com que indivíduos pobres também venham a temer seus semelhantes e não aqueles pertencentes às classes sociais mais favorecidas. Difícil conceber que um crime como o do “colarinho branco” seja uma das principais ou secundárias causas da insegurança moderna e, sobretudo, que o enfrentamento ao mesmo seja um dos caminhos para a segurança tão almejada pelos cidadãos. Ao contrário, os crimes produzidos nas e pelas bases da sociedade, parecem ser os únicos passíveis de controle e punição e, desta forma, garantia de segurança a todos.

Entretanto, o entendimento de todo um contexto de insegurança na modernidade líquida, necessariamente tem que passar pela compreensão de um sistema falho em todos os seus aspectos socioeconômicos, políticos e culturais.

Desconsiderar que crimes como os de corrupção política, não atingem a ordem social, passa pela consideração de que somente a “base” da sociedade é protagonista de episódios de violência, o que não é verdade, pois crimes políticos como esses, devem ser considerados sim, uma violência social. À medida que tal circunstância passa a ser considerada dessa forma, conseguimos visualizar situações como a do desvio de recursos públicos que deveriam atender necessidades fundamentais da população, como conduta também responsável pelo aumento da vulnerabilidade social e conseqüentemente, por muitos sentimentos de medo presentes na sociedade atual.

O resultado da falta de percepção acerca de uma criminalidade mais difusa na sociedade atual é sua incapacidade de conceber qualquer tipo de violência ou crime praticado por um indivíduo pertencente às classes mais favorecidas passível de mesma punição que aqueles cometidos pelos indivíduos que se encontram na base social. Neste sentido, a busca de cuidados - facilmente perceptíveis na tentativa de fórmulas para a segurança-, se destina à proteção contra o “estranho”, o “perigoso” morador das periferias de nossas cidades.

Todos esses fatores considerados em conjunto convergem para um efeito comum: a identificação do crime com os “desclassificados” (sempre locais) ou, o que vem dar praticamente no mesmo, a criminalização da pobreza. Os tipos mais comuns de criminosos na visão do público vêm quase que sem exceção da “base” da sociedade. Os guetos urbanos e as zonas proibidas são considerados áreas produtoras de crime e criminosos. E, ao contrário, as fontes de criminalidade (daquela criminalidade que realmente conta, vista como ameaça à segurança pessoal) parecem ser inequivocamente locais e localizadas (BAUMAN, 1999, p. 134).

Neste aspecto, nos vemos diante de uma cultura de controle do crime e, conseqüentemente da violência, destinada cada vez mais a disciplinar os pobres, enquanto, crescem as liberdades no mercado de trabalho e consumo, potencializando nossas incertezas (GARLAND, 2008). Conforme visto até aqui, muitas causas podem ser atribuídas à insegurança na fluída modernidade, no entanto, o medo do crime e da violência, parece afetar parte significativa da sociedade. Mesmo se tratando de circunstância cada vez mais banalizada em nosso cotidiano, violência e criminalidade nunca, como na atualidade, foram tão vivenciadas e debatidas sob os aspectos da repressão, punição e da crescente tendência preventiva.

2.2 A PREVENÇÃO COMO UM DOS PONTOS DE CHEGADA E PARTIDA: A FLUIDEZ DA VELHA E INEFICAZ REPRESSÃO COMO ÚNICO PARADIGMA DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA

Segundo Garland (2008), uma cultura se ergue em torno dos fenômenos das altas taxas de criminalidade e da crescente insegurança e se torna responsável pela experiência do crime sob uma forma institucionalizada. O “complexo do crime” como é intitulado pelo autor essa formação cultural, se caracteriza por: a) conceber as altas taxas de criminalidade como um fato social normal; b) ter investimentos emocionais no crime, disseminados e intensos, abrangendo elementos de fascinação, medo, raiva e indignação; c) politizar os temas criminais e representá-los de forma emotiva; d) ter políticas públicas dominadas por preocupações com as vítimas e com a segurança do público; e) um sistema penal visto como inadequado e ineficaz; f) um crescimento no mercado da segurança privada e, g) uma consciência do crime institucionalizado pela mídia, cultura popular e segurança privada.

Diante dessas novas tendências de concepção do crime – e também da violência –, crescente é a necessidade de cada vez mais encontrarmos soluções locais para problemas produzidos globalmente (BAUMAN, 2005). Desta forma, em que pese o clamor social por maior rigidez e severidade do Estado em relação ao controle da criminalidade e violência, uma forte e local tendência preventiva em contraposição aos anseios punitivos vem ganhando cada vez mais espaço nas sociedades contemporâneas e, como um dos seus principais propósitos, traz o envolvimento e responsabilização dessas nas questões de segurança a partir de uma maior proximidade com a comunidade.

Neste cenário, o Estado busca dividir suas responsabilidades com a sociedade civil no combate as inseguranças alimentadas pelas altas taxas de criminalidade e violência, passando a trabalhar por meio dessa e não mais sobre ela, e a partir da adoção de tal conduta enfatiza uma parceria na prevenção de eventos criminosos e violentos, não mais se limitando a apenas perseguir e punir indivíduos. As mudanças de perspectivas acabam mexendo com toda estrutura política e institucional tradicionalmente erguida, envolvendo a

formação de organizações híbridas, que trafegam nas velhas fronteiras do público/privado, que ativam ações preventivas da parte das comunidades, empresas comerciais e cidadãos e que redefinem as missões institucionais das agências, tais como polícia e prisões (GARLAND, 2008, p. 312).

Surgem desta forma, novas infraestruturas de prevenção ao crime e a violência, inclusive a partir do envolvimento de novos protagonistas através do policiamento comunitário. No entanto, a ruptura com velhos padrões que reclamam atitudes demasiadamente repressivas e punitivas não é circunstância a que se possa atribuir tranquilidade. Entre a promoção das práticas preventivas e redução das punitivas, há um longo caminho a percorrer, tendo em vista que, há mais de um interesse político em pauta. De um lado, punir e repreender possui muito mais visibilidade para o público, pois a execução destas práticas se dá de forma mais rápida do que das ações preventivas que muitas vezes podem demorar a apresentar resultados, mesmo que mais eficazes.

No entanto, para um Estado comprometido com uma segurança pública que se pautar principalmente no bem estar e dignidade dos cidadãos, a adesão ao novo paradigma de prevenção do crime e da violência através das chamadas *parcerias preventivas* (GARLAND, 2008) traz para si o compromisso com a promoção de uma segurança cidadã. Através das parcerias preventivas, que envolvem uma série de segmentos públicos e privados na busca da redução das oportunidades de ocorrência de circunstâncias violentas e criminosas e da conscientização em relação a essas, cada vez mais o poder público vai aderindo a práticas como o policiamento comunitário, investimentos para melhorias na educação, saúde, transporte, habitação e tantas outras infraestruturas que, sanadas suas deficiências, compõem o aparato necessário ao controle do crime e da violência.

A nova infraestrutura é fortemente orientada para um conjunto de objetivos e prioridades – prevenção, segurança, redução de danos, redução de perdas, redução de medos – que são bem diferentes dos objetivos tradicionais de acusação, punição e da “justiça criminal”. Então, enquanto as medidas mais proeminentes da política de controle do crime são cada vez mais orientadas para a segregação punitiva e para a justiça simbólica, existe, concomitantemente, um novo compromisso, especialmente no âmbito local, com uma estratégia diferente que se pode chamar de *parcerias preventivas* (GARLAND, 2008, p. 63).

Apesar de menos espetaculosas que as medidas repressivas e punitivas de controle do crime, as parcerias que se formam com o objetivo de prevenção deste, ainda que pouco perceptíveis em um curto espaço de tempo, trabalham para a construção de controles internos e encorajamento das comunidades em prol de sua própria segurança. As iniciativas de proximidade das instituições estatais com a comunidade partem da concepção de que a tarefa de controle do crime pode ser melhor realizada no ambiente comunitário, como comprovadamente vem sendo testemunhado.

Neste sentido, uma série de medidas cada vez mais vem sendo executadas, como por exemplo: a polícia comunitária, o cumprimento de pena de serviço à comunidade, justiça restaurativa, entre outras que visam reduzir a estigmatização e os riscos de exclusão que instituições totais, como a prisão, ocasionam. Um dos principais avanços na linha da prevenção tem sido a presença permanente e pacífica de policiais nas comunidades, com o objetivo de promover a imagem da instituição como parceira na promoção da paz, através de um trabalho mais próximo e responsável, rompendo assim, com as tradicionais concepções, existentes principalmente nas comunidades mais carentes, acerca da hostilidade policial.

O propósito de prevenção da violência pelo Estado passa pela renegociação de que tal função não é exclusivamente estatal e para tanto se baseia em uma estratégia de responsabilização da sociedade em relação ao controle e também a produção de fatos criminosos e violentos. Surgem assim, inúmeros projetos apoiados em campanhas publicitárias sobre como se prevenir do crime, oficinas de capacitação de atores sociais para lidar com as consequências deste, palestras em escolas e o envolvimento de crianças, adolescentes e jovens com as práticas de policiamento e vigília, além de intensas campanhas de prevenção ao uso de drogas. A nova tendência preventiva parte da premissa de que somente o Estado não consegue prevenir e controlar o crime e, portanto, diante dessa consciência, deve apoiar os inúmeros atores sociais ao invés de atribuir a responsabilidade unicamente as suas instituições.

A nova estratégia do Estado não é comandar e controlar, mas persuadir e alinhar, organizar, assegurar que outros atores façam a sua parte. Proprietários, moradores, lojistas, industriais, engenheiros, autoridades

escolares, funcionários de transporte, empregadores, pais, cidadãos – a lista é interminável – devem ser levados a reconhecer sua responsabilidade nesta matéria. Eles devem ser convencidos a exercer seus poderes informais de controle social e, se necessário, a modificar suas práticas habituais, de modo a ajudar a reduzir as oportunidades criminosas e aperfeiçoar o controle do crime (GARLAND, 2008, p. 272).

Nesta perspectiva, ao lado das instituições de justiça criminal, se desenvolvem formas bem diferentes de gerir o crime, o criminoso e a violência. Assim, surge um terceiro setor “governamental” (GARLAND, 2008) composto por parcerias público-privadas, organizações de prevenção ao crime, sistema penal, policiamento comunitário e o trabalho de várias instituições que possuam ações de alguma forma relacionadas à segurança pública, tornando esses assuntos responsabilidade também de um conjunto de atores sociais e econômicos.

A segurança pública assume uma tendência preventiva, de redução de danos e gerenciamento de riscos. Neste sentido, tem como propósito reduzir ao máximo, circunstâncias que possam contribuir para o aumento da violência e criminalidade. A garantia de segurança, então, passa a ser a redução do medo, das perdas e danos e o controle dos custos. Enquanto a justiça criminal aposta na ameaça que o poder punitivo traz para o controle do crime, um conjunto de medidas de prevenção busca alternativas às ações preventivas de atores e agências integrantes da sociedade civil.

As políticas, bem diferentes entre si, de parcerias preventivas e de segregação punitiva deveriam ser vistas, ambas, como iniciativas político-administrativas que jazem sobre esta superfície social e que são condicionadas pelos contornos e características desta. Longe de ser criação exclusiva dos políticos ou da mídia, tais estratégias dependem – para sua operação – prática, bem como para seu apoio político – de arraigados modos de pensamento, rotinas de ação e de estrutura de sentimentos que recentemente vieram a caracterizar a sociedade civil (GARLAND, 2008, p.347).

O contexto global no qual os novos paradigmas da segurança pública tem se desenvolvido não está tão distante da realidade brasileira e tampouco da vivenciada no município de Porto Alegre, aonde o objeto de estudo do presente trabalho, o *Projeto Dois Caminhos, uma Escolha*, vem sendo realizado. O Poder Público Municipal, preocupado, já algum tempo com a crescente taxa de violência e criminalidade existente no município e buscando adaptar-se a uma cultura popular

participativa e democrática característica da cidade, tem investido através do Programa *Vizinhança Segura* na promoção da prevenção à violência e criminalidade a partir da aproximação com a comunidade através da Guarda Municipal.

A adoção de uma política transversal em relação às ações realizadas pelas mais variadas secretarias do município, responsáveis por questões como saúde, educação, saneamento, iluminação, esporte e lazer, entre outras que são imprescindíveis no enfrentamento de situações de insegurança na atualidade, tem sido outro desafio para a administração pública municipal. Neste sentido, a reflexão sobre a realidade e a forma como a sociedade vem se (re)organizando para se adaptar a suas transformações será de extrema importância para compreender o Projeto *Dois Caminhos, uma Escolha* –, em relação a suas ambivalências e aos impactos e percepções que causa nos seus destinatários.

Este *Projeto*, conforme apresentado anteriormente, compõem uma *ação* dentro do Programa *Vizinhança Segura* e possui como *destinatários diretos* estudantes e professores da rede pública municipal de ensino fundamental e do EJA – Educação de Jovens e Adultos – e indiretamente abrange pais e a comunidade em geral na construção de uma Cultura de Paz.

Neste sentido, pretendendo o melhor entendimento sobre o objeto de estudo do presente trabalho, imerso nesta nova perspectiva da segurança pública, sob o viés da prevenção à violência, importante é, antes de passar a apresentação dos dados e reflexões acerca da pesquisa realizada, fazer uma breve caracterização da juventude – principal destinatária do projeto – e sua relação com a violência oriunda desta contemporaneidade líquida, de acordo com o aqui exposto, conforme será apresentado no próximo capítulo.

3 OS RISCOS DA RUA: A PERVERSA RELAÇÃO ENTRE JUVENTUDE E VIOLÊNCIA

A contemporaneidade nos desvela, conforme visto no capítulo anterior, um cenário de inúmeras intranquilidades que são (trans)formadoras de fenômenos sociais, entre os quais, a preocupação com o aumento da violência e criminalidade associado à juventude aparece como uma das principais características de uma realidade de expressiva insegurança social.

Neste contexto, com o objetivo de proporcionar melhor compreensão acerca das características peculiares inerentes a indivíduos que se encontram numa faixa etária transitória entre as experiências de infância e as responsabilidades da vida adulta, o presente capítulo pretende uma reflexão e delimitação em relação à concepção de *juventude* enquanto principal destinatária de um projeto de prevenção à violência objeto de estudo do presente trabalho, bem como algumas definições sobre esta e a relação ambivalente que vem sendo estabelecida com os jovens na atualidade.

3.1 ADOLESCENTES E JOVENS: *JUVENTUDES* DO BRASIL

No cenário de intranquilidades vividas atualmente, fruto de inúmeras inseguranças a que somos expostos em todos os momentos e lugares, das quais, violência e criminalidade constituem sua face mais sinistra, encontramos duas categorias de sujeitos cada vez mais vulneráveis a esses fenômenos sociais, que ora aparecem na condição de *mocinhos* – quando vítimas – e ora na condição de *bandidos* – quando autores de atos infracionais. Assim, adolescentes e jovens, aparecem em meio a tantas turbulências de uma modernidade líquida (BAUMAN, 2001), como um constructo social jurídico e politicamente distinto, no entanto, socioeconômico e culturalmente sujeito a uma mesma realidade que exclui por uma via e inclui de forma perversa em outra.

Os debates em torno da violência envolvendo adolescentes e jovens ocupam cada vez mais espaço significativo na mídia e na agenda pública, seja em relação a

temas como a redução da maioridade penal ou sobre políticas sociais de proteção a esses segmentos. Muito embora se perceba opiniões bastante divididas em relação ao papel do adolescente e do jovem no contexto de violência social, parece ser a vitimização juvenil, ainda, circunstância de maior relevância a ser tratada pelas esferas jurídica, política e sociedade civil organizada. Durante muito tempo, a imagem dos jovens¹⁰ apareceu como exclusivamente associada à de transgressor, como se estes fossem apenas protagonistas¹¹ de condutas violentas e não vítimas das mesmas.

A ruptura com velhos paradigmas que associam adolescentes e jovens à transgressão é circunstância que exige bastante empenho para se concretizar, afinal, contamos com aproximadamente um século de construções nesse sentido. Em breve retrospecto, encontramos as principais pesquisas sociológicas desenvolvidas sobre juventude no início na década de 1920, na Escola de Chicago através da Teoria da Desorganização Social, considerada um marco na associação da violência e da criminalidade à imagem dos jovens, passando a “juventude” a ser sinônimo de “problema”. Na década de 1950 os sociólogos norte-americanos constroem uma nova representação dos jovens, que passam a ser vistos, novamente, como um problema social, a partir da associação da sua imagem à transgressão e delinquência (DICK, 2006).

Em 1960, Robert King Merton dedicou-se ao estudo das condutas violentas de jovens pertencentes às *gangues* americanas, dando origem a *Teoria da Frustração*, na qual concluiu ser a violência gerada pelo sentimento de frustração dos jovens diante da impossibilidade de “oportunidades de ascensão social” (ZALUAR, 2004, p.178). Posteriormente, surgiram nos Estados Unidos e na Europa diversos movimentos jovens, que se caracterizaram pelo uso de condutas violentas como forma de expressão e passaram a ser identificados como “rebeldes sem causa”. Em 1963, este cenário começa a sofrer alterações dado o aparecimento dos

¹⁰ Aqui a expressão é utilizada de forma genérica para se referir a adolescentes e jovens, categorias hoje política e juridicamente distinta, mas que durante muito tempo e ainda hoje é utilizada para designar ambas.

¹¹ Segundo o Dicionário Priberam da Língua Portuguesa, a expressão é utilizada neste contexto com o significado de *promotor*, ou seja, o jovem como *autor* de atos violentos.

movimentos voltados para uma cultura de paz, sendo os ‘hippies’ os maiores preconizadores dessa (DICK, 2006, p.6).

Três anos após, novas alterações de comportamento juvenil voltaram a ocorrer, surgindo movimentos questionadores da “ordem estabelecida”. O Brasil não ficou indiferente às inquietações juvenis que vinham ocorrendo pelo mundo, se tornando cenário de intensa participação política de estudantes. No entanto, a jovem postura contestadora não perdurou por muito tempo, se rendendo, por volta dos anos 1970 à crise econômica e aos encantos e apelos dos meios de comunicação de massa que iniciam uma trajetória de mudança no estilo da juventude, com a construção de uma nova cultura juvenil, a partir do consumismo sem limites (DICK, 2006, p.6).

A juventude, em nosso país, começou a conquistar o interesse das ciências sociais por volta da década de 1980, intensificando os estudos envolvendo este tema, posteriormente, nos anos 1990, merecendo destaque a pesquisa realizada pelo Núcleo de Opinião Pública da Fundação Perseu Abramo, intitulada “Juventude: Cultura e Cidadania”, realizada em 1999, que constituiu um importante trabalho de desvelamentos sobre nossos jovens (SILVA, 2011, p.30). Na esfera jurídica, o Estatuto da Criança e do Adolescente foi um marco legal de reconhecimento de direitos a essa categoria, também na década de 1990 e, na esfera política, a Secretaria Nacional de Juventude, através do Conselho Nacional de Juventude reuniu através da Política Nacional de Juventude uma série de diretrizes em relação a políticas destinadas a este segmento.

Muito embora, nas décadas passadas tenham os jovens, protagonizado mundo afora condutas rebeldes ou em prol da famosa “paz e amor”, com o advento dos anos 2000, o cenário é outro, nossa juventude está cada vez mais vulnerável pelas inúmeras faces da violência que transpassa nossas sociedades. Em particular, no Brasil, mas não diferente de outros países, ressalvadas suas peculiaridades, dificuldades como o acesso ao mercado de trabalho, a um ensino de qualidade - tanto na rede pública, quanto privada -, o desfrutar dos bens culturais, esporte e lazer, atendimento digno no sistema de saúde, entre outras tantas situações,

complementam ao lado das violências a que estão expostos cotidianamente adolescentes e jovens, um conjunto de inseguranças juvenis.

Segundo Novaes, “a questão juvenil do século XXI é caracterizada pelas condições perversas que atingem especialmente este grupo social, tais como os problemas com o tráfico de drogas ilícitas, com a violência e a corrupção” (2009, p. 17). No entanto, antes de tratar das questões que envolvem violência e juventude, necessário se faz o entendimento da utilização dessa expressão, tendo em vista que, durante muito tempo e ainda hoje, as expressões *jovens* ou *juventude* são utilizadas para designar um período de transição na vida dos indivíduos, que está entre a infância e a idade adulta, portanto, correspondente ao que hoje também chamamos de adolescência. Contudo, assim como a definição que temos hoje de criança, a partir de uma delimitação etária¹², se deve a transformações sociais e históricas iniciadas a partir do século XIII (ARIÈS, 1981), também outras categorias como *adolescentes* e *jovens*, foram se constituindo através da (re)criação de faixas etárias (JEOLÁS et al., 2007).

A pretensão deste trabalho, porém, não é fazer um retrospecto às inúmeras passagens da história que culminaram com as concepções que hoje existem acerca da definição do ser *adolescente* ou *jovem*, que formam subgrupos ao mesmo tempo distintos por designações etárias, mas tão semelhantes no modo de ser e estar na contemporaneidade. Segundo Waiselfisz (2010), a definição de categorias de indivíduos conforme a faixa etária que correspondem às diversas etapas do “ciclo da vida” destes pode adquirir conotações diversas e passíveis de serem identificadas segundo interesses das diversas áreas do conhecimento de cada sociedade e /ou cultura, de cada momento histórico. Atualmente, são conhecidas como etapas do ciclo da vida, a infância, adolescência, a idade jovem, o adulto jovem, o adulto e a velhice.

No Brasil, a lei 8069/90, classifica como *adolescentes* os sujeitos de direitos compreendidos com idades entre os 12 (doze) e 18 (dezoito) anos e de acordo com determinação da Secretaria Nacional de Juventude, são entendidos como *jovens*

¹² Lei 8069/90 – Estatuto da Criança e Adolescente, art. 2º.

aqueles compreendidos na faixa etária dos 15 (quinze) aos 29 (vinte e nove) anos¹³. A classificação etária para os *jovens* constituiu um subgrupo dentro da categoria tratada genericamente por *juventude* e se originou da percepção acerca da necessidade de políticas para este segmento que anteriormente, após completarem 18 anos ficavam submetidos, assim como os demais cidadãos, as políticas universais, sem qualquer reconhecimento acerca de suas peculiaridades socioeconômicas e culturais.

No entanto a percepção sobre a condição de ser ou não *jovem* sofre variação de uma cultura para outra. O sistema das Nações Unidas, por exemplo, considera como *jovem*, os indivíduos compreendidos entre os 15 (quinze) e 24 (vinte e quatro) anos de idade, abrangendo assim, uma parte da adolescência (WAISELFISZ, 2010).

Se o termo infância nos remete aos termos criança e adolescência, que se encontram referenciados por fortes indicadores físicos e fisiológicos, o termo juventude é muito mais recente e nos remete a definições socialmente delimitadas. Para a Organização Pan-americana da Saúde e a Organização Mundial da Saúde (OPS/OMS), adolescência e juventude se diferenciariam pelas suas especificidades fisiológicas, psicológicas e sociológicas. Para a OPS/OMS, a adolescência constituiria um processo fundamentalmente biológico durante o qual se acelera o desenvolvimento cognitivo e a estruturação da personalidade. Abrangeria as idades de 10 a 19 anos, divididas nas etapas de pré-adolescência (dos 10 aos 14 anos) e de adolescência propriamente dita (de 15 a 19 anos). Já o conceito juventude resumiria uma categoria essencialmente sociológica, que indicaria o processo de preparação para os indivíduos assumirem o papel de adultos na sociedade, tanto no plano familiar quanto no profissional, estendendo-se dos 15 aos 24 anos, ou 15 a 29, no entendimento das instituições brasileiras (WAISELFISZ, 2010, p.12).

Na compreensão dessa nova forma de definir o *jovem*, entre os inúmeros fatores que influenciam a delimitação dentro de uma faixa etária ou outra, em que pese a diretriz nacional a respeito do assunto, há ainda aqueles que partindo de uma análise sobre o aumento da expectativa de vida dos brasileiros e o maior tempo de permanência dos jovens na dependência financeira dos pais, tendo em vista, ausência de oportunidades no mercado de trabalho, consideram como *juventude* os indivíduos pertencentes à faixa etária que vai dos 16 aos 34 anos de idade (POCHMANN, 2004). Diante das inúmeras orientações utilizadas para a classificação dessa nova categoria de indivíduos e, sem ter a pretensão aqui, de

¹³Secretaria Nacional de Juventude/Conselho Nacional de Juventude, vide: www.juventude.gov.br .

aprofundar essas discussões, utilizarei as expressões *jovens* ou *juventude* para designar também adolescentes, sempre que a distinção não se fizer necessária.

Nesta perspectiva, tecer qualquer tipo de reflexão acerca da *juventude*, transcende a simples categorização desta dentro de uma ou outra faixa etária, o que implica considerar que a condição juvenil abrange uma multiplicidade de situações e de sujeitos que vivem de formas diversas a mesma fase da vida, partindo de pontos distintos e seguindo diferentes trajetórias e rumos variados (JEOLÁS, PAULILO, CAPELO, 2007). Neste sentido, não podemos considerar a existência de apenas uma *juventude*, fruto da reunião de indivíduos considerados *adolescentes* ou *jovens*, mas sim de *juventudes*, diante das várias características atribuíveis a eles.

Em um país como o Brasil, de diferenças e desigualdades tão evidentes, a tentativa de identificar “a” juventude brasileira torna-se exercício de inócua abstração. São inúmeros os recortes que interferem nas trajetórias dos jovens – classe, raça, gênero, etnia, região – e estes recortes os tornam mais incluídos ou menos excluídos, fazem suas possibilidades de acesso mais próximas ou mais distantes, suas perdas mais leves ou mais profundas (JEOLÁS, PAULILO, CAPELO, 2007, p.137).

A busca da própria identidade não é algo assim, tão tranquilo, para os *jovens*, fazendo com que sejam, simultaneamente, tão diferentes e tão semelhantes um dos outros, convivendo com os mesmos anseios, inseguranças, medos, ameaças, enfim, há na vida destes, uma espécie de *tsunami* de circunstâncias que os torna paradoxalmente tão próximos e tão distantes em realidades.

A formação da identidade para os jovens é um processo penoso e complicado. As referências positivas escasseiam e se embaralham com as negativas. A construção de si é bem mais difícil que escolher uma roupa, ainda que a analogia não seja de toda má, uma vez que o interesse por uma camisa de marca, pelo tênis de marca, corresponde a um esforço para ser diferente e para ser igual, para ser *diferente-igual-aos-outros*, isto é, iguais àqueles que merecem a admiração das meninas (da sociedade ou dos segmentos sociais que mais importam aos jovens – o que também varia, é claro). Roupas, posturas e imagens compõem uma linguagem simbólica inseparável de valores. Aquilo que na cultura *hip-hop* se chama de *atitude* talvez seja a síntese de uma estética e de uma ética, que se combinam de modo muito próprio na construção da pessoa (SOARES, 2004).

Pochmann (2004) considera para análise da condição juvenil duas abordagens distintas que devem ser levadas em consideração, na maior parte das vezes. Neste sentido, o enfoque biopsicológico procura identificar o jovem a partir do

aspecto da transitoriedade, que se relaciona a incerteza e a instabilidade inerentes à transição da fase adolescente para a adulta. O outro enfoque, de natureza teórico-sociocultural, busca a identificação das formas do ser jovem, a partir do reconhecimento de seu ambiente, marcado por um vocabulário próprio, gostos específicos no vestir, no relacionamento em grupo, namoro, dança, música, entre outras circunstâncias sempre em modificação.

Assim, não está incorreto afirmar que o componente etário que marca a juventude é influenciado por situações biopsicológicas e socioculturais temporárias e provisórias de identificação com legitimação e representações próprias. Desta forma a fase tipicamente transitória da juventude pode ser perfeitamente identificada para além dos seus limites fisiológicos, considerando também os arranjos culturais existentes no interior de cada sociedade. De acordo com essa concepção, podemos entender que alterações como o aumento da expectativa de vida em uma sociedade e também transformações na estrutura econômica, repercutem direta ou indiretamente na condição juvenil (POCHMANN, 2004).

Associada as diferentes circunstâncias que envolvem a condição de ser jovem, está também a busca da visibilidade. Os jovens também possuem uma imensa necessidade de serem vistos associados à mídia, à beleza, irreverência, reconhecimento e prestígio social, que ícones do mundo da cultura e do esporte desfrutam (SALES, 2007). Até este ponto, nada de anormal em querer estar identificado com o poder que estas imagens representam na vida daqueles que ainda estão à procura do seu modo de pensar, agir, ser, isto é, construindo a personalidade que irá guiá-los pela vida em diante.

No entanto, o problema surge quando a impossibilidade imediata de gratificação em termos de consumo, prazer, lazer, reconhecimento social, tendo em vista, dificuldades de acesso a oportunidades sociais como a escola, trabalho, remuneração digna, levam muitos jovens a sucumbir às tentações da criminalidade, tornando-se personagens em potencial de furtos, assaltos, tráfico e outros episódios violentos. Além disso, os jovens também compreendem o poder e a força da imagem que os associa à rebeldia, a comportamentos transgressores e à violência e tiram partido dessas circunstâncias (SALES, 2007). O comportamento transgressor e

a própria adrenalina inerente a ele são elementos que atraem alguns jovens, pela simples razão de ser, colocando-os em situação de vulnerabilidade diante da possibilidade de ser autor ou vítima de circunstâncias violentas.

3.2 ALGUMAS CONCEPÇÕES DE VIOLÊNCIA: ENTENDENDO OS RISCOS A QUE SE SUJEITAM OU ESTÃO SUJEITOS OS JOVENS

A violência é um fenômeno social cada vez mais global e, portanto, também local, que atinge tanto o público como o privado, estando seu conceito em constante mutação, tendo em vista que, várias formas de comportamento passaram a ser consideradas formas de violência, estando mais vulneráveis a ela, aqueles a quem têm sido negado o direito ao acesso a bens e equipamentos de lazer, esporte e cultura que operam nas especificidades de cada grupo social e desta forma desencadeiam ou não comportamentos violentos (ABRAMOVAY, 2002).

Devido à generalização do fenômeno da violência não existem mais grupos sociais protegidos, diferentemente de outros momentos, ainda que alguns tenham mais condições de buscar proteção institucional e individual. Isto é, a violência não mais se restringe a determinados nichos sociais, raciais, econômicos e ou geográficos, entretanto, como se pretende demonstrar, considerando-se modalidades de violência, ela pode se acentuar por gênero, idade, etnia, classe social, independentemente se como vítimas ou como agentes (ABRAMOVAY, 2002, p.13).

Neste contexto, a violência atravessa a sociedade brasileira de múltiplas maneiras, sendo também manifestação de poder, expressão de como as relações sociais estão aqui organizadas, de como o capitalismo se engendrou e se perpetua no país. Assim, a violência, embora concebida como estruturalmente produzida pelas elites, como um dos mecanismos que sustenta e faz política e economia, não lhe é patrimônio exclusivo, sendo reproduzida pelos diversos estratos sociais, mas equivocadamente associada de maneira reducionista e invertida, pela opinião pública, aos pobres e miseráveis, tidos como *classes perigosas* de onde provêm os *maus elementos* (SALES, 2007).

De acordo com Arblaster, “uma política que deliberada ou consciente conduza à morte de pessoas pela fome ou doença pode ser qualificada de violenta. Essa é uma razão por que slogans como ‘pobreza é violência’ ou exploração é violência’

não constituem meras hipérboles” (1996, p.803). Neste sentido, a noção de violência se perfaz ambivalente, não existindo uma única percepção do que seja ela, mas sim, uma multiplicidade de atos violentos que têm suas significações nas normas e nos contextos sociais que variam de um período histórico a outro (ABRAMOVAY, 2002). Para Chauí a violência consiste em

[...] 1) tudo o que age usando a força para ir contra a natureza de alguém (é desnaturar); 2) todo ato de força contra espontaneidade, a vontade e a liberdade de alguém(é coagir, constranger, torturar, brutalizar);3) todo ato de transgressão contra o que alguém ou uma sociedade define como justo e como direito. Conseqüentemente, violência é um ato de brutalidade, sevícia e abuso físico e/ou psíquico contra alguém e caracteriza relações intersubjetivas e sociais definidas pela opressão e intimidação, pelo medo e o terror [...]. (CHAUÍ, 1999, p.3-5).

A UNESCO (ABRAMOVAY, 2002) a partir de análises e pesquisas recentes, vem trabalhando com as definições de violência direta, indireta e simbólica. A Violência direta é aquela em que os atos físicos resultam em prejuízo deliberado da integridade da vida humana, como ocorre com as diferentes faces do homicídio - assassinatos, chacinas, genocídios, crimes de guerra, suicídios, acidentes de trânsito e massacres civis. A violência indireta envolve todo tipo de ação coercitiva ou agressiva que provoque o psicológico ou emocional. Por fim, a violência simbólica compreende relações de poder interpessoais ou institucionais que limitam a livre ação, o pensamento ou a consciência dos indivíduos.

Ainda dentro da perspectiva de uma violência simbólica, importante contribuição nos trouxe Bourdieu (1998), a partir da abordagem sobre esta como sendo aquela que se realiza sem que seja percebida como tal, inclusive por quem é por ela vitimizado, tendo em vista que, se insere em tramas de relações de poder naturalizadas. A violência simbólica transforma o poder em carisma, legitimando a dominação para o dominado que não percebe os riscos ou prejuízos que suas condutas realizadas sob a influência de crenças que acredita ser verdadeiras podem ocasionar. Em alguns casos a violência simbólica pode ser tão prejudicial quanto qualquer outro tipo de hostilidade facilmente perceptível, muitas vezes acontecendo diariamente em nossas relações sociais, sem que mesmo percebamos ser autores ou vítimas dela.

[...] a teoria da violência simbólica apoia-se em uma teoria da crença, ou melhor, em uma teoria de produção de crença, do trabalho, de socialização necessária para produzir agentes dotados de esquema de percepção e de avaliação que lhes farão perceber as injunções inscritas em uma situação, ou em um discurso, e obedecê-las (BOURDIEU, 2001, p. 171).

Em que pese as diferentes faces da violência, o que se percebe no cenário contemporâneo é um duelo protagonizado por *mocinhos* e *bandidos*, no qual, aqueles, segundo comprovam as estatísticas, são compostos pela quantidade de jovens mortos no Brasil, pertencentes a faixa etária dos 15 aos 24 anos de idade, sendo os índices de vitimização bem maiores do que aqueles referentes aos que cometem homicídios e/ou ingressam no mundo da criminalidade e conseqüentemente da violência inerente a ela (WAISELFISZ, 2010 e ADORNO, 2002), em que pese o apelo incessante da opinião pública de que a maior parte da população juvenil é composta por *maus elementos* – bandidos – através da permanente e perversa estigmatização destes jovens.

Assim, a relação entre juventude e violência, assume várias faces, transcendendo os próprios limites das desigualdades sociais dentro do contexto de falta de oportunidades de escolaridade ou no mercado de trabalho. Em algumas circunstâncias, identificamos comportamentos juvenis extremamente violentos, que possuem origem em inúmeros fatores, seja o ambiente familiar, comunitário ou a própria influência da mídia, que não poupa esforços em apresentar vários episódios violentos, reais ou fictícios, criando estímulos para associações de imagens a personalidades, ainda em construção, ao poder atrativo que a violência possui e que faz aflorar a rebeldia própria dessa fase da vida.

3.3 JOVENS COMO SUJEITOS DO RISCO OU AO RISCO: A RUA COMO ESPAÇO DE MAIOR CRIMINALIDADE OU VITIMIZAÇÃO DA JUVENTUDE?

As realidades e concepções que colocam os jovens na condição de agentes de risco são inúmeras e, por tal razão, vou expor brevemente algumas, com o objetivo de contrastar com outra realidade, tendo em vista também, os riscos a que estes jovens estão expostos e a crescente vitimização violenta dos mesmos. No contexto contemporâneo, são muitas as circunstâncias que transformam nossa juventude em um *risco* perante a sociedade: o mito criado pela mídia em relação à

delinquência juvenil, às vulnerabilidades sociais e familiares, o sistema socioeducativo, o tráfico e consumo de drogas, a necessidade de visibilidade, dificuldade de inserção no mercado de trabalho e o incentivo ao consumo exacerbado, constituem algumas das situações que devem ser enfatizadas.

A mídia noticia diariamente episódios de violência envolvendo jovens em sua grande maioria, na condição de bandidos, algozes perversos, marginais. Há sem dúvida uma distorção total de valores e também em relação aos próprios fatos informados. Com certeza possuímos um número cada vez maior de adolescentes e jovens em situação de *marginalidade*, mas porque vivem à margem de uma sociedade cada vez mais excludente e não porque são protagonistas de circunstâncias violentas e criminosas.

Dentro disso, merece relevo a dinâmica de produção e circulação de representações sociais engendradas pelos meios de comunicação na contemporaneidade, os quais no afã de informar terminam, por vezes, participando da difusão de estigmas e estereótipos relacionados à criança e adolescentes pobres na sociedade brasileira. [...] Torna-se emblemática, neste sentido, a discussão sobre a redução da idade penal, ponto de inflexão e encruzilhada ideológica do mais resistente conservadorismo, como pano de fundo da cobertura da violência pela mídia (SALES, 2007, p. 23).

A grande maioria dos delitos cometidos por jovens correspondem a crimes contra o patrimônio e não contra a pessoa, como a mídia insiste enfatizar de forma totalmente desproporcional aos dados das Secretarias de Segurança Pública, que registram em média 10% dos atos infracionais violentos cometidos por aqueles. Atrás dessa conduta jornalística nefasta, mitologicamente cria-se uma imagem da juventude demasiadamente associada à transgressão, transformando essa em *metáfora da violência* e contribuindo para uma visibilidade perversa dos jovens infratores (SALES, 2007). Outro pecado capital cometido pela imprensa tem sido a associação da violência com alguns segmentos sociais, logo, os mais vitimados por ela, enquanto, somos todos sabedores que delitos e atos violentos não são condutas exclusivas de uma classe social apenas e, o seu enfrentamento depende da concepção desses como difusos na sociedade.

Segundo Sales (2007), são criados vários mitos pela mídia, entre os quais, ela destaca o do *hiperdimensionamento, da periculosidade e o da impunidade*. O

primeiro mito se origina das distorções que a mídia faz em relação aos delitos, dando ênfase aos mais graves, ou seja, aqueles que envolvem ameaça ou violência à pessoa, como sendo os que ocorrem em maior proporção, enquanto as estatísticas demonstram o contrário. O *mito da periculosidade* decorre da importância dada em noticiar preferencialmente os delitos mais graves praticados pelos jovens (homicídios, estupros, roubos,...), mais uma vez contradizendo os dados oficiais e impactando a sociedade. Por fim, o *mito da impunidade* surge atrelado à ideia de que as medidas socioeducativas fabricam impunidade assim como ocorre em relação às punições, também fracassadas, destinadas aos adultos.

Neste contexto, de forma voluntária ou não, a mídia transforma os jovens em indivíduos perigosos, dado os espetáculos que assistimos quando num ato desesperado por maior visibilidade de suas condições, se revoltam e coletivamente expressam-se por meio de condutas violentas, revoltas ou rebeliões e, mais uma vez utilizando a obra de Sales (2007), exemplifico tais circunstâncias a partir de dois casos que marcaram a história de nosso país envolvendo jovens: a rebelião na FEBEM em 1999 e o caso do ônibus 174¹⁴. No entanto, a trajetória desses jovens muitas vezes é desconsiderada, importando apenas, para a comercialização da notícia, ter chegado onde conseguem finalmente ser percebidos.

[...] tais adolescentes saem, paradoxalmente, capturados como figuras centrais ao *imaginário da violência* na sociedade brasileira. Imaginário que tem sido alimentado pelo *culto – circuito* (em franco neologismo da informação), cujos mitos e, muitas vezes, sensacionalismo percorrem do rádio à TV e aos jornais, e vice-versa (SALES, 2007, p. 191).

Na sociedade da imagem, não é de se estranhar, portanto, que mitos, crenças, valores, estereótipos, preconceitos, estigmas, entre tantas outras concepções negativas, sejam industrializadas em forma de notícias que estampam como principais personagens de uma violência que parece não ter fim, nossa juventude. A mídia como meio de concepção de uma *cidadania virtual* (SALES, 2007) deveria, desta forma, cumprir uma função estratégica a partir da veiculação de temas capazes de interferir na pauta política, mas de forma positiva, através da conscientização da coletividade em relação à preocupante realidade que desvela os

¹⁴ Estes dois episódios encontram-se muito bem expostos e interpretados por Mione Apolinario Sales em seu livro *(In)visibilidade perversa: adolescentes infratores como metáfora da violência*. Vide bibliografia.

jovens como grandes vítimas de violências institucionais e das transformações socioeconômicas e culturais que vivenciamos principalmente nos últimos trinta anos.

Como um dos principais mecanismos de formação de opinião na atualidade, os profissionais da mídia, em especial os jornalistas, deveriam ser mais cuidadosos com as imagens e notícias que difundem, passando a atuar de forma estratégica na veiculação de assuntos de interesse coletivo, mediando assim conflitos sociais. Os meios de comunicação não podem de forma alguma esquecer de que antes de condenar é preciso conhecer a realidade perversa a que muitos jovens estão expostos, para fazer a sociedade refletir também sobre a sua cota de responsabilidade nessas circunstâncias e não simplesmente garantir a venda da notícia, independente das consequências que a forma como são vinculadas podem ocasionar.

[...] no Brasil, por exemplo, lançam-se mão, no cotidiano, de violências institucionais, desde as delegacias a unidade de internação, até as prisões propriamente ditas; e na esfera do Judiciário e do Legislativo de projetos de lei a preconizar a revisão do Estatuto da Criança e do Adolescente; propostas de pena de morte, dentre outros. Somam-se a este o coro midiático contra a impunidade e pelo maior endurecimento da legislação penal, com a publicação de notícias violentas (nem sempre de primeira grandeza) em primeira página, alimentando a cultura do medo, da insegurança e da violência (SALES, 2007 p. 216).

Outra questão de extrema influência na conduta de jovens que passam a representar um *risco* para a sociedade é a vulnerabilidade social e familiar a que estão expostos. Muitas vezes a família que deveria ser o primeiro lugar de acolhida destes, desde a infância e durante todo seu processo de desenvolvimento, contribuindo para sua socialização, acaba sendo um dos principais locais de contato com a violência, sendo muitas vezes protagonista de maus tratos, abusos e negligência. Em que pese essa fragilidade familiar ser difusa na sociedade, os mais afetados por tais comportamentos acabam, mais uma vez, sendo os jovens das classes populares, que em busca de uma paz impossível de ser conquistada em ambientes tão hostis e na luta pela sobrevivência, acabam deixando o lar e se jogam na perversa realidade das ruas, sucumbindo à violência e criminalidade.

No entanto, a entrega aos *riscos* da rua que acaba transformando alguns adolescentes e jovens em *riscos* nas ruas, não é característica apenas dos pobres. Muitos episódios de violência são protagonizados por jovens pertencentes às classes mais favorecidas e, por tal motivo, resguardadas a hipótese de carências socioeconômicas e culturais, mais uma vez a família aparece com certo percentual de responsabilidade, à medida que não só a violência, mesmo que de forma mais velada, se faz presente, mas também o abandono e por que não dizer negligência dos pais em relação aos filhos?

Além da falta de acolhida familiar ou mesmo com a presença dela, nossos jovens, em especial os das classes populares, desde a tenra idade se deparam com inúmeras vulnerabilidades sociais, que alguns por ser privados dos meios necessários a suportá-las, acabam enveredando para um caminho contrário daquele que a maioria esforça-se por seguir. Nossas crianças, adolescentes e jovens são cada vez mais vítimas de uma violência social que se expressa das mais variadas formas, seja no desemprego, na falta de perspectivas de vida, precariedades na educação, saúde, lazer, cultura, esporte, segurança, sendo o grande reflexo dessa realidade o *risco*, ilusório ou não, que passam a representar em nossas ruas.

Encontram-se então em estado de risco social as novas gerações – *peças em desenvolvimento* – que não possuem autonomia e capacidade de auto - sustento, muito embora estejam previstas na Constituição (Art. 227) a *proteção integral e prioridade absoluta*, como responsabilidade do Estado, da família e da sociedade. (SALES, 2007, p. 90)

Outro terreno fértil para a (re)produção de comportamentos hostis e criminosos por parte de nossos jovens é o sistema socioeducativo¹⁵, destino de alguns que ao ingressarem no mesmo, trazem consigo uma trajetória, conforme visto, de negligência e vulnerabilidades e passam a se sujeitar a tantas outras circunstâncias institucionais hostis, apenas publicitadas quando chegam ao limite da suportabilidade humana. O resultado da total falta de observância e respeito à legislação¹⁶ que regula o tratamento destinado aos *jovens em conflito com a lei* é a transfiguração de nosso sistema de medidas socioeducativas sob a modalidade de

¹⁵ No caso do nosso Estado, a FASE – Fundação de atendimento socioeducativo do Rio Grande do Sul, sob responsabilidade da Secretaria de Justiça e Desenvolvimento Social. Vide www.fase.rs.gov.br

¹⁶ ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. Lei 8.069/90.

internação, que tornam cada vez mais semelhante ao nosso sucumbente sistema prisional, além de ser um convite direto para a reincidência criminal e tantas consequências negativas que possam daí surgir.

A perversidade com que algumas medidas socioeducativa de internação vêm sendo executadas em nosso país, muitas vezes só ganha visibilidade, e ainda assim, colocando os jovens como sendo os únicos personagens cruéis da mesma, quando ocorrem rebeliões de grande repercussão nacional, onde relembro mais uma vez aqui, o caso da FEBEM em 1999.

Em instituições fechadas deste tipo, em particular aquelas que funcionam em estado precário, tentativas de fugas isoladas ou em massa, motins e rebeliões propriamente ditas fazem parte de uma certa dinâmica de descompressão, tensões e demandas dos internos, quanto: a maus-tratos, violência, ócio, rivalidade entre gangues, anseio por liberdade, proximidade de eventos e datas comemorativas, dentre outros. Isto significa que estas iniciativas, via de regra, integram o panorama institucional, não tendo maior relevância ou apelo de transformação. No entanto, algumas rebeliões, como as de 1999, conquistaram visibilidade e foram dotadas da capacidade de mobilizar a opinião pública, autoridades de promover mudanças, ou quando menos pautar uma série de reivindicações na agenda de direitos desse segmento para o longo processo político que se abriu após a sua erupção (SALES, 2007, p. 258).

Assim, diante de tais constatações, mais uma vez, é possível compreender que a associação entre juventude e violência, que coloca essa, segundo a opinião pública como protagonista de condutas violentas e por isso um *risco* em nossas ruas, que devemos evitar, é no mínimo equivocada.

No que diz respeito ao mercado de trabalho em relação ao jovem, o prognóstico ainda é de exclusão, não só em relação aos jovens pertencentes aos segmentos mais vulneráveis da população como, e principalmente para aqueles egressos do sistema socioeducativo de internação. A falta de escolaridade exigida para determinadas áreas, bem como de experiência profissional, faz com que uma grande parte da juventude fique fora do mundo do trabalho digno e passe a fazer parte de outra perversa realidade que é a da falta de emprego ou precariedade do mesmo.

Diante da realidade, onde a necessidade de se ter uma atividade remunerada é fundamental, tendo em vista, as novas configurações familiares e sociais, bem como as tentações de um mercado de consumo cada vez mais exigente e, face ao desemprego ou emprego precário, surge no caminho de alguns jovens, o tráfico de drogas como ilusória alternativa a uma vida de acesso rápido a bens considerados valiosos e ao status que o exibicionismo dos mesmos pode garantir. Presenciamos assim, a exclusão por um lado, do mercado de trabalho e a respectiva inclusão em um submundo, muitas vezes sem volta, para uma expressiva parcela de nossa juventude que acaba se tornando estatisticamente uma das grandes vítimas letais do tráfico de drogas.

Talvez a percepção da diferença entre viver e sobreviver e as escolhas daí subsequentes de como “agir a vida” constitua justamente o divisor de águas entre aqueles que se lançam nos negócios e ilusões do tráfico, com seus riscos e consequências, e o restante da juventude pobre das classes trabalhadoras, empenhada em obter êxito pessoal, apegada a importância de ser honesto. Sem dúvida alguma, qualidade aí é objeto de polêmica: para os primeiros, algo relacionado à rapidez de acesso, em quantidade, a bens considerados valiosos (armas, carros, joias, tecnologia em geral de última geração, etc.) e à sua exibição, denotando poder e privilégio, pouco importando a fugacidade da vida por dentro desse projeto ou da posse desses bens: [...] Os últimos, por sua vez, possuem o caminho mais longo, e por vezes, penoso - da sujeição segundo Foucault -, da batalha pelo primeiro emprego; da conclusão dos estudos (em geral, no máximo, o ensino médio); da compra de bens também considerados valiosos e objetos do desejo de consumo (celulares, DVDs, roupas, carro, casa, etc.) pelo sistema a prazo ou por mil estratégias de troca de favores entre familiares e amigos (SALES, 2007, p. 210).

Muito embora a opção seja num primeiro momento pelo crime, a partir do envolvimento com o tráfico de entorpecentes, uma das razões que trago aqui como sendo responsável pela realização de atos infracionais ou delitos violentos por parte dos jovens, não é preciso muito tempo, para que estes passem da condição de *bandidos* a *vítimas* de um crime cada vez mais difuso e envolvente em nossa sociedade. Ambivalências também, encontramos em relação ao consumo de drogas, posto que, muitos jovens usuários acabam se tornando violentos ou entram em conflito direto com a lei pela própria *fissura*¹⁷ do vício e, não em raros casos, tornam-se vítimas fatais do mesmo, circunstâncias que muitas vezes culminam com a morte, seja pelo próprio uso da droga ou mesmo por dívidas contraídas em função dela.

¹⁷ De acordo com o dicionário Priberam de Língua Portuguesa, no Brasil, através da linguagem informal se utiliza essa expressão para designar uma situação de *grande apego* ou *paixão* por algo ou alguém. Estudos realizados na área da saúde vêm utilizando tal expressão sob o ponto de vista técnico para designar o comportamento obsessivo de dependentes químicos em relação à droga.

Nesse cenário de tantas (in) visibilidades (SALES, 2007) e *riscos* que nossa contemporaneidade nos traz, percebemos, então, o mundo juvenil, tornar-se cada vez mais vulnerável à violência, independentemente da classe social a que pertence o jovem em nossa sociedade, embora, o maior grau de vulnerabilidade, ainda, se observe em estruturas econômicas e sociais menos favorecidas, fazendo com que muitos sejam ainda visualizados como *riscos* nas ruas e não como vítimas dos *riscos* que esse mesmo espaço oferece.

Associados à pobreza, outros fatores como as mudanças provocadas pelo momento de transição entre a adolescência e a vida adulta contribuem para potencializar uma maior suscetibilidade do jovem ao risco. [...] Pessoas nesta faixa de idade são naturalmente vulneráveis pelas características intrínsecas à idade. [...] No entanto, é importante observar que tais características assumem diferentes configurações quando contrastadas com as condições sociais, econômicas e culturais vivenciadas pelos jovens. Estas condições são determinadas em certa medida pelo ambiente no qual estão inseridos, pelo acesso a políticas públicas de lazer, educação, projetos sócio-educativos, valores religiosos e familiares socializados, pela condição econômica de seus responsáveis e pelo contexto social que permite ao jovem uma maior ou menor suscetibilidade aos riscos, entre eles, o risco da violência (DAL BELLO e PAULILO, 2002).

Frente a todas as constatações apresentadas neste capítulo e muitas outras que não foram mencionadas ou aprofundadas, filio-me as concepções que ainda defendem ser o jovem a grande vítima da violência e neste sentido, por suas condições peculiares, muito mais sujeito aos riscos da rua, do que representação de ameaça perambulando por essa, conforme ainda insistem em defender algumas mentes dotadas de um conservadorismo sem limites. Neste sentido, o Mapa da Violência de 2011¹⁸, que apresenta estatísticas específicas em relação à mortalidade juvenil, vem, por fim, corroborar com tal premissa ao *risco* demonstrando que os óbitos atribuíveis a causas externas na população não jovem¹⁹ somam 9,9%, enquanto atingem o percentual de 73,6% das mortes em relação aos jovens. No concernente àquela faixa da população os óbitos causados por homicídio

¹⁸ Embora verificada publicação do Mapa da Violência 2012, foi realizada opção por dados existentes na edição anterior, tendo em vista, se tratar de dados especificamente referentes à mortalidade juvenil por causas externas e, neste sentido, envolvendo outros tipos de violência além do homicídio, como acidentes de trânsito e suicídios. No entanto, tanto a edição aqui considerada - Mapa da Violência 2011: Os Jovens do Brasil -, como a de 2012, estão disponíveis no site: www.mapadaviolencia.org.br.

¹⁹ Waiselfisz, considera em seu estudo, como pertencentes à população não jovem, indivíduos entre 0 a 14 anos e com idade superior a 25 anos. (Mapa da Violência 2011, p. 18)

correspondem a 1,8%, já entre os jovens o percentual é bem maior, perfazendo 39,7% das mortes. (WAISELFSZ, 2011, p. 18)

Os dados acima são médias nacionais, pois ao se particularizá-los por estados, alguns índices podem ser bem maiores, tendo sido identificados casos nos quais mais da metade das mortes de jovens estão relacionadas a homicídios. Adicionam-se aos homicídios, os acidentes de transporte, responsáveis por 19,3% da letalidade juvenil e ainda 3,9% correspondentes aos suicídios. Neste contexto, percebemos homicídios, acidentes de transporte e suicídios, como responsáveis por quase 2/3 (62,8%) dos óbitos de nossos jovens (WAISELFSZ, 2011, p.7).

No ano de 2008, o Estado do Rio Grande do Sul ocupava o 20º lugar no ordenamento das Unidades Federadas por Taxas de Homicídio (em 100 mil) no correspondente à população total e o Município de Porto Alegre registrou 670 homicídios em relação à totalidade de sua população. Em relação aos jovens – entre 15 e 24 anos de idade – foram registrados 219 homicídios no referido ano, chegando a capital de nosso Estado a ocupar o 9º lugar entre as capitais com os maiores índices de homicídios na juventude, sendo que em 1998, encontrava-se em 13º posição (WAISELFSZ, 2011). Assim, portanto é demasiadamente preocupante, o curto espaço de tempo – apenas uma década – que faz o município de Porto Alegre avançar na ordem das capitais mais violentas em relação aos jovens em nosso país.

Se a magnitude de homicídios correspondentes ao conjunto da população já pode ser considerada muito elevada, a relativa ao grupo jovem adquire caráter de epidemia. Os 34,6 milhões de jovens que o IBGE estima que existiam no Brasil em 2008, representavam 18,3% do total da população. Mas os 18.321 homicídios que o DATASUS registra para esse ano duplicam exatamente essa proporção: 36,6%, indicando que a vitimização juvenil alcança proporções muito sérias.

É na faixa “jovem”, dos 15 aos 24 anos, que os homicídios atingem sua máxima expressão, principalmente na faixa dos 20 aos 24 anos de idade, com taxas em torno de 63 homicídios por 100 mil jovens. As taxas mais elevadas, acima de 60 homicídios em 100 mil jovens, encontram-se dos 19 aos 23 anos de idade (WAISELFSZ, 2011, p.13).

Outro preocupante indicador de violência em relação aos jovens são os expressivos registros de acidentes de trânsito envolvendo estes. O aumento no número de óbitos registrados no período compreendido entre 1998 e 2008, foi de

26,5% para a população total e 32,4% para a população jovem. Segundo o Mapa da Violência 2011, se considerada a idade do acidentado, as mortes por acidente de transporte crescem rapidamente a partir dos 13 anos, chegando ao auge aos 22 anos e diminuindo progressivamente a partir dessa idade, sendo em 1998, 838 vítimas e em 2008, 1.204 casos (WAISELFISZ, 2011).

Por fim, não menos preocupante que as duas causas de mortalidade comentadas anteriormente, temos o suicídio, que no Brasil, no período de 1998 e 2008 passou de 6.985 para 9.328, representando um aumento de 33,5%, que foi superior ao crescimento da população do país no mesmo período (17,8%), ao número de homicídios (19,5%) e aos óbitos por acidentes de transporte (26,5%) (WAISELFISZ, 2011).

[...] Entre os jovens, o aumento foi bem menor: 22,6%, passando de 1.454 para 1.783 suicídios entre 1998 e 2008. Regionalmente, o crescimento foi semelhante ao da população total, mas com situações estaduais muito diferenciadas.

[...] Considerando a população, o país passou de 4,2 a 4,9 suicidas em 100 mil habitantes e de 4,4 para 5,1 suicidas em 100 mil jovens na década analisada. A maior concentração de suicídios encontra-se na região Sul, especialmente no Rio Grande do Sul, e na região Centro-Oeste, principalmente no estado de Mato Grosso do Sul (WAISELFISZ, 2011, p.30).

Os indicadores acima ilustram um problema social com dimensões ainda imensuráveis. Quando falamos em violência letal, estamos nos referindo à *ponta do iceberg*. A maior parte das violências cotidianas, não implica no óbito dos envolvidos, no entanto, este nos revela a violência levada a seu grau extremo. Waiselfisz nos salienta que, “da mesma maneira que a virulência de uma epidemia é indicada, frequentemente pela quantidade de mortes que causou também a intensidade nos diversos tipos de violência guarda estreita relação com o número de mortes que causa” (2011, p. 5).

Neste contexto de violência *da* juventude ou *contra* esta, de acordo com as questões aqui expostas, renova-se a oportuna e instigante necessidade de conhecer e acompanhar um Projeto de prevenção à violência, destinado a jovens, no município de Porto Alegre. Como já mencionado, de acordo com levantamento

prévio realizado à época que se propôs a pesquisa²⁰, foi identificado o Projeto *Dois Caminhos, uma Escolha*, de iniciativa da Guarda Municipal de Porto Alegre, através da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Segurança Urbana, como um importante campo de observação e verificação acerca dos impactos e percepções que ações na área da prevenção produzem em seus destinatários, no caso em questão, jovens na faixa etária entre 12 e 17 anos, conforme será exposto no próximo capítulo.

²⁰ O levantamento acerca de Projetos de Prevenção à violência, destinado a jovens no município de Porto Alegre foi realizado entre os anos de 2009 e 2010, a partir de participação da autora em pesquisa para o Programa de Redução da Violência letal (www.prvl.org.br) contra Adolescentes e Jovens no Estado, sendo que na época ainda não havia sido implementado o PROTEJO – Projeto Federal de prevenção à violência destinado exclusivamente à jovens –, nos Territórios da Paz.

4 OS CAMINHOS DA PESQUISA E A PESQUISA DE UM CAMINHO

A partir das reflexões realizadas nos capítulos anteriores acerca de todo um contexto social em permanente e fugaz transformação, foi possível perceber as vulnerabilidades a que jovens estão exposto na contemporaneidade e que os coloca diante de situações limite ora como vítimas, ora como autores de atos violentos.

Nesta perspectiva, passo a apresentar e analisar, neste capítulo, os resultados de uma pesquisa realizada sobre um projeto de prevenção à violência contra jovens que vem sendo realizado no município de Porto Alegre, com vistas a verificar a partir dos impactos e percepções que produz em seus destinatários, as possibilidades de enfrentamento às vulnerabilidades sociais contemporâneas.

4.1 CONSTRUINDO UMA TRAJETÓRIA DE DESVELAMENTOS: ASPECTOS METODOLÓGICOS

Ao iniciar o presente capítulo, no qual serão apresentados e analisados os achados da pesquisa, importante enfatizar os aspectos metodológicos que foram fundamentais na trajetória de construção do conhecimento neste trabalho. Assim, o entendimento sobre o que é uma pesquisa social, constitui um dos pontos primordiais a ser destacado, em relação ao qual, utilizo o conceito fornecido por Gil, que define essa como o “processo que, utilizando a metodologia específica, permite a obtenção de novos conhecimentos no campo da realidade social”. (2008, p.26)

Para Gil, a realidade social é entendida num sentido bastante amplo, “envolvendo todos os aspectos relativos ao homem em seus múltiplos relacionamentos com outros homens e instituições sociais” (2008, p.26). Neste aspecto, o conceito de pesquisa social dado pelo autor, aplica-se nas investigações realizadas pelas diversas áreas que compõem as ciências sociais, entre elas, a Política Social.

Maria Cecília de Souza Minayo nos esclarece que, a pesquisa social constitui os “vários tipos de investigação que tratam do ser humano em sociedade, de suas relações e instituições, de sua história e de sua produção simbólica” (2006, p.47),

Como quaisquer fenômenos humanos, investigações sociais estão relacionadas a interesses e circunstâncias socialmente concatenadas. Pesquisas nascem de determinado tipo de inserção no real, nele encontrando razões e objetivos. Enquanto prática intelectual, o ato de investigar reflete também dificuldades e problemas próprios das ciências sociais, sobretudo sua intrínseca relação com a dinâmica histórica (MINAYO, 2006, p.47).

Diante da compreensão acerca do conceito de pesquisa social, pode-se dizer que uma investigação nesta área, refere-se à exploração de material referente a bibliografias, documentos, relatos, vivências, observações, enfim, tudo que for possível constatar, dentro de um determinado recorte numa dada realidade social, no que diz respeito ao projeto de prevenção à violência destinado aos jovens – objeto de estudo deste trabalho - e a relação que possuem com esta, atores, instituições políticas e de serviços, profissionais e usuários.

Como toda pesquisa, possui a realizada na área social, também uma metodologia, sendo que sua definição não é consenso entre os estudiosos das ciências sociais, em meio aos quais, é possível encontrar os que a concebem como um conjunto de métodos e técnicas; outros que a colocam no campo da epistemologia ou separam teoria e método e também os que consideram estes dois termos indissociáveis.

Diante de tais perspectivas, compartilho do entendimento de Minayo, segundo o qual, “discutir metodologia é entrar num forte debate de ideias, de opções e de práticas” (2006, p.44). Neste sentido, considera a autora o conceito de metodologia de forma abrangente e concomitante, como:

(a) a discussão epistemológica sobre o “caminho do pensamento” que o tema ou o objeto de investigação requer; (b) a apresentação adequada e justificada dos métodos, das técnicas e dos instrumentos operativos que devem ser utilizados para as buscas relativas às indagações da investigação; (c) “criatividade do pesquisador”, ou seja, a sua marca pessoal e específica na forma de articular teoria, métodos, achados experimentais, observacionais ou qualquer outro tipo específico de resposta às indagações científicas (2006, p.44).

Neste contexto, o método científico consiste num conjunto de procedimentos técnicos e intelectuais utilizados como caminho para alcançar o conhecimento (GIL,

2008). Assim, o método eleito para a realização dessa pesquisa social foi o qualitativo, que no dizer de Minayo,

é o que se aplica ao estudo da história, das relações, das representações, das crenças, das percepções e das opiniões, produto das interpretações que os humanos fazem a respeito de como vivem, constroem seus artefatos e a si mesmos, sentem e pensam (2006, p.57).

[...] as abordagens qualitativas se conformam melhor a investigações de grupos e segmentos delimitados e focalizados, de histórias sociais sob a ótica dos atores, de relações e para análises de discursos e de documentos (MINAYO, 2006, p.57).

Neste sentido, o método qualitativo foi vislumbrado como o mais pertinente no estudo de caso sobre uma política de prevenção à violência destinada a jovens, tendo em vista que possui fundamento teórico e possibilita a descoberta de outros processos sociais pouco conhecidos, a construção de novas abordagens, revisão e criação de novos conceitos e categorias durante a investigação. De acordo com Minayo,

Na pesquisa qualitativa é importante a objetivação, isto é, o processo de investigação que reconhece a complexidade do objeto das ciências sociais, teoriza, revê criticamente o conhecimento acumulado sobre o tema em pauta, estabelece conceitos e categorias, usa técnicas adequadas e realiza análises ao mesmo tempo específicas e contextualizadas. A objetivação leva a repudiar o discurso ingênuo ou malicioso da neutralidade, mas exige buscar formas de reduzir a incursão excessiva dos juízos de valor na pesquisa. Os métodos e técnicas de preparação do objeto de estudo, de coleta e tratamento de dados ajudam o pesquisador, de um lado, a ter uma visão crítica de seu trabalho e, de outro, a agir com instrumentos que lhe indicam elaborações mais objetivadas (2006, p.62).

Diante da escolha do método qualitativo como o mais apropriado a pesquisa social pretendida neste trabalho, foi necessário também pensar nas técnicas de coleta de dados mais compatíveis com o mesmo e, assim, foi feita a opção pelo estudo de caso, além da realização de observações participantes, entrevistas, grupo focal, questionários e análises documentais.

O estudo de caso possibilita ao investigador, que já possui uma noção prévia sobre as decisões tomadas numa dada realidade, entender como e porque estas são assim realizadas, suas formas de implementação e seus resultados (ROESE, 1998). Através desse é possível compreender a realidade concreta como uma das

faces do processo de transformação social. Para tanto, imprescindível é a formulação de questões de pesquisa e a utilização de instrumentos adequados para que a coleta dos dados nos permita a melhor apreensão acerca da realidade estudada.

A opção por um estudo de caso se dá, portanto, no momento em que nossas questões atingem tal grau de detalhamento, que apenas a observação da realidade concreta em pleno funcionamento nos permite obter as respostas. O estudo de caso é, na realidade, uma experiência prática. Mesmo sem optar por técnicas de pesquisa participante, o pesquisador está vivenciando aquela realidade e a intervenção, ou não, nesta realidade pode ser resultado de uma decisão do pesquisador (ROESE, 1998, p. 195).

A metodologia do estudo de caso é complementada pela pluralidade de técnicas qualitativas ou quantitativas auxiliares que promovem um estudo mais detalhado do caso, bem como pela contemporaneidade e análise intensiva do fato investigado (ROESE, 1998). Considerando a importância complementar de outras técnicas de levantamento de dados, encontrei na observação outro elemento fundamental a ser utilizado durante a pesquisa de campo.

Neste sentido, entendo por observação o ato que através dos sentidos, apreende todos os acontecimentos e características do objeto de estudo nas suas interações cotidianas. De acordo com a forma que se opera, a observação pode ser **simples, participante ou sistemática**.

É, toda via, na fase de coleta de dados que seu papel se torna mais evidente. A observação é sempre utilizada nesta etapa; conjugada a outras técnicas ou utilizada de forma exclusiva. Por ser utilizada, exclusivamente, para a obtenção de dados em muitas pesquisas, e por estar presente também em outros momentos da pesquisa, a observação chega mesmo a ser considerada como método de investigação (GIL, 2008, p.100).

Nesta perspectiva, elegi a observação participante como a mais adequada para coleta de dados a ser realizada durante a pesquisa, tendo em vista, que a mesma “pode ser considerada parte essencial do trabalho de campo na pesquisa qualitativa” (MINAYO, 2006, p. 273), de acordo com o que,

Definimos observação participante como um processo pelo qual mantêm-se a presença do observador numa situação social, com a finalidade de realizar uma investigação científica. O observador está na relação face a

face com os observados e, ao participar da vida deles, no seu cenário cultural, colhe os dados. Assim, o observador é parte do contexto sob observação, ao mesmo tempo modificando e sendo modificado por este contexto (SCHWARTZ & SCHWARTZ *apud* MINAYO, 2006, p.273).

Neste sentido, a observação participante foi realizada em relação às atividades da equipe do Núcleo de Ações Preventivas da Guarda Municipal de Porto Alegre, dentro do Projeto *Dois Caminhos, uma Escolha*, nas duas escolas municipais eleitas para a realização da pesquisa. Consistiu-se essa no acompanhamento de reuniões internas da equipe do NAP para planejamento e avaliação de ações, bem como encontro com Professores e Direção da Escola e especialmente, com os alunos em sala de aula durante o desenvolvimento do projeto.

Outra técnica de levantamento de dados utilizada na pesquisa foi a entrevista, que segundo Minayo,

é acima de tudo uma conversa a dois, ou entre vários interlocutores, realizada por iniciativa do entrevistador, destinada a construir informações pertinentes para um objeto de pesquisa, e abordagem pelo entrevistador, de temas igualmente pertinentes tendo em vista este objetivo (2006, p. 261).

Segundo Gil (2008), a entrevista é uma técnica em que o investigador formula perguntas ao investigado com objetivo de obter dados que interessam a investigação. Para o autor, “a entrevista é, portanto, uma forma de interação social. Mais especificamente é uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação” (p.109). Neste sentido, a realização de entrevistas com Professores e Gestores, a partir de um roteiro semiestruturado, possibilitou o acréscimo de observações pelos mesmos, assim como, permitiu o aprofundamento de algumas questões bastante pertinentes aos temas abordados.

Com os estudantes, ao invés de entrevistas, optei pela utilização da técnica de grupo focal, como meio de promover entre eles o debate acerca de suas percepções em relação à violência, prevenção desta e também sobre o Projeto. O trabalho foi realizado com 19 (dezenove) jovens escolhidos entre aqueles que responderam os questionários anteriormente aplicados aos 274 (duzentos e setenta

e quatro) estudantes de ambas as escolas pesquisadas, sendo estes distribuídos em dois grupos, um na escola A, contando com a presença de 9 (nove) participantes e o outro na escola B, onde foram ouvidos 10 (dez) estudantes.

O questionário, aplicado em 274 (duzentos e setenta e quatro) jovens, escolhidos entre os alunos do penúltimo e último ano do ensino fundamental, foi o instrumento através do qual se questionou por escrito alguns atores do processo investigado, com o objetivo de conhecer suas opiniões, interesses, expectativas, situações vivenciadas, crenças, valores, etc. Assim, a diferença substancial existente entre o questionário e a entrevista é que aquele se aplica por escrito e de forma estruturada em várias questões. Em alguns casos as entrevistas também são estruturadas em questões, mas aplicam-se de forma oral. Por tal similitude existente entre essas duas técnicas de coleta de dados, alguns autores preferem denominar o questionário quando escrito de formulário (GIL, 2008).

Pode-se definir questionário como a técnica de investigação composta por um conjunto de questões que são submetidas às pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores, comportamento passado ou presente, etc. (GIL, 2008, p.121).

Por fim, a apreensão e análise de documentos afetos ao tema, também foi fonte imprescindível para a pesquisa. Neste sentido, algumas fontes denominadas de “papel” foram colocadas à disposição da investigadora contendo informações tão importantes quanto às fontes denominadas “vivas” (sujeitos investigados), como por exemplo: registros estatísticos, livro de ocorrências, bibliografias, jornais, revistas, projetos, lista de presenças, etc.

Segundo Gil, “para fins de pesquisa científica são considerados documentos, não apenas os escritos utilizados para esclarecer determinada coisa, mas qualquer objeto que possa contribuir para a investigação de determinado fato ou fenômeno” (2008, p.147). Diante de tal assertiva utilizei a análise documental em alguns momentos deste trabalho para um melhor entendimento do Projeto e contexto social estudado.

Para a apreciação dos dados coletados durante o trabalho de campo a análise textual discursiva pareceu a melhor técnica, tendo em vista, sua compatibilidade como o referencial epistemológico utilizado no presente trabalho. Neste sentido, a análise textual discursiva, conforme Moraes:

Corresponde a uma metodologia de análise de dados e informações de natureza qualitativa com a finalidade de produzir novas compreensões sobre os fenômenos e discursos. Insere-se entre os extremos da análise de conteúdo tradicional e a análise de discurso, representando um movimento interpretativo de caráter hermenêutico (2007, p.7).

A análise textual discursiva rompe com a neutralidade do pesquisador, exigindo deste uma interação com o universo pesquisado, causando-lhe “uma metamorfose em seus conhecimentos de ciência, em seus paradigmas e em suas convicções metodológicas” (MORAES, 2007.p.176) e exigindo do mesmo um posicionamento ético político diante da realidade estudada.

Considerando as técnicas de coleta de dados utilizadas – observação participante, entrevistas, questionários e análise documental – e a existência não apenas de um texto para analisar, mas sim de várias respostas de diferentes instrumentos e também situações observadas procedeu-se à análise a partir de um processo auto-organizativo, em relação ao qual foram observadas as etapas de desmontagem dos textos; unitarização do corpus; categorização; descrição e interpretação.

Diante da exposição e entendimento acerca da metodologia utilizada na trajetória de construção do conhecimento em relação ao Projeto *Dois Caminhos, uma Escolha*, no intuito de desvelar as percepções e impactos do mesmo em relação aos seus destinatários, bem como verificar o enquadramento ou não desta iniciativa na categoria de uma política social de prevenção à violência destinada a jovens no município de Porto Alegre, passo a seguir a apresentação dos sujeitos e dados da pesquisa e, posteriormente à análise dos mesmos.

4.2 O VELHO E O NOVO COMPÕEM AS (RE)VIVÊNCIAS DURANTE O PERCURSO: APRESENTAÇÃO DOS DADOS DA PESQUISA

O presente trabalho de dissertação é resultado de uma pesquisa realizada sobre o Projeto *Dois Caminhos, uma Escolha*, de iniciativa da Guarda Municipal de Porto Alegre como uma proposta de prevenção à violência contra os jovens, executado em escolas municipais de ensino fundamental, conforme já mencionado na Introdução²¹. Neste contexto, cumpre salientar que a Guarda Municipal atende aproximadamente 52 escolas da rede municipal de ensino fundamental em Porto Alegre, e dentro deste universo, o Núcleo de Ações Preventivas – NAP –, através do projeto *Dois Caminhos, uma Escolha*, atende cerca de 20% dos estabelecimentos de ensino durante o período de um ano.

O atendimento se justifica principalmente pela demanda de conflitos identificados entre os jovens no interior do ambiente escolar ou em seu entorno, a partir da solicitação por parte da Escola ao NAP com base nas ocorrências registradas em livro próprio do estabelecimento de ensino ou mesmo em razão dos encaminhamentos de alunos por parte dos Guardas que trabalham no local, ao Departamento Estadual da Criança e do Adolescente – DECA²². Além das circunstâncias locais justificadoras do atendimento nas escolas, outras inúmeras situações oriundas das transformações políticas, culturais, econômicas e legais, que vem alterando o cenário das relações sociais em nosso país e no mundo, consoante exposto até aqui, corroboram com o crescente aparecimento de iniciativas preventivas como as sugeridas pelo objeto de estudo aqui aprofundado.

As novas tendências da Política Nacional de Segurança Pública têm sugerido ações de prevenção com vistas a evitar conflitos de natureza violenta e, com base nas diretrizes de inúmeros documentos afetos ao tema, parece também estar o município de Porto Alegre, através de iniciativas como o Projeto *Dois caminhos, uma Escolha*, buscando se adaptar a tais perspectivas²³. Neste sentido, a partir da constatação acerca dos altos índices de violência envolvendo jovens não só em nível nacional, mas especialmente no município de Porto Alegre, e da identificação de um projeto específico voltado para este segmento, busquei através da realização de uma pesquisa social responder ao seguinte problema de pesquisa: **Quais os**

²¹ Vide apresentação do Projeto *Dois Caminhos, Uma Escolha* na introdução.

²² Ou Delegacia de Polícia da Criança e do Adolescente.

²³ Sobre o Projeto e as novas tendências da Segurança Pública em nosso país, vide Introdução.

impactos e percepções produzidos pelo projeto *Dois caminhos, uma Escolha* junto aos seus destinatários em termos de prevenção da violência em alguns bairros do município de Porto Alegre /RS?

A utilização das técnicas de coleta de dados selecionadas para o presente trabalho, conforme apresentadas no item 4.1, auxiliaram a busca de respostas também para as questões norteadoras, quais sejam: a) será que a via de prevenção à violência escolhida pelos gestores do projeto não acaba estigmatizando os jovens participantes do mesmo? b) Qual o propósito de mostrar as consequências do cometimento de um ato infracional aos jovens, protegê-los ou intimidá-los? c) Apenas um dos materiais é utilizado no sentido de mostrar as oportunidades que os jovens têm de estudo e trabalho em sua comunidade ou em seu município, sendo os demais, em sua maioria, no sentido de mostrar consequências em relação a atos de vandalismo e infracionais e uso de drogas. Assim sendo, o projeto *Dois caminhos, uma Escolha* pretende prevenir a violência do jovem em relação à sociedade ou da sociedade em relação ao jovem? d) Qual pretensão dos gestores ao adotar a postura de se apresentar em sala de aula com “uniformes militares”? f) Quais os aspectos positivos e negativos dessa forma de se posicionar perante os jovens? g) A proposta transdisciplinar de continuidade do projeto em sala de aula está sendo algo realizado conforme preconiza o mesmo?

Assim, com o objetivo de ter uma melhor percepção da dinâmica do projeto e também de seus significados e impactos em relação aos gestores e destinatários, realizei um recorte no universo de atendimentos realizados pelo Núcleo de Ações Preventivas no correspondente aos 20% dos estabelecimentos de ensino onde o projeto se desenvolve durante o ano. Neste sentido, entre as aproximadamente 10 (dez) escolas atendidas pelo projeto durante o ano, foram escolhidas duas delas, a partir do critério de localização, sendo as mesmas localizadas em regiões distintas da cidade, cada qual em comunidades com características próprias de vulnerabilidade social. Desta forma, no primeiro estabelecimento de ensino observado, que passo a designar como Escola A, foram acompanhadas todas as atividades do projeto realizadas no período de novembro a dezembro de 2011,

sendo aplicado o formulário de pesquisa e feitas às entrevistas, logo após a finalização das atividades do terceiro encontro²⁴.

A segunda escola pesquisada sobre a execução do Projeto *Dois Caminhos, uma Escolha*, que passo a denominar de Escola *B*, foi escolhida levando-se em consideração o transcurso de um ano entre a realização do Projeto (março/abril de 2011) e a aplicação do formulário e entrevista (março/abril de 2012) aos alunos, tendo por finalidade a constatação sobre o que fica para os jovens do trabalho realizado pela Guarda passado um tempo da realização do mesmo. Outro contraste que se pretendeu em relação às Escolas *A* e *B*, diz respeito ao público atendido por uma e outra, tendo em vista, a localização das mesmas em áreas mais e menos vulneráveis.

A Escola *A* localiza-se na zona sul do município de Porto Alegre nas proximidades da região conhecida como Juca Batista, próxima a Hípica e mesmo cercada de algumas comunidades mais carentes, seu prédio encontra-se em meio a um bairro cuja arquitetura dos imóveis se aproxima daqueles localizados em espaços de classe média. Os alunos que frequentam a escola são oriundos de bairros ou vilas próximos e a própria estrutura desta, mesmo que seguindo o padrão dos demais²⁵ estabelecimentos de ensino da rede municipal, se destaca em termos de qualidade.

A Escola *B* localiza-se na região leste de Porto Alegre, entre o Partenon e o Morro da Cruz. O prédio fica em meio à comunidade na subida do morro com passagens estreitas e sem grandes infraestruturas, inclusive para a circulação de veículos no local. Os alunos que frequentam essa escola são bem diferentes dos da Escola *A*, parecendo mais vulneráveis socialmente que os outros. A própria carência de infraestrutura da escola *B* revela as diferenças sociais existentes entre os jovens desta e da outra escola.

²⁴ Vide Introdução do presente trabalho.

²⁵ Todas as Escolas Municipais de Ensino Fundamental do município de Porto Alegre seguem o mesmo padrão de construção em alvenaria com tijolos à vista e grades amarelas nas portas e janelas. Algumas possuem pátio, quadra de esportes, pracinhas e outras apenas o básico, ou seja, prédio onde se localizam as salas de aula, biblioteca e refeitório. A escola *A* está dentro do padrão que apresenta melhor infraestrutura, ao contrário da *B*, que nem área de lazer possui, apenas uma pequena quadra de futebol.

Neste contexto, a investigação acerca do Projeto *Dois Caminhos, uma Escolha*, nos traz como sujeitos da pesquisa (destinatários diretos da iniciativa de prevenção à violência pretendida) jovens na faixa etária entre 12 e 17 anos de idade, pertencentes aos dois últimos anos do ensino fundamental e professores, escolhidos entre aqueles que participaram ou de alguma forma conheciam o Projeto. Outra categoria que compôs o rol de sujeitos da pesquisa foi a dos gestores envolvidos na elaboração e execução do Projeto, entendidos neste contexto como promotores de uma cultura de paz. Como destinatários indiretos, encontramos os pais e a comunidade em geral que são beneficiários da pretensão de redução dos índices de violência no ambiente familiar e comunitário propostos. No entanto, estes não foram incluídos como sujeitos da pesquisa, tendo em vista, que no tempo em que esta foi realizada, o Projeto não estava fazendo nenhum trabalho específico com este público, sendo tal circunstância impeditiva de qualquer tipo de aproximação com o mesmo.

As técnicas de levantamento de dados baseadas na observação participante, grupo focal e o preenchimento de formulários (questionários) foram aplicadas aos jovens de ambas as escolas, enquanto que em relação aos professores e gestores foram realizadas entrevistas individuais e no referente a algumas atividades do Núcleo de Ações Preventivas, também observações. Para a realização de tais procedimentos, buscou-se junto aos pesquisados a assinatura de um termo de consentimento livre e esclarecido, sendo no caso dos estudantes, o mesmo assinado por ele juntamente com o responsável legal. A técnica de observação durante os encontros permitiu o aprofundamento das reflexões referentes às questões norteadoras que posteriormente foram confirmadas pelas respostas trazidas pelos formulários e entrevistas, conforme será demonstrado posteriormente.

Os formulários aplicados aos alunos foram divididos em cinco eixos: a) Perfil dos jovens; b) Atividades Preferidas; c) Política; d) Violência; e) Questões sobre o Projeto²⁶. As respostas em relação ao perfil dos jovens e atividades preferidas destes foram utilizadas para caracterizar os destinatários do projeto enquanto

²⁶ Vide anexos.

pertencentes a um segmento social específico, com necessidade de políticas públicas também de natureza peculiar. Os questionamentos sobre política e violência, foram utilizados para verificar o grau de envolvimento cidadão destes jovens e suas percepções sobre realidade e circunstâncias violentas a que estão sujeitos, tendo em vista, a realização de um estudo sobre um projeto que visa à prevenção destas.

Por fim, foram realizadas perguntas relacionadas aos três encontros feitos com os jovens durante o projeto a partir das quais se procurou obter as principais respostas referentes ao trabalho de pesquisa, ou seja, o esclarecimento sobre o problema de pesquisa e em relação às questões norteadoras, resultando a junção desta técnica de aplicação de formulários com as demais (entrevistas, grupo focal e observação participante) em um riquíssimo campo de informações e percepções sobre os sujeitos da pesquisa e o objeto de estudo.

Como resultado da pesquisa foram, então, aplicados 109 (cento e nove) formulários na Escola A, sendo que deste total, 52 (cinquenta e dois) respondentes foram do sexo feminino e 56 (cinquenta e seis) do masculino. Um jovem não se identificou em termos de sexo. Na Escola B, foram aplicados 165 (cento e sessenta e cinco) formulários, sendo que destes, 98 (noventa e oito) foram respondidos por jovens do sexo feminino e 65 (sessenta e cinco) do sexo masculino. Dois jovens não responderam a questão que os identificava em relação ao sexo.

Jovens/sexo	ESCOLA A	ESCOLA B
Feminino	52	98
Masculino	56	65
Não identificaram o sexo	1	2
Total	109	165

QUADRO 1 – Distribuição dos sujeitos da pesquisa (categoria jovens) por sexo.

Fonte: Pesquisa direta, 2011 e 2012.

Os jovens respondentes dos formulários possuem idade entre 12 (doze) e 17 (dezessete) anos, sendo que a maior concentração etária se deu na faixa dos 13 (treze) anos na escola A e dos 14 (quatorze) anos de idade na Escola B, conforme tabela abaixo. Apenas um questionário não foi respondido na escola A, enquanto que na escola B, 4(quatro) estudantes deixaram de responder a esta questão.

Jovens / Faixa etária	ESCOLA A	ESCOLA B
12 anos de idade	26	34
13 anos de idade	46	48
14 anos de idade	18	50
15 anos de idade	14	24
16 anos de idade	3	3
17 anos de idade	1	2
Não responderam	1	4
Total	109	165

QUADRO 2 – Distribuição dos sujeitos da pesquisa (categoria jovens) por faixa etária.

Fonte: Pesquisa direta 2011 e 2012.

Dos 109 (cento e nove) respondentes do formulário na Escola A, aproximadamente a metade, ou seja, 54 (cinquenta e quatro) jovens informaram residir com ambos os pais, seguidos de: 38 (trinta e oito) que disseram residir apenas com a mãe, 8 (oito) com o pai, 8 (oito) com parentes e 1 (um) não respondeu. Na Escola B, 69 (sessenta e nove) jovens responderam que moram com ambos os pais, seguidos de 68 (sessenta e oito) que informaram morar com a mãe e 6 (seis) apenas com o pai, 17 (dezessete) com parentes e 5 (cinco) não responderam.

Jovens/ residência	ESCOLA A	ESCOLA B
Com ambos os Pais	54	69
Com a Mãe	38	68
Com o Pai	8	6
Com parentes	8	17
Jovens que não responderam	1	5
Total	109	165

QUADRO 3 – Distribuição dos Sujeitos da Pesquisa (categoria jovens) de acordo com a pessoa da família que residem.

Fonte: Pesquisa direta 2011 e 2012.

No que se refere às atividades que os jovens realizam quando não estão na escola, as respostas apresentadas corroboram com uma realidade cada vez mais crescente em relação a esta faixa etária, tão carente de atividades de lazer e socialização. Em ambas as escolas, os jovens declararam como sendo suas atividades preferidas, na grande maioria, jogar bola, assistir televisão e ficar no computador. Apesar da preferência dada a atividades de natureza mais sedentária, tanto na Escola A como na B a maior parte dos alunos declararam praticar esportes.

Praticam esportes	ESCOLA A	ESCOLA B
Sim	82	144
Não	27	21
Total	109	165

QUADRO 4 – Distribuição dos sujeitos da pesquisa (categoria jovens) de acordo com a prática de esportes.

Fonte: Pesquisa direta 2011 e 2012.

Quando questionados sobre o tipo de lazer que o seu bairro ou comunidade oferecem, um grande contraste foi possível perceber em relação aos jovens estudantes da Escola A e os da B. Na escola A, o maior número de respostas apresentadas pelos jovens demonstra que seu bairro ou comunidade oferecem como opção de lazer a prática de esportes²⁷. Já na Escola B, a maior quantidade de retornos foi no sentido de que o bairro ou comunidade onde residem os estudantes não oferece nenhuma opção de lazer. A diferença nas oportunidades recreativas aos jovens em relação à comunidade de uma escola e outra, desvela a própria realidade em termos de infraestrutura dos bairros onde as mesmas se localizam, conforme já descrito inicialmente.

²⁷ Importante aqui salientar a prática de esportes referida muito próxima da atividade de jogar bola, que muitas vezes ocorre no meio da rua, sem a utilização de espaço próprio para a mesma, tendo em vista a ausência de áreas de lazer com quadras de esporte na maioria das localidades ou a utilização do espaço escolar, incluindo também o vôlei e o basquete.

Tipos de lazer	ESCOLA A Nº de jovens respondentes	ESCOLA B Nº de jovens respondentes
Não sabem	3	9
Praças	24	4
Práticas de esportes	30	17
Espaço para prática de esportes	18	8
Nenhum	25	68
Estar com os amigos	3	2
SASE ²⁸	2	0
Apenas em datas comemorativas	1	2
Festas	3	0
Não tem muito lazer	0	1
Eventos/Baile Funk	0	2
Diversão de mais	0	5
Escola	0	5
Crime/drogas e tráfico	0	2
Lan house/locadora	0	2
Cursos Projovem	0	3
Artes	0	1
Não responderam a questão	0	34
Total	109	165

QUADRO 5 – Tipos de Lazer oferecidos pelo bairro ou comunidade de acordo com o declarado pelos sujeitos da pesquisa (categoria jovens).

Fonte: Pesquisa direta 2011 e 2012.

Associa-se a percepção anterior, as respostas fornecidas pelos jovens quanto à situação que se encontram as áreas de lazer, quando existentes nos bairros onde residem. O maior número de respostas na escola A considerou como *boa* a condição de infraestrutura destes espaços, ao contrário da escola B, onde a alternativa que apresentou o maior número de respostas foi a que considera *regular* a situação destes espaços de lazer.

²⁸ Serviço de Apoio Socioeducativo à crianças de 06 a 14 anos de idade que é desenvolvido no turno inverso ao da escola oferecendo alimentação, apoio pedagógico e psicossocial e quando necessário, encaminhamento aos serviços de saúde. Maiores informações na Fundação Assistência Social e Comunitária – FASC/POA pelo site: http://www2.portoalegre.rs.gov.br/fasc/default.php?p_secao=73

Situação das áreas de lazer	ESCOLA A Nº de jovens respondentes	ESCOLA B Nº de jovens Respondentes
Boa	47	40
Ruim	16	56
Regular	44	61
Não responderam	2	8
Total	109	165

QUADRO 6 – Situação das áreas de lazer nos bairros onde residem os sujeitos da pesquisa (categoria jovens).

Fonte: Pesquisa direta 2011 e 2012.

As atividades culturais oferecidas aos jovens em suas comunidades, também parecem deixar a desejar conforme as respostas obtidas. Em ambas as escolas a maior parte das informações em relação ao assunto foi no sentido de não existir nenhuma atividade dessa natureza destinada à juventude.

Atividades culturais	ESCOLA A Nº de jovens respondentes	ESCOLA B Nº de jovens respondentes
Nenhuma	46	75
Não sabem	13	10
Capoeira	1	1
Festas	3	2
Halloween	1	0
Festas em datas comemorativas	3	2
Danças	1	0
Muitas	1	1
Apenas na Escola	0	7
Biblioteca da Escola	0	2
Alguns Projetos de vez enquando	0	1
Shows	0	2
Apresentação de Teatro	0	1
Danças tradicionalistas	0	1
Comunicação social e associação comunitária	0	2
Nada de bom	0	1
Não responderam	40	57
Total	109	165

QUADRO 7 – Tipos de atividades culturais oferecidas nos bairros ou comunidades onde vivem os sujeitos da pesquisa (categoria jovens).

Fonte: Pesquisa direta 2011 e 2012.

Em relação aos meios de comunicação que estes jovens utilizam para se manter informados, a maioria declarou ser a televisão o principal deles, seguida do jornal e internet na escola A e na Escola B da internet e do jornal. Para entretenimento, os jovens da escola A e B utilizam primeiramente a internet, mas também televisão e rádio são listados como meios de lazer pelos mesmos. Neste sentido, percebe-se a presença maciça da mídia na vida destes jovens, possuindo esta, influências positivas e negativas em relação ao comportamento dos mesmos, bem como, também é responsável por atividades cada vez mais sedentárias por parte destes.

Em relação ao fato de ser *jovem*, os estudantes apontam como principais aspectos negativos desta condição etária, o controle dos pais e a influência das más companhias. Embora próprio da idade a vontade de liberdade, especialmente quanto a escolha dos amigos, estas respostas demonstram a consciência que os mesmos possuem sobre as *más influências*, próprias dessa fase da vida, muitas vezes apontadas como tais pelos pais

Outra questão interessante trazida pelos formulários foi em relação ao que os respondentes consideram como a pior coisa em ser jovem. As opiniões referentes a tal circunstância ficaram divididas entre a alternativa sobre o controle dos pais, a influência das más companhias, o desemprego e o fato de não poder ainda se sustentar sozinhos. Em que pese, a maior parte dos retornos demonstrar que o controle dos pais os incomoda, demonstram os mesmos consciência em relação à influência das más companhias em suas vidas, característica tão própria desta fase e que de certa forma desencadeia a desagradável circunstância para os estudantes do maior ou menor controle dos pais a fim de evitar tais *riscos* que o estar *mal acompanhado* pode trazer aos mesmos.

A preocupação com o desemprego é outra situação que chama a atenção, pois demonstra as perspectivas dos mesmos em relação a melhores condições de vida, possíveis de ser alcançadas pela via do emprego. A percepção sobre essa preocupação precisa ser levada em conta por um projeto de natureza preventiva da violência, tendo em vista que, a falta de oportunidades no mercado de trabalho a

que muitos jovens pertencentes a comunidades mais carentes se deparam, em muitos casos é determinante na sua captação pelo tráfico de drogas e crime organizado.

A pior coisa em ser jovem	ESCOLA A Nº de jovens respondentes	ESCOLA B Nº de jovens respondentes
O controle dos pais	39	57
A influência das más companhias	38	35
O desemprego	21	26
Não puder se sustentar sozinho	17	26
Outras questões	0	4
Total	115*	148*

QUADRO 8 – Percepções negativas dos jovens quanto ao fato de se encontrarem nesta condição etária.

Fonte: Pesquisa direta 2011 e 2012.

NOTA: O total de jovens respondentes em relação à Escola A e à B aparece superior ao número de formulários aplicados em relação a uma e outra, tendo em vista que, apesar de ser solicitado o preenchimento de apenas uma alternativa nesta questão, alguns jovens optaram por mais de uma.

Nas questões políticas os jovens da Escola A se mostraram bastante interessados em relação à realidade que estão inseridos. Em ambas as escolas os alunos declararam não votar, inclusive pela predominância na faixa etária inferior a 16 anos. Entretanto, se o voto não fosse obrigatório, a maioria dos respondentes na Escola A afirmou que exerceria mesmo assim este direito político que lhes é conferido. Ao contrário, na Escola B a grande maioria declarou que não votaria no caso de não obrigatoriedade. Talvez este contraste em relação à consciência de um direito político de exercício da cidadania esteja atrelado às características peculiares que dizem respeito aos alunos de uma ou outra escola.

Jovens/voto	ESCOLA A	ESCOLA B
Votaria	64	66
Não votaria	43	95
Não responderam	2	4
Total	109	165

QUADRO 9 – Sujeitos da pesquisa (categoria jovens) que declararam votar mesmo que o voto não fosse obrigatório.

Fonte: Pesquisa direta 2011 e 2012.

Ainda dentro da temática da política, procurou-se saber a opinião dos sujeitos da pesquisa (categoria jovens) em relação aos dois principais problemas percebidos por eles no município em relação a questões específicas conforme demonstradas no quadro a seguir. Em ambas as escolas, apareceu o tráfico e o consumo de drogas como a principal preocupação destes e que necessitariam de atenção especial por parte dos administradores públicos, sendo entre estes dois problemas o mais importante de ser tratado, a questão do consumo que teve o maior número de respostas.

Principais problemas do município	ESCOLA A Nº de jovens respondentes	ESCOLA B Nº de jovens respondentes
Consumo de drogas	51	82
Tráfico de drogas	43	65
Fome e miséria	31	27
Dificuldades na saúde	16	32
Desigualdade Social	14	13
Dificuldade no ensino público/educação	12	28
Má administração pública	8	10
Desemprego	7	9
Outros	2	4
Não sei	3	0
Total *	187*	270*

QUADRO 10 – Os dois principais problemas do município de Porto Alegre segundo os sujeitos da pesquisa (categoria jovens).

Fonte: Pesquisa direta 2011 e 2012.

*NOTA: Por se tratar de questão onde havia a possibilidade de escolher duas alternativas, a soma do número de respondentes em relação às alternativas aparece como superior ao número de respondentes por escola, inclusive havendo jovens que marcaram mais de duas alternativas. Neste caso a resposta quanto aos dois principais problemas de Porto Alegre fica estabelecida em relação às duas alternativas mais escolhidas que foram o consumo e o tráfico de drogas.

Os sujeitos da pesquisa (categoria jovens) também foram questionados sobre quais seriam os dois principais problemas em seu bairro ou comunidade e mais uma vez a questão do consumo de drogas apareceu como uma das principais preocupações em relação à escola A, ficando atrás em número de opiniões apenas para a falta de áreas de lazer. Na Escola B o consumo juntamente com o tráfico foi apontado como um dos dois principais problemas, demonstrando, de acordo com o que será tratado posteriormente, a estreita relação entre consumo e tráfico de drogas com a violência em relação aos jovens.

Principais problemas do bairro ou comunidade	ESCOLA A Nº de jovens respondentes	ESCOLA B Nº de jovens respondentes
Falta de áreas de lazer	40	42
Consumo de drogas	31	65
Tráfico de drogas	21	51
Falta de policiamento	28	23
Desigualdade social	4	6
Má administração pública	8	4
Fome/miséria	5	14
Violência	14	41
Dificuldades no ensino público/educação	1	4
Dificuldades na saúde	4	30
Desemprego	11	10
Dificuldade de acesso aos serviços públicos oferecidos	3	5
Outras	2	1
Não tem problemas	22	0
Não sei	5	0
Total	199*	296*

QUADRO 11 – Os dois principais problemas do bairro ou comunidade onde residem os sujeitos da pesquisa (categoria jovens).

Fonte: Pesquisa direta 2011 e 2012.

*NOTA: Por se tratar de questão onde havia a possibilidade de escolher duas alternativas, a soma do número de respondentes em relação às mesmas aparece como superior ao número de respondentes por escola, inclusive havendo jovens que marcaram mais de duas alternativas. Neste caso a resposta quanto aos dois principais problemas do bairro ou comunidade fica estabelecida em relação às duas alternativas mais escolhidas de acordo com uma e a outra escola. No caso da Escola A, a falta de áreas de lazer e o Consumo de drogas e na Escola B o tráfico de drogas, seguido do consumo das mesmas.

Outra questão que merece destaque e será aprofundada no decorrer da análise dos dados foi em relação ao grau de confiança dos jovens sobre algumas instituições de importante influência em suas demandas, como por exemplo, no referente à problemática da violência, os sentimentos concernentes a atuação das polícias e no caso particular deste trabalho da Guarda Municipal, tendo em vista, se tratar de uma instituição cada vez mais presente no cotidiano daqueles através do projeto *Dois Caminhos, uma Escolha*.

Neste aspecto, interessante perceber o contraste referente à confiança depositada pelos sujeitos da pesquisa (categoria jovens) em relação às instâncias *policiais* responsáveis por questões de segurança pública: Brigada Militar, Polícia Civil e Guarda Municipal. Conforme demonstrado no Quadro 12, dos 109 (cento e nove) jovens questionados na escola A, sobre o grau de confiança na Guarda

Municipal, a maioria referente aqueles que responderam a essa questão, ou seja, 39 (trinta e nove) declararam que *confiam muito*. Em relação ao grau de confiança na Brigada Militar, dos 109 respondentes, 36 (trinta e seis), disseram que *confiam totalmente* nesta instituição e, por fim, em relação a Polícia Civil, 32 (trinta e dois) jovens declararam ter *confiança total* na Polícia Judiciária.

Percebe-se que entre os jovens dessa Escola, o maior grau de confiança está na Brigada Militar, embora as observações realizadas em campo tenham revelado uma maior presença e interação da Guarda Municipal em relação à Escola A e em especial, no convívio com os jovens. Durante o período de aproximadamente um mês e meio que estive no estabelecimento de ensino acompanhando os Encontros da Guarda Municipal com os alunos, não notei em momento algum a presença da Brigada Militar ou da Polícia Civil na Escola ou próximo a mesma. Enquanto que a Guarda Municipal, se faz presente diariamente, tendo em vista, que existe guardas que fazem plantão na escola, além da presença destes em razão da execução do Projeto.

Instituições	Nº de Jovens que desconfia totalmente	Nº de jovens que Confia pouco	Nº de Jovens que Confia muito	Nº de Jovens que Confia totalmente	Nº de Jovens indiferentes	Nº de jovens que não responderam
Igreja e religiões em geral	17	42	20	23	6	1
Associação de Moradores	23	60	9	2	11	4
Organização de Jovens	15	45	23	12	10	4
Movimentos Sociais	12	53	16	5	15	8
Família	2	15	21	56	3	12
Empresários	23	44	14	4	10	14
Partidos Políticos	64	25	2	0	18	0
Meios de comunicação (TV,rádio, internet,...)	4	36	43	21	1	4
Prefeitura Municipal	19	42	30	5	6	7
Escola	4	23	35	41	4	6
Guarda Municipal	2	21	39	33	6	8
Brigada Militar	6	22	32	36	6	7
Polícia Civil	5	24	31	32	9	8
Ministério Público	19	49	19	6	8	8
Defensoria Pública	16	30	29	12	12	10
Poder Judiciário	12	47	25	13	6	6
Governo do Estado e Presidência da República	26	38	20	10	9	6
Câmara de Vereadores, Assembléia, Câmara dos deputados e Senado Federal	39	39	11	4	10	6

QUADRO 12 – Grau de Confiança dos Sujeitos da pesquisa (categoria Jovens) na Escola A em relação as Instituições.

Fonte: Pesquisa direta 2011 e 2012

Na Escola B o grau de confiança na Guarda Municipal é muito mais positivo que aquele verificado em relação à Escola A. Neste sentido, dos 165 jovens que responderam o questionário, 48 (quarenta e oito) declararam *confiar muito* na instituição. Em relação à Brigada Militar, a maior parte das respostas, ou seja, 32 (trinta e dois) jovens declararam possuir *pouca confiança* na Brigada Militar, seguidos de 55 (cinquenta e cinco) que mencionaram o *mesmo grau de confiança* em relação a Polícia Civil. Essa circunstância pode estar intimamente associada às declarações dadas no trabalho de grupo focal com os estudantes, no qual relataram diversas situações de hostilidade da polícia em relação aos jovens e também a outras pessoas da comunidade.

As entrevistas realizadas com alguns jovens da Escola B revelam que apesar da Guarda Municipal estar presente no cotidiano dos alunos, a relação não é de tanta proximidade, sendo relatados vários episódios de violência entre os alunos em que precisaram da intervenção do guarda que fica na escola e este se eximiu de qualquer atitude neste sentido. No entanto, chama a atenção, em que pese os relatos dos sujeitos da pesquisa, ainda é a instituição, entre a Brigada Militar e a Polícia Civil, que conta com a maior confiança dos alunos, de acordo com o Quadro 13 e também com outras questões que serão tratadas mais adiante.

Instituições	Nº de jovens que Desconfia totalmente	Nº de jovens que Confia pouco	Nº de jovens que Confia muito	Nº de jovens que Confia totalmente	Nº de jovens Indiferentes	Nº de jovens que Não responderam
Igreja e religiões em geral	10	76	31	30	11	7
Associação de Moradores	32	86	14	6	13	14
Organização de Jovens	23	61	27	13	13	28
Movimentos Sociais	30	62	22	17	16	18
Família	5	11	34	90	2	23
Empresários	55	58	8	7	7	30
Partidos Políticos	99	35	6	3	2	20
Meios de comunicação (TV,rádio, internet,...)	13	43	45	41	4	19
Prefeitura Municipal	37	65	31	12	2	18
Escola	3	23	47	36	1	55
Guarda Municipal	10	43	48	38	2	24
Brigada Militar	28	60	39	21	3	14
Polícia Civil	27	55	40	19	3	21
Ministério Público	29	68	28	13	7	20
Defensoria Pública	29	61	26	16	8	25
Poder Judiciário	30	46	34	21	8	26
Governo do Estado e Presidência da República	54	52	25	11	2	21
Câmara de Vereadores, Assembléia, Câmara dos deputados e Senado Federal	70	48	13	11	10	13

QUADRO 13 – Grau de Confiança dos Sujeitos da pesquisa (categoria Jovens) na Escola B em relação as Instituições.

Fonte: Pesquisa direta 2011 e 2012.

Os Quadros 12 e 13 foram apresentados na íntegra pela riqueza de informações, comparações e análises que possibilita, no que diz respeito à relação de confiança dos jovens com as instituições nele elencadas, podendo ser objeto de inúmeras análises que nos revelam diversas realidades. No entanto, como o objeto de estudo deste trabalho é um Projeto de prevenção à violência destinado a jovens que envolve forças de segurança pública e em especial a Guarda Municipal, realizei o destaque apenas em relação a esta, Brigada Militar e Polícia Civil.

As questões pertinentes à violência, também se apresentaram de forma bastante importante em relação às duas realidades estudadas. Na Escola A, a maioria dos jovens, ou seja, dos 109 (cento e nove) respondentes, 89 (oitenta e nove) dos questionados sobre a possibilidade de ter sido vítimas de algum tipo de violência responderam que não. Na Escola B, em que pese a existência de um ambiente escolar e comunitário mais hostil, dos 165 (cento e sessenta e cinco) jovens participantes da pesquisa, 124 (cento e vinte e quatro) declararam nunca ter sofrido nenhum tipo de violência.

No que diz respeito ao cometimento de ato violento, a maioria dos jovens da Escola A, 87 (oitenta e sete) respondentes, disseram nunca ter sido autores de algum tipo de violência. Ao contrário, na Escola B um significativo número, ou seja, 33 (trinta e três) jovens declararam já ter praticado algum ato violento, sendo que dos 165 (cento e sessenta e cinco) respondentes, 124 (cento e vinte e quatro) não responderam essa questão, talvez pelo fato de se sentirem constrangidos diante da admissão de tal conduta ou mesmo por não perceber uma conduta violenta enquanto tal, dada a naturalização de determinadas práticas violentas nestes ambientes.

Os jovens foram questionados também sobre ter se envolvido em alguma circunstância de violência ou presenciado situações desta natureza em seu ambiente familiar e a maioria, em ambas as escolas declararam que não. Ao contrário, quando a mesma questão foi feita em relação ao ambiente escolar, a maioria respondeu que já havia se envolvido ou presenciado.

Em relação à possibilidade de ter sofrido agressão física ou moral por parte da polícia, em ambas as escolas, a maioria dos jovens negou que tenha passado por circunstâncias dessa natureza. Outra questão que chama a atenção é quanto a percepção dos jovens em relação à prática de atos violentos. Questionados sobre quem seria mais autor de violência, se o jovem ou o adulto, a maioria se posicionou no sentido de considerar os jovens como maiores protagonistas de circunstâncias violentas que os adultos.

Jovens /Prática de violência	ESCOLA A	ESCOLA B
Consideram ser o jovem	85	109
Consideram ser o adulto	21	29
Não responderam a questão	3	27
Total	109	165

QUADRO 14 – Percepção dos sujeitos da pesquisa (categoria jovens) quanto a prática de violência.

Fonte: Pesquisa direta 2011 e 2012.

No que diz respeito à vitimização decorrente da violência, a maioria considerou ser o jovem também a maior vítima desta circunstância. Essa situação ao mesmo tempo antagônica e complementar, onde se percebe o jovem como maior autor e também a maior vítima de violência, será melhor especificada quando da análise dos dados à luz do paradigma da complexidade, na tentativa de compreensão deste fenômeno que desvela também na autoria de uma violência por parte do jovem, quiçá, sua maior vitimização, conforme trataremos posteriormente.

Jovens/ Vitimização por violência	ESCOLA A	ESCOLA B
Consideram ser o jovem	82	121
Consideram ser o adulto	25	44
Não responderam a questão	2	0
Total	109	165

QUADRO 15 – Percepção dos sujeitos da pesquisa (categoria jovens) em relação a vitimização por violência.

Fonte: Pesquisa direta 2011 e 2012.

De acordo com a maioria dos jovens participantes da pesquisa, tanto na Escola A como na B, o espaço que convivem mais com a violência é nas ruas. No referente a esta questão, merece destaque o fato de ser inexpressivo o número de respostas no sentido de convivência com a violência na escola, muito embora, ambos os estabelecimentos de ensino já tiveram o Projeto *Dois caminhos, uma*

Escolha, executado mais de uma vez com fundamento nos altos índices de ocorrências escolares envolvendo situações violentas entre os alunos, de forma mais elevada ainda na Escola B.

Em relação à percepção sobre a principal causa de violência no município de Porto Alegre a maioria dos jovens declarou ser o tráfico de drogas. Questionados sobre a principal forma de violência vivenciada no bairro ou comunidade onde residem, os jovens mencionaram inúmeras formas da mesma, no entanto a que mais se destacou em relação a escola A foi a violência decorrente do tráfico e consumo de drogas e na Escola B a questão das brigas. Um fato que merece destaque neste contexto é a declaração dos jovens da Escola B que consideraram as brigas uma das principais formas de violência vivenciadas no local onde residem, no entanto, a realidade do Bairro onde a escola está localizada em relação ao tráfico de drogas é bem mais presente que na localidade da Escola A. Talvez essa percepção dos estudantes da escola B, se dê em função dos próprios costumes locais percebidos durante o campo, tendo em vista, que muitas das famílias da região possuem como fonte de renda o comércio ilegal de entorpecentes²⁹.

Por fim, ainda em relação às questões referentes à violência presentes no questionário aplicado aos jovens em ambas as escolas, foi surpreendente a resposta dada por estes em relação ao tipo de violência que mais possuem medo de ser vítimas. O crime de estupro apareceu com um significativo número de respostas, demonstrando ser este a maior preocupação em termos de agressão que possam se tornar vítimas, mesmo num local, onde outras formas de violência como o assassinato ou lesões corporais de natureza grave, ocorrem a todo o instante, tendo em vista, o tráfico de droga ou mesmo as brigas entre jovens moradores de comunidades rivais, conforme mencionado nas entrevistas com os Professores e grupo focal com os jovens.

²⁹ Constatação feita com base nos registros do diário de campo.

Tipo de crime	Escola A Nº de jovens respondentes	Escola B Nº de jovens respondentes
Roubo	32	14
Ser atinpor bala perdida	31	11
Violência Policial	11	5
Acidente de trânsito	17	6
Estupro	49	70
Ter bens danificados	9	1
Ser espancado	17	7
Sofrer exploração sexualmente	1	2
Ser assassinado	33	33
Outro	0	1
Não sei	3	5
Total	203*	155*

QUADRO 16 – Respostas dos jovens sobre o crime que mais temem ser vítimas.

Fonte: Pesquisa direta 2011 e 2012.

*NOTA: O número total de respostas apresentadas em relação a esta questão é expressivamente superior ao número de questionários aplicados em uma e outra escola, tendo em vista que, os jovens marcaram mais de uma alternativa, em que pese a solicitação para que fizessem apenas uma opção em relação aos crimes no quadro elencados.

Nesta breve contextualização sobre os jovens pertencentes a duas realidades simultaneamente semelhantes e distintas, tendo em vista, a inserção num contexto municipal de violência não muito distante de tantos outros que constituem o cenário de inseguranças de nosso país, procurei caracterizar os sujeitos da pesquisa como jovens pertencentes a uma faixa etária cada vez mais vulnerável e merecedora de atenção por parte da sociedade e autoridades competentes, com o objetivo de melhor compreensão em relação à proposta e necessidade do projeto analisado neste trabalho.

Os subsídios para análise do Projeto *Dois Caminhos, uma Escolha*, ficaram a cargo do levantamento acerca das percepções de seus destinatários e também dos gestores do mesmo, obtidos por meio da realização de grupo focal e aplicação de questionários aos jovens, bem como entrevista com professores e gestores, tendo por objetivo responder ao problema de pesquisa e também as questões norteadoras. Neste sentido, foram realizadas algumas questões específicas em relação ao projeto de forma objetiva e outras de aspecto mais subjetivo com o intuito de verificar o que este traz de positivo e/ou negativo a seus destinatários.

As questões foram realizadas com fundamento no principal material de desenvolvimento do projeto, o documentário, *Jovens em Conflito com a Lei*³⁰, que traz a realidade de jovens que cumprem medida socioeducativa em meio aberto, no caso do nosso Estado, na Fundação de Apoio Socioeducativo – FASE. Neste sentido, foram os jovens questionados sobre o conhecimento prévio a apresentação do material acerca das questões mostrada no mesmo, sendo que em ambas as Escolas a maioria respondeu que não possuía noção sobre a realidade apresentada.

Jovens/conhecimento da realidade apresentada no vídeo	ESCOLA A	ESCOLA B
Conheciam	50	58
Não Conheciam	58	85
Não responderam	1	22
Total	109	165

QUADRO 17 – Conhecimento dos jovens em relação a realidade mostrada pelo documentário *Jovens em Conflito com a Lei*.

Fonte: Pesquisa direta 2011 e 2012.

A maioria dos jovens, em ambas as escolas, afirmaram se sentir impactados com as situações que os adolescentes estão submetidos dentro do sistema de internação para medidas socioeducativas mostrada pela reportagem, que são reforçadas de acordo com as exposições dos guardas que durante toda a apresentação do vídeo realizam intervenções com o intuito de enfatizar outras experiências que não aparecem no mesmo, no entanto, foram observadas ou relatadas àqueles durante visita aos estabelecimentos.

Jovens/ impactos com as imagens	ESCOLA A	ESCOLA B
Sentiram-se impactados	76	91
Não sentiram-se impactados	18	21
Mostraram indiferença	14	25
Não responderam	1	28
Total	109	165

QUADRO 18 – Impacto dos sujeitos da pesquisa (categoria jovens) em relação a realidade apresentada pelo documentário *Jovens em Conflito com a Lei*.

Fonte: Pesquisa direta 2011 e 2012.

³⁰ Documentário exibido pelo período de uma semana no Jornal da RBS TV - Rede Brasil Sul de Televisão, afiliada da Rede Globo nos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, no ano de 2009 e cedido ao Projeto pela própria emissora.

Outra questão realizada aos jovens foi em relação a prática de atos infracionais. Neste sentido, foram questionados se o conhecimento das consequências negativas da prática de determinada conduta poderia funcionar como meio de não realização da mesma, isto é, como medida preventiva em relação ao ato. A maioria dos respondentes afirmou que possuir as informações sobre as circunstâncias desagradáveis que determinados comportamentos violentos e/ou ilegais podem trazer para suas vidas, funciona como um meio de prevenção, pois muitos deixariam de praticar o ato se soubessem as consequências do mesmo.

Jovens/ conhecimento das consequências da conduta como inibitória de sua prática	ESCOLA A	ESCOLA B
Entendem que sim	91	94
Entendem que não	13	41
Não responderam a questão	5	30
Total	109	165

QUADRO 19 – Percepção dos sujeitos da pesquisa (categoria jovens) em relação ao conhecimento sobre as consequências de determinadas condutas, conforme imagens mostradas pelo documentário *Jovens em Conflito com a Lei*, como meio de prevenir comportamentos violentos e/ou criminosos.

Fonte: Pesquisa direta 2011 e 2012.

Ainda sobre as percepções dos jovens em relação ao documentário *Jovens em Conflito com a Lei*, foi realizada a seguinte questão: O que você pensou quando começou a assistir o vídeo? Esta pergunta foi pensada com o intuito de, a partir das respostas dos jovens e do agrupamento destas em categorias emergentes, tornar possível a percepção sobre os prováveis impactos e as sensações que o vídeo provoca nos jovens participantes do Projeto.

Jovens/Sensações	ESCOLA A	ESCOLA B
Demonstraram impacto com a realidade mostrada pelo vídeo <i>Jovens em Conflito com a Lei</i> .	22	25
NÃO demonstraram surpresa ou qualquer tipo de reação impactante em relação à realidade mostrada pelo Vídeo <i>Jovens em Conflito com a Lei</i> .	15	10
Associaram a realidade mostrada pelo Vídeo <i>Jovens em Conflito com a Lei</i> ao consumo de drogas, tráfico, violência, prostituição, etc.:	8	7
Se sentiram convidados a refletir sobre aquela realidade e acharam as imagens mostradas pelo vídeo <i>Jovens em Conflito com a Lei</i> interessantes para pensar a escolha pelo melhor caminho.	19	22
Perceberam que a história do “não dá nada” não é real e que há consequências para o cometimento de atos infracionais.	5	0
Demonstraram tristeza em relação à realidade mostrada pelo vídeo <i>Jovens em Conflito com a Lei</i> em relação à situação dos que estão em cumprimento de medida socioeducativa na modalidade internação.	5	8
Souberam dizer o que pensaram ao assistir o vídeo <i>Jovens em Conflito com a Lei</i> .	6	20
Acharam a apresentação do Vídeo: <i>Jovens em Conflito com a Lei</i> muito boa para si, para a turma ou alguns colegas assistir.	3	0
Não acharam a apresentação do vídeo <i>Jovens em Conflito com a Lei</i> importante.	0	3
Demonstraram estar de acordo com a punição destinada àqueles que aparecem no vídeo <i>Jovens em Conflito com a Lei</i> , mesmo diante da realidade apresentada no mesmo.	0	4
Lembraram do que já vivenciaram em relação a familiares e/ou amigos que já passaram ou passam pela realidade apresentada no vídeo <i>Jovens em Conflito com a Lei</i> .	0	2
Não responderam a questão	26	64
Total	109	165

QUADRO 20 – Sensações que o documentário *Jovens em Conflito com a Lei* causou nos jovens participantes do Projeto *Dois Caminhos, uma Escolha*.

Fonte: Pesquisa direta 2011 e 2012.

Em ambas as escolas, do total de jovens que responderam a referida pergunta, a maior parte dos respondentes demonstraram impacto com as imagens mostradas, seguidos de outra considerável quantidade de jovens que explicitaram se sentir convidados a reflexão em relação a realidade apresentada pela reportagem no sentido de pensar o melhor caminho a seguir.

Em relação a escola B, uma boa parte dos respondentes demonstrou não saber ou ter dificuldades em expressar o que sentiram ou pensaram ao assistir ao vídeo.

Em relação à pergunta feita aos jovens sobre conhecerem o Projeto *Dois caminhos, uma Escolha*, antes de participarem do mesmo, a maioria disse não possuir nenhum conhecimento prévio a participação no Projeto. A Escola A foi uma das escolas piloto na execução do Projeto, sendo que quando os encontros foram acompanhados em novembro e dezembro de 2011, o Projeto já havia sido executado nos anos anteriores, assim como na escola B. No entanto, como muitas vezes o Projeto procura concentrar as ações na faixa etária entre os 12 e 14 anos, possivelmente, salvo em relação a alguns estudantes, não há participação mais de uma vez no mesmo. Tal circunstância se justifica não só em razão da faixa etária principal que o Projeto visa atingir, mas também pelo fato de se destinar ao atendimento de apenas algumas escolas durante o ano, não havendo recursos materiais e principalmente humanos para atender uma maior quantidade de estabelecimentos de ensino.

Jovens/conhecimento prévio do Projeto	ESCOLA A	ESCOLA B
Conheciam o Projeto	27	48
Não conheciam o projeto.	76	84
Não responderam	6	33
Total	109	165

QUADRO 21 – Quantidade de sujeitos da pesquisa (categoria jovens) que declararam não conhecer o Projeto *Dois Caminhos, uma Escolha* antes da participação no mesmo.

Fonte: Pesquisa direta 2011 e 2012.

No que diz respeito à forma como o Projeto é trabalhado com os jovens, o que se verificou foi uma ótima aceitação por parte destes, conforme declarado pela maioria em ambas as escolas.

Jovens/avaliação conforme a forma que o Projeto é trabalhado.	ESCOLA A	ESCOLA B
Ótima	78	48
Boa	22	32
Regular	1	6
Ruim	0	1
Péssima	0	1
Não responderam	8	77
Total	109	165

QUADRO 22 – Avaliação do Projeto *Dois caminhos, uma Escolha* pelos sujeitos da pesquisa (categoria jovens) em relação à forma como é trabalhado.

Fonte: Pesquisa direta 2011 e 2012.

A pesquisa também procurou verificar a relação dos jovens com a Guarda Municipal, em especial com aqueles que compõem a equipe do NAP e são responsáveis pela execução do Projeto em sala de aula, com o objetivo de responder a uma das questões norteadoras que procura saber se os jovens em algum momento se sentem intimidados pela presença dos *guardas* com vestimentas *militares* que remetem a *uma autoridade policial* e, portanto, tradicionalmente *repressiva*. Assim, a partir da pergunta sobre *o que os jovens pensaram quando viram os guardas em sala de aula*, foi realizado o agrupamento das respostas por categorias formadas posteriormente de acordo com o número de respostas e expressões comuns que remeteram a determinadas situações, conforme se observa no quadro a seguir.

Jovens/ Sentimentos em relação à presença da Guarda Municipal	ESCOLA A	ESCOLA B
Surpreendidos pela presença dos Guardas em sala de aula e que associaram esta a uma possível repressão.	10	18
Surpreendidos pela presença dos Guardas em sala de aula, que ficaram curiosos, mas não associaram essa a nenhuma SITUAÇÃO NEGATIVA.	9	10
Surpreendidos com a presença dos Guardas em sala de aula e que associaram tal circunstância a um ACONTECIMENTO NEGATIVO.	5	3
Surpreendidos com a presença dos Guardas em sala de aula e associaram tal circunstância a um ACONTECIMENTO POSITIVO.	5	11
Nº de jovens que acharam legal a presença dos Guardas em sala de aula	8	10
Não gostaram da presença dos guardas em sala de aula	1	1
Sabiam que os guardas estavam em sala de aula para orientá-los, conversando sobre vários assuntos.	34	22
Sentiram medo com a presença dos guardas em sala de aula	1	0
Sentiram - se seguros com a presença dos guardas em sala de aula.	0	5
Não pensaram em nada	12	30
Não lembram o que pensaram	9	7
Não responderam	15	48
Total	109	165

QUADRO 23 - Sentimentos dos jovens em relação à presença da Guarda Municipal em Sala de Aula na execução do Projeto Dois Caminhos, uma Escolha.

Fonte: Pesquisa direta 2011 e 2012.

Na escola A, a maior parte dos jovens que respondeu as questões disseram já saber o que os guardas iriam fazer em sala de aula, ou seja, dar uma palestra e, por tal razão não demonstraram surpresa com a presença dos mesmos no local. Embora alguns jovens tenham associado à presença da Guarda a uma circunstância de repressão, não corresponderam estes a maioria. Essa questão associada às respostas das entrevistas no mesmo sentido, demonstram que o uso do uniforme oficial pelos Guardas não é intimidatória, sendo encarada com normalidade pelos jovens, em que pese anteriormente ao projeto ou mesmo simultaneamente ou posteriormente a este, os jovens ter consciência de que os Guardas são responsáveis por conduções ao Deca em caso de conflitos escolares mais graves. A maioria dos jovens da Escola B não expressou nenhuma reação, se mostrando

indiferente a presença da Guarda em sala de aula, sem demonstrar qualquer surpresa, medo ou outro sentimento positivo ou negativo.

Em relação a questão sobre o que os jovens acharam dos encontros com os Guardas, na Escola A, todas as respostas foram positivas sobre o projeto, no sentido de que este é esclarecedor e através da demonstração de uma realidade pouco conhecida previne que os jovens se coloquem em situações de risco ou se já estão envolvidos, sair enquanto há tempo. Não apareceram respostas no sentido de ser o Projeto *chato* ou de *se estar perdendo tempo com este*, ao contrário, parecem os jovens gostar muito do Projeto, dos assuntos tratados e da presença dos Guardas.

Na Escola B, uma ou duas respostas foram no sentido de indiferença em relação aos assuntos tratados, mas a grande maioria foi no sentido de positividade, de que os Guardas mostram a realidade e indicam os caminhos que os jovens devem seguir ou não, o que irá fazer *bem* e o que fará *mal* a eles. Assim, em ambas as escolas os assuntos que os Guardas trabalham com os jovens são percebidos como interessantes pelos mesmos, não existindo praticamente nenhum comentário negativo em relação aos temas ou a forma como são tratados.

Por fim, declararam os jovens de ambas as Escolas que pretendem utilizar as informações repassadas pelo Projeto aos familiares, amigos e comunidade em geral, a partir de conversas, contando sobre o Projeto, o que ele ensinou e procurando não se envolver em situações que possam ter como consequência a realidade apresentada no vídeo. Tais circunstâncias ficaram muito explícitas nas respostas dadas nos questionários, que também trouxeram a questão das drogas, demonstrando o quanto o material utilizado pelo Projeto fica introjetado na consciência dos jovens, sendo que muitos disseram que vão conversar com as pessoas próximas para que evitem bebidas e outras drogas, bem como não aceitar quando as más companhias oferecerem tais substâncias.

A questão da pichação não foi muito comentada pelos respondentes da Escola A, ao contrário da Escola B onde aparecem colocações no sentido de que os jovens participantes do projeto pretendem utilizar as informações sobre o assunto

para conversar com amigos que realizam tal ato, para que parem de praticá-lo. Neste sentido, o que se percebe é que os assuntos tratados pelo Projeto serão utilizados em proveito próprio e também de forma difusa na comunidade.

A partir dos resultados apresentados em relação aos questionários, passo a tratar a seguir sobre as entrevistas realizadas com Professores e Gestores e do trabalho feito através de grupo focal com os estudantes, tendo por objetivo responder ao problema de pesquisa e questões norteadoras, que serão analisadas e melhor compreendidas com fundamento no Paradigma da Complexidade.

4.3 O QUE NO CAMINHO MARCA SUA TRAJETÓRIA: ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA

Os resultados da pesquisa a partir da aplicação dos questionários a um número significativo de jovens em ambas as escolas, perfazendo um total de 274 (duzentos e setenta e quatro) sujeitos participantes do levantamento de dados, conforme visto no item anterior, foi fundamental para a compreensão das realidades em relação às quais o Projeto *Dois caminhos, uma Escolha* é direcionado.

Ao iniciar a aplicação dos questionários, não imaginei que o retorno participativo e autêntico nas respostas seria tão expressivo como o verificado. Em relação a Escola A, havia maior expectativa de preenchimento das questões, sendo esperadas respostas para praticamente todas as perguntas, tendo em vista, a aplicação do questionário logo após a realização do encontro pelos Guardas. Na Escola B, a apreensão em relação ao efetivo retorno das questões propostas foi maior, pelo fato do questionário ter sido aplicado aproximadamente um ano após a realização dos encontros. No entanto, em ambas as escolas os resultados confirmaram ou superaram expectativas no referente a participação dos jovens, o que acabou desconstruindo as impressões preconcebidas antes do campo, de que a mensagem do Projeto após sua aplicação e o transcurso do tempo caía no esquecimento dos destinatários do mesmo.

Ao contrário, as declarações destes por meio dos questionários e também das entrevistas, juntamente com as colocações dos Professores sobre as percepções quanto a violência e os propósitos do Projeto constituíram uma importante reunião de informações que contribuíram para as respostas ao problema e as questões norteadoras da pesquisa. A intensa participação dos destinatários, tanto na Escola A quanto na B e, dos Gestores do Projeto, possibilitou a compreensão dos significados e impactos deste como uma Política Social de prevenção à violência contra os jovens no município de Porto Alegre, enquanto objetivo geral da realização deste trabalho.

Também foi possível analisar a metodologia de prevenção à violência desenvolvida pelo Projeto a partir da descrição sobre as diferentes percepções dos diversos atores envolvidos na execução do mesmo, bem como examinar os diferentes recursos (humano/materiais) utilizados. A verificação sobre os efeitos que essa modalidade de prevenção obtém junto aos jovens, em suas relações interpessoais e contribuições em termos de prevenção na comunidade, estão atreladas as análises que se passa a fazer a partir de agora em relação as percepções dos destinatários e também dos Gestores do Projeto, a fim de satisfazer os objetivos específicos indicados.

Neste sentido, de acordo com os objetivos gerais e específicos propostos pela pesquisa, as informações obtidas em campo nos desvelam a realidade de dois estabelecimentos de ensino inseridos em comunidades com peculiaridades próprias de vulnerabilidades e que por tal condição se constituem em reflexos destas com históricos de violência próprios. Na escola A, estudantes e professores noticiam circunstâncias de hostilidade entre os jovens, destes em relação aos professores, que também se comportam em algumas situações de forma agressiva em relação aqueles e aos próprios colegas de magistério. O principal comportamento violento relatado são os xingamentos e a grande quantidade de *nomes feios* proferidos, principalmente entre os jovens, como forma de tratamento entre eles, mas também, em alguns momentos utilizados pelos professores na maneira de se comunicar com o grupo.

PROFESSORA 1, ESCOLA A: Barbaridade! Pelo amor de Deus! Eu não sei assim ó, eu acho que tem muita coisa que é violência, principalmente aqui na escola, que a gente vai até se acostumando com isso. Tem horas que a gente acha um pouco normal, não deveria, mas aqui na escola tem bastante. Os alunos e, algumas vezes até os professores se xingam. Às vezes parece que não é gente sabe? Tem coisas assim que a gente vê, que eu fico pensando, “Meu Deus do Céu!”, sabe, não parece que são pessoas conversando, se tratando dessa forma e tal e isso tem bastante na escola. Tem coisas que eles falam que a gente nem liga mais. Eu acho que eu me chocava muito mais antes que agora. Mas se parar pra pensar é uma violência, tu entende? Muitas coisas que falam pra gente, a forma como se dirigem a gente. Até alguns colegas às vezes, alguns alunos, os pais também, já chegam querendo brigar com a gente e nem sabemos o que tá acontecendo. É bem difícil.

As agressões físicas entre os jovens, o tráfico e consumo de droga, foram relatados como situações preocupantes na comunidade, também aparecendo nos questionários como problemas vivenciados nesta, conforme demonstrado no QUADRO 9 do item 4.2 .

PROFESSORA 1, ESCOLA A: Onde os alunos moram é bem forte, tem guerra de tráfico. Um aluno nosso foi assassinado ano passado em função disso, porque uns trabalham pra uns e outros para outros. A gente tem alunos que trabalham nisso e que a gente sabe porque eles contam. A gente vê que eles pegam os alunos menores. Dentro da escola não acontece tráfico e nem consumo de drogas. A escola é um espaço bem respeitado nesse sentido.

A realidade de violência na Escola B não se diferencia muito da descrita na escola A, também sendo destacada pelos professores a maneira perversa de tratamento entre os jovens, no entanto, as brigas, assumem um aspecto mais violento, sendo na maioria das vezes sob a forma de agressão física e com utilização de objetos cortantes e em alguns casos envolvendo até arma de fogo. As jovens têm sido cada vez mais protagonistas de lesões corporais e o tráfico de drogas juntamente com os conflitos violentos decorrentes desta prática bem como a violência policial aparece como as principais hostilidades vividas no cotidiano de estudantes e professores.

PROFESSORA 1, ESCOLA B: O conceito de violência dos alunos para eles não é violência é justiça. Tipo, se eu bato no fulaninho é porque ele mereceu, eu não tô sendo violento, na cabeça deles. Diferente do que é violência para mim, pra mim tu bater em alguém, mesmo que fulano tenha merecido é violência. Percebo direto aqui que os alunos resolvem tudo na base da agressão física.

PROFESSOR 2, ESCOLA B: Já aconteceu em aulas minhas, de tapas, empurrões. Fora a questão dos preconceitos que vem do racismo, da homofobia, do machismo, que também são formas de violência.

PROFESSORA 1, ESCOLA B: Aqui o formato da escola é fechadão e é bem no centro do tráfico que é uma atividade que faz parte da rotina escolar, os alunos fumam maconha na hora da aula de educação física. As pessoas invadem a quadra, aí o professor de educação física tem que chamar a direção, porque a comunidade invade a quadra e faz o seu horário de comércio aqui dentro.[...] E o que mais está me impressionando é o aumento das brigas entre as meninas. E não é mais briguinha de puxar cabelo, envolve até arma. É porque aqui corre o conceito de quanto mais forte tu é, mais armado tu andar, mais poderoso tu é. Quanto mais violento tu for, mais respeito tu tens. Então elas querem conquistar os “poderosos”, elas tem que ser “poderosas”.

JOVEM 1, GRUPO FOCAL, ESCOLA B: As gurias brigam por causa de macho e os meninos brigam por causa de droga.

JOVEM 4, GRUPO FOCAL, ESCOLA B: Todo mundo briga e põe na internet.

JOVEM 3, GRUPO FOCAL, ESCOLA B: Tem uma coisa no tráfico, que a gente convive em paz com eles, mas a polícia diz que vai acabar com isso e com aquilo e acaba batendo em gente que não tem nada a ver, eles pegam e espancam, não tão nem aí. Até mesmo pelo jeito de se vestir, porque tá se vestindo bem é traficante.

JOVEM, 8, GRUPO FOCAL, ESCOLA B: Sim, eles acham que porque tu tá vestido de um jeito, vai pro paredão. (Em relação à violência policial).

Nos depoimentos tanto dos jovens quanto dos Professores, em ambas as escolas foi possível perceber a influência da violência de forma recíproca entre o meio e os sujeitos que a ele pertencem. Essa relação é possível de ser entendida a partir da compreensão do princípio do circuito recursivo, no qual o produto e os efeitos (re)produzem aquilo que os produz (MORIN, 2007). Assim, as relações estabelecidas pelos destinatários do projeto, seja no ambiente escolar, comunitário ou doméstico, são (re)produtoras de uma cultura de violência, que se explicita nas declarações realizadas.

PROFESSORA 2, ESCOLA A: Muitas vezes nós os professores nos admiramos de como eles se tratam normalmente, pelas atitudes das crianças, desde os pequenos, a gente vê, consegue supor que inclusive em casa eles se tratam aos gritos, aos berros, aos tapas, aos pontapés. Eles utilizam muito isso primeiro como forma de defesa e depois como forma de comunicação e relação, porque até as brincadeiras são de chutar, dar rasteira, rasgar papel, ofender. Também percebo que eles sofrem muita violência doméstica, muitos castigos físicos, muita negligência que eu também considero uma forma de violência, descuido com a saúde, com a própria escola, com roupa, com tudo. E sofrem também a violência da

comunidade. Pelo que eles contam a impressão que tenho é que na rua vale a lei do mais forte, então eu acho que eles apanham na rua e querem se valer aqui dentro.

PROFESSORA 1, ESCOLA A: Acho que os jovens são reflexos da comunidade em que eles vivem. Eu vejo que as mães e os pais brigam muito mais que eles, entre si e na comunidade, com a mãe dos outros, com o vizinho, se pegam no pau e vão para polícia. Claro que reflete no comportamento deles. Inclusive eles são bastante violentos com os filhos. Nossos alunos são crianças que apanham muito. Eles contam “meu pai me bateu com um pau”. Claro que isso faz com que eles tenham um comportamento violento. Se tu chegar e disser qualquer coisa eles saem com quatro pedras na mão. Isso entre eles. Mas eu vejo que eles brigam muito menos que as famílias.

JOVEM 4, GRUPO FOCAL, ESCOLA A: Sora, não dá pra apanhar calado não, se eu apanhar na escola vou apanhar em casa porque meu pai disse que filho dele não apanha calado!

PROFESSOR 3, ESCOLA B: Às vezes tu diz bom dia e eles se sentem ofendidos. “Qual é o problema sor, tá louco?” gentileza eles não sabem. Tanto é que quando tu faz uma gentileza, tu vai, te aproxima, eles até se assustam. Não é normal eles terem isso fora da escola.

PROFESSORA 1, ESCOLA B: Vem de casa, porque os pais já chegam aqui brigando. Eu tava no refeitório e um menino perdeu o boné, não lembro direito a história, só lembro que ouvi a mãe dizer que se o boné tivesse na cabeça de um outro ele ia apanhar, ela dizia “eu vou te cagar a pau”. Quer dizer que o tratamento já vem assim de casa.

As percepções acerca das hostilidades trazidas pelos relatos dos destinatários do Projeto transcendem a simples violência física ou moral que se observa nestes espaços, tornando possível a verificação de uma violência estrutural da própria sociedade em relação a estes jovens, desvelada pela ausência da satisfação de direitos sociais de que tanto carecem as comunidades as quais pertencem, como acesso a serviços públicos de qualidade, garantia de boas oportunidades de trabalho, lazer, esporte, cultura, entre outros, que refletem sem exceções nas questões de segurança pública, sendo (re)produtoras de diferentes formas de comportamento perverso na sociedade.

PROFESSOR 3, ESCOLA B: Pra mim violência de um modo geral é a violação de um direito como a liberdade, a saúde, a educação, porque quando tu restringe a pessoa a um direito que ela tem, tu não pode cobrar um dever dela. Porque o dever só existe se tiver um direito, um não existe sem o outro. É o que sempre digo, a nível social. Por que os países desenvolvidos tem o IDH melhor e os índices de violência lá embaixo? Chega ser até notícia quando alguém morre ou quando alguém mata alguém. Em países com IDH alto como a Noruega, Suécia, Dinamarca, Holanda, quando tem um assassinato assim é caso de espanto, chega a fazer uma notícia espantosa. Porque lá não é normal esse tipo de coisa, porque lá as pessoas tem acesso à educação de boa qualidade, à saúde. As pessoas tem garantias de seus direitos básicos são garantidos. Se o

Estado garante isso a ele, pode cobrar sim o resto. No momento que tu não garante, tu não pode, quer dizer tu até pode, mas tu não pode exigir que a pessoa seja educada se ela não tem direito a essa educação. Se os pais não têm direito a emprego, não tem direito à saúde. Se ele tá com dor na perna e leva três anos para receber tratamento adequado para resolver aquele problema ali. Isso revolta a pessoa e gera uma violência contra ela que ela vai simplesmente externalizar isso na escola, nos filhos, no vizinho. Então é uma questão social extremamente importante. Se não se resolver isso, se isso não evoluir, o resto não evolui.

No cenário de hostilidades revelado pelos questionários e entrevistas, é possível perceber o quanto eivado está o ambiente de convivência destes jovens por circunstâncias violentas, que são acentuadas em virtude das más condições de estrutura espacial e de acesso a direitos sociais fundamentais que se garantidos contribuiriam para a construção de uma cultura de paz na comunidade a partir de uma desconstrução cultural da violência.

O enfrentamento a essas questões que trazem em si a marca das vulnerabilidades e inseguranças tão presentes na modernidade líquida, caracterizada por fenômenos sociais que se pautam pela descartabilidade, individualidade, fragilidade dos laços afetivos, produção de refugo e de agressividades humanas e com os humanos (BAUMAN, 2001), constitui sem dúvida desafios impostos ao Estado e a sociedade a partir de uma atuação de parceria e não de oposição. No entanto, para que sejam forças unidas neste sentido, primeiramente é necessária a aproximação entre estas duas instâncias que somente se faz possível a partir do rompimento com velhos paradigmas e estereótipos responsáveis pelo abismo existente entre a comunidade e o Poder Público.

Nesta perspectiva, a Administração Pública de Porto Alegre, precursora de tantas outras iniciativas de participação popular em suas gestões, parece caminhar no sentido de permanecer buscando uma aproximação com a comunidade, em especial com aquelas localizadas em espaços que Bauman (2009) denomina de *guetos involuntários*, ou seja, em zonas periféricas ou não *nobres da cidade*. Assim, a partir de um de seus *Programas estratégicos* baseado nas diretrizes nacionais de segurança pública³¹ e, sugestivamente nominado de *Vizinhança Segura*, promove

³¹ Vide introdução.

através de iniciativas, principalmente realizadas pela Guarda Municipal, ações de prevenção à violência junto às comunidades.

O Projeto *Dois caminhos, uma Escolha*, conforme já transcrito no desenvolvimento deste trabalho constitui uma das abordagens de prevenção à violência do Programa que é destinada principalmente aos jovens estudantes de escolas públicas de ensino fundamental no município. A iniciativa de prevenção à violência, segundo os gestores do projeto, tem por objetivo a conscientização daqueles sobre os riscos a que estão expostos a partir do envolvimento em situações criminosas, violentas ou pelo uso de drogas. O trabalho desenvolvido com os estudantes pelo Projeto utiliza um vídeo produzido por uma emissora de televisão local que traz um pouco da rotina de jovens que cometem atos infracionais mais graves e são encaminhados ao cumprimento de medida socioeducativa de internação. Além deste material, considerado não só pelos gestores, como pelos professores e alguns estudantes como *impactante*, pela forma como aborda o tema, são utilizados vídeos sobre drogas e pichação, além de materiais com imagens positivas de incentivo aos jovens.

Os Guardas responsáveis pela execução do Projeto utilizam uniforme oficial da instituição que possuem características *militares*³² com o propósito de promover a aproximação e estimular a confiança da comunidade na Guarda Municipal, através da ideia de Policiamento Comunitário. De acordo com as características já expostas ao longo deste trabalho em relação ao Projeto, algumas questões surgiram desde o primeiro contato que tive com o mesmo e que me instigaram a conhecer melhor a metodologia de prevenção adotada. Então, no intuito de entender a proposta de prevenção à violência trazida pelo Projeto, procurei a partir da interação com os destinatários destes e Gestores as respostas às questões norteadoras e ao problema de pesquisa formulado.

Neste sentido, uma das primeiras questões pensadas foi em relação à via de prevenção escolhida pelo Projeto, tendo em vista que, se apresenta este como uma proposta preventiva da violência contra jovens, no entanto, parece operar de forma

³² O sentido dado a questão das características militares que o uniforme da Guarda Municipal possui está relacionado ao fato de que a vestimenta remete a uma identificação com a polícia.

contraditória aos ideais de proteção destes, vez que adota uma postura intimidatória, mostrando consequências de condutas ilícitas ou violentas, enquanto deveria apresentar, quem sabe, situações de violações de direitos, conscientizando-os e consequentemente protegendo-os destas. Em razão deste primeiro impacto que tive enquanto pesquisadora, procurei junto aos destinatários e gestores do projeto a resposta para a seguinte questão: A via de prevenção escolhida pelos gestores não acaba estigmatizando os jovens?

Nenhuma das respostas apresentadas, tanto pelos estudantes quanto pelos professores e gestores, demonstraram qualquer sentimento em relação à possibilidade da forma como o assunto é abordado poder estigmatizar os destinatários do projeto, no sentido destes se sentirem comparados aqueles que se desviaram do caminho ou estar sendo apontados como possíveis sujeitos desviantes pela classe social a que pertencem, o local onde moram, etc.

PROFESSORA 2, ESCOLA A: Não cheguei a sentir isso. Eu com meus olhos consigo ver que as crianças e adolescentes que aparecem no vídeo pertencem a uma classe social inferior, por tudo, pela fala. Provavelmente nossos alunos também podem perceber isso nem que seja de uma forma intuitiva. Mas me parecem que a colocação dos guardas, inclusive pela fala deles foi no sentido de que são pessoas, adolescentes que não cumprem as regras. Acho que a estigmatização social, com a intervenção dos guardas é melhorada, suavizada. Acho que eles falando, eles ampliam a questão colocando que é uma questão de todo jovem ou adolescente. Acho que faz parte da nossa vida, todos nós sabermos que podemos escolher mal, ir para um caminho errado e nos dar mal. E eu acho que isso é em todos os sentidos, na nossa vida profissional, na nossa vida de estudo, na nossa vida de relações pessoais, sociais. Acho que apresentar uma possibilidade ruim tem a ver com a realidade. E isso é outra coisa que nossos adolescentes, nossos jovens, até por causa desse nosso mundo tão rápido, tão ligeiro, onde tudo é descartável, onde tudo é tão imediato, os nossos alunos não estão acostumados a projetar, a prever consequências de tudo, desde um trabalho escolar até... Acho que isso é uma coisa do tipo, temos que olhar adiante, temos que ver os riscos.

GESTOR 1: É importante salientar que os vídeos enfatizam a proteção integral estabelecida no ECA. Portanto, os espectadores não se sentirão estigmatizados pelo que assistiram, apenas esclarecerá o caminho correto da formação da cidadania. Na Europa as campanhas publicitárias de educação na sua grande maioria mostram uma realidade chocante. O que eu posso concluir desse posicionamento é que o “velho mundo” já se libertou dessa cuidadosa e excessiva censura dos temas abordados na educação das nossas crianças e adolescentes.

JOVEM 3, ESCOLA B: Eu acho que eles quiseram nos orientar sobre o outro lado do bagulho.

Ainda nessa perspectiva, busquei entender a intenção do projeto em mostrar as consequências de determinadas condutas praticadas pelos jovens como meio de prevenção da violência contra estes, a partir do seguinte questionamento: Qual o propósito de mostrar as consequências do cometimento de um ato infracional aos jovens, protegê-los ou intimidá-los?

JOVEM 1, ESCOLA A: Acho que ajudar. Achei muito bom, porque muita gente sofre calada. Tu vai falar e a pessoa que tá te batendo ou ofendendo vai te bater mais ainda então a gente guarda as coisas pra gente. Então de certa forma o projeto ajudou a gente saber o que pode fazer, a quem recorrer.

PROFESSORA 1, ESCOLA A: O enfoque do Gestor é uma coisa do tipo assim, “olha a gente não quer que aconteça essa barbaridade”, o enfoque é esse: essa realidade existe, mas de que forma podemos mudar isso? Eu percebi esse enfoque. No meu entendimento é um projeto para que eles, pra que isso não aconteça com eles e prevenir a violência contra eles. Eu acho que isso foi uma coisa que apareceu muito e que eles sentiram. Eu vi muito nos alunos depois “bah! Tu vê” Coisa que deu resultado.

GESTOR 1: De forma alguma queremos intimidá-los!!!!!! Em que pese o fardamento dos guardas para algumas pessoas demonstrar ostensividade ou algo repressivo, salientamos que a comunicação feita com os alunos é de forma equânime com respeito e cordialidade. É um acordo de respeito e urbanidade em sala de aula.

Em relação aos jovens e Professores, que são os destinatários diretos do Projeto, as respostas foram no sentido de que a intenção é ajudar, orientar, esclarecer, demonstrando que o principal material utilizado, o vídeo sobre os *Jovens em Conflito com a Lei*, acaba prevenindo a violência sob outro viés, que passa pelo fato de esclarecer sobre as consequências de determinadas condutas evitando assim a exposição do jovem a riscos e desta forma protegendo-os, mesmo que pela via da *intimidação*.

GESTOR 2: Demonstrar que o adolescente pode ser responsabilizado por seus atos, há um ideia entre eles de que com o adolescente não dá nada, nos vídeos mostramos a realidade e a informação, é uma das principais formas de acabar com essa falsa ideia. O enfoque principal é conscientização, é mostrar que a cada dia fazemos escolhas e essas escolhas acabam por formar nosso caráter, sempre procuro desenvolver o raciocínio crítico dos alunos, faço com que pensem sobre seus atos, faço o exercício da empatia, peço que se coloquem no lugar das vítimas, assim eles conseguem visualizar e sentir mais os reflexos da violência, entretanto não podemos omitir a responsabilização, pois até mesmo nesse ato *intimidatório* há um caráter preventivo, mas isso é acessório.

Algumas colocações dos Gestores faz com que impressões iniciais à pesquisa continuem presentes, como o fato do projeto ter como propósito a prevenção da violência, mas não a praticada contra o jovem e sim aquela que pode vir ele a praticar em relação à sociedade. Um dos Gestores, inclusive deixa explícito em sua fala que o projeto possui as duas vias, a da intimidação de uns e a da proteção a outros, ao contrário da sensação que os jovens e Professores tem de que não há intimidação e sim esclarecimento e proteção.

GESTOR 3: Isso eu tenho bem claro pra mim que é as duas coisas. Porque dentro da sala de aula encontramos os dois tipos de jovens que embora a gente saiba que tem que ter o mesmo tratamento, tem alguns ali que estão por determinação judicial que não querem estar ali e agem de maneira não amistosa e tem outros jovens que não mereceriam, não precisariam estar ali assistindo, sendo exposto a esse tipo de situação como “me passa teu lanche se não eu vou te bater”, “me dá teu tênis”, porque eles roubam dentro da escola, são inúmeros casos e quando a gente está lá e proporciona aquele vídeo ali e começa a trazer isso pra eles, que a gente tá de olho, por isso que a gente mostra aquela leitura das ocorrências, mostrando que a gente tá a par do que tá acontecendo e que se continuar naquele caminho vão ser encaminhados para justiça e eles não vão querer aquilo pra vida deles. E proteger os outros alunos para que saibam a quem eles tem que recorrer, que são a professora, a família, nós ali na escola, esclarecendo dos seus direitos.

No contato com o projeto antes mesmo de iniciar a pesquisa, foi verificada a presença de um único material utilizado no sentido de mostrar as oportunidades que os jovens têm de estudo e trabalho em sua comunidade ou em seu município, sendo os demais, em sua maioria, no sentido de mostrar consequências em relação a atos de vandalismo, infracionais e uso de drogas. Quando o trabalho de campo iniciou este material sobre as oportunidades de estudo e trabalho havia sido retirado da apresentação do Projeto. No entanto, mesmo antes da retirada deste, uma questão já chamava a atenção sobre os conteúdos apresentados, tendo em vista que, praticamente todas as mensagens parecem ter o objetivo de chamar a atenção para as más condutas e as consequências destas, dando a impressão de que o intuito maior do Projeto é proteger a sociedade da violência do jovem e não ao contrário.

Neste sentido, com o propósito de desconstruir essa sensação inicial ou confirmá-la, foi proposta aos Gestores e Professores a seguinte pergunta, que também é norteadora do presente trabalho: O Projeto *Dois Caminhos, uma Escolha*, visa prevenir a violência do jovem em relação à sociedade ou a violência da

sociedade em relação ao jovem? Os professores se posicionaram no sentido de que a forma como as mensagens são repassadas aos jovens dá a impressão de que as duas intenções estão presentes, ou seja, é um projeto que protege o jovem, no sentido de alertar sobre possíveis situações violentas que possam se envolver e a sociedade das condutas indesejadas destes, de seus atos de vandalismo e violência, uma vez que pretende através da conscientização das consequências dos atos, inibir sua prática.

PROFESSORA 1, ESCOLA A :Eu percebo que é dois caminhos. Eu acho que mostra para esse jovem que isso não é bom, que ele vai sofrer se ele fizer isso, porque mostra as consequências disso tudo. Pega a questão do sofrimento da mãe e isso é muito legal, porque eles respeitam muito as mães, não sei como, mas eles respeitam muito essas mães. Mas acho legal, mostra bem o sofrimento do jovem quando faz tudo isso, mas também mostra o sofrimento das outras famílias quando esses jovens fazem alguma coisa. Então, acho esse jovem mais sendo cuidado que acusado. É um projeto preventivo de cuidado com o jovem, todavia, para ele perceber as consequências do que pode acontecer. Eu achei um projeto preventivo. E ele ainda põe isso, o próprio título do projeto “Dois caminhos, Uma escolha” já põe isso e quando o Gestor começa com a fala ele já diz isso, “olha vocês tem as escolhas...” já é um papo direcionado para prevenção mesmo.

PROFESSOR 2, ESCOLA B: Acho que tem essa coisa também de prevenção em relação à sociedade. Isso que eu ia dizer acho que tem um pouquinho dessa abordagem, no sentido de “vamos conter as feras”. Como a gente falou aqui, têm todas as outras questões de família, de estrutura social e isso esse projeto não tem o que fazer. O que ele vai fazer é meio uma redução de danos, mas tem que pensar numa visão mais ampla, para evitar que o jovem seja agressor, ele tem que saber que vai pro DECA e etc. Mas ele tem a função de apagar o incêndio. Mas tem que trabalhar o anterior.

PROFESSORA 2, ESCOLA A:Pelo vídeo que eu vi, me parece que foca o jovem como autor de violência e nesse sentido acho que é para prevenir a violência que esse jovem pode praticar e ser vítima entre um e outro. Esses outros meios onde eles podem sofrer violência não é mostrado, mostra eles como autores, foi o que me pareceu. Eu acho assim que se essa fosse a única forma que a escola tem de trabalhar com a questão da violência, seria complicado eles serem vistos apenas como autores. Mas eu acho que a escola também tem tentado enxergá-los como vítimas e questionando e dando espaço para que eles se expressem. Mas realmente, sobre a violência que eles sofrem da família, da comunidade, isso eu não vi. Talvez eles tenham pego coisas do tipo, “vamos ver quem está nos influenciando”, no sentido deles poder estar sendo pressionados, obrigados a cometer uma infração.

De acordo com as percepções dos destinatários (categoria Professor), percebe – se uma clara pretensão do Projeto ora estudado, no sentido de atuar em relação à violência do jovem contra outros jovens e também daquela que pode esse praticar contra a sociedade. No entanto, o Projeto apresenta deficiências em relação

à prevenção de outra espécie de violência difusa na sociedade, que conforme mencionado anteriormente, consiste naquela oriunda de todo um sistema social, político, econômico e cultural, por vezes falho, no sentido de promoção e garantia dos direitos sociais fundamentais aos jovens, suas famílias e comunidade onde vivem.

Neste sentido, é imprescindível que Projetos de natureza preventiva em relação à violência, sejam desenvolvidos também sob a perspectiva da construção de caminhos que apontem para melhores condições de trabalho, qualidade nos serviços de saúde, educação, espaços de lazer, esporte, cultura, entre outras necessidades básicas à comunidade como um todo. Qualquer alternativa preventiva que não possua em seus pressupostos tais preocupações está fadada ao permanente insucesso de suas ações e conseqüentemente dos resultados almejados pelas mesmas.

Ainda em relação à pretensão preventiva do Projeto, importante ilustrar o posicionamento dos Gestores em relação ao mesmo, tendo em vista que, a maneira como se posicionam sobre a pretensão de prevenção da violência gera certa contradição em relação à forma como o Projeto se apresenta perante a sociedade, ou seja, como uma iniciativa de prevenção à violência contra jovens.

GESTOR 2: Vejo como uma forma de prevenir a violência do jovem em relação a todos e protegê-lo mostrando que a violência tende a retornar a quem a pratica, mas não há como negar que o foco principal é a prevenção da violência do jovem no meio escolar e social.

GESTOR 3: Então, num primeiro momento o projeto foi no sentido de proteger os jovens dessa violência, porque não deixa de ser uma violência ser conduzido algemado, ficar preso, ir para FASE é uma violência. Então, num primeiro momento era para proteger eles, mas quando iniciamos o projeto em sala de aula e naquele momento era só eu, percebi que a coisa era diferente e o tratamento tinha que ser diferente, pois tem uma grande maioria dos jovens que são inconstantes e tem uma minoria em sala de aula que não vê nenhuma perspectiva de futuro, então a ideia era assustar um pouco eles com aquilo ali e tendo alguns alunos em sala de aula com esse comportamento eles minam todo ambiente, eles desrespeitam o professor e este não tem nem como passar o conhecimento para o restante da turma, fica frustrado. Então é uma linguagem que é cruel, mas que eles entendem, então de certa forma para alguns ali se transforma em uma forma de assustar. E aí de certa forma acaba tendo como objetivo proteger a sociedade de coisas que eles podem estar causando.

Outro aspecto que foi motivo de inquietação durante a pesquisa se deu em função do uso da *farda* pelos Gestores durante as palestras e o quanto essa postura poderia ser intimidatória em relação àqueles jovens acostumados até então a presença dos Guardas em situações de conflito na escola. Neste sentido, questionei Professores e Gestores sobre essa postura a partir da seguinte indagação: Qual a pretensão dos Gestores ao adotar a postura de se apresentar em sala de aula com “uniformes militares” e quais os aspectos positivos e negativos dessa forma de se posicionar perante os jovens?

Os professores não apresentaram nenhuma ressalva em relação ao trabalho realizado com o uso da *farda* pelos Guardas, ao contrário, percebem tal circunstância como positiva, no sentido de passar a imagem de uma autoridade aos jovens que muitas vezes estes não identificam no educador.

PROFESSOR 3, ESCOLA B: Ela [a *farda*] tem essa conotação de disciplina. O policial tá ali para tu respeitar a lei. Ele [jovem] sabe que se fizer alguma coisa errada vai em cana. E conscientemente ele sabe disso. Então quando o guarda aparece ali fardado, tudo aquilo que o guarda disser para ele, ele vai entender como, “bom, se eu fizer algo errado, eu vou sofrer as consequências”. Acho que isso é importante, porque se eles não enxergam nós como um ser educador e disciplinador e eu acho que ele deveria ver isso no professor e não só o amigo, o cara que vai ajudar ele, mas também aquele que vai dar um limite pra ele. Se ele não vê isso no professor, talvez a mantenedora tenha pensado, vamos adotar uma coisa formal de disciplina e quem é o cara que representa a disciplina formalmente? São os órgãos repressores. E eles são disciplinadores. Se tu não respeitar a disciplina, tu vai pra cadeia, pra delegacia, pro DECA. Então talvez tenha esse lado.

PROFESSORA 2, ESCOLA A: Eu acredito que num primeiro momento possa haver intimidação pelo uso da *farda*. Porque é exatamente essa visão que eles têm dos guardas, eles vêm os guardas só nas situações problema e que muitas vezes eles [jovens] estão ali como problema. Mas eu acho que eles trabalharam muito bem isso. Acho que até serviu para que eles se mostrassem de uma maneira mais próxima dos jovens e mais por eles. Acho que o trabalho realizado com o uso da *farda* serviu para desmistificar o guarda como “vilão”, acho que eles se mostraram preocupados com aqueles jovens, nem que seja com a violência que eles podem cometer, mas preocupados com eles. E de certa forma querendo ajudar. Acho positivo o uso da *farda*.

Os Gestores destacam a importância no uso da *farda* durante os encontros com os jovens, mais no sentido de promover a instituição e a aproximação desta com a comunidade e não enquanto imposição de uma autoridade que deve ser temida, pois em alguns momentos é responsável por dar limites e fazer encaminhamentos as instâncias responsáveis em caso de conflitos. Resta claro que

a pretensão no uso da farda é desmistificar a ideia de *polícia* enquanto órgão exclusivamente repressor.

GESTOR 1: Um dos principais objetivos é a criação de uma identidade da instituição de Polícia Comunitária na comunidade. A guarda municipal quer alcançar parcerias e ótimas relações com a comunidade porto-alegrense. A própria SMED aprova esta ideia de trabalhar fardado dentro da escola e agradece este apoio. A realização do trabalho sem o uso da farda não alcançaria esse objetivo proposto de Polícia comunitária.

GESTOR 2: A ideia é mostrar que a instituição está ao lado deles para ajudá-los, a ideia é aproximar a comunidade da instituição alinhada às políticas de guarda comunitária. É a imagem da guarda municipal sendo vista como uma instituição ao lado deles, isso desmonta um pouco aquela ideia de que a farda deve gerar medo neles, hoje quando passo nas escolas em que o projeto foi executado os alunos vem conversar, querem saber quando terão de novo, gera um vínculo muito bacana com eles. Não vejo lado negativo, talvez haja no início um princípio de desconfiança sobre o que esse guarda veio falar conosco, mas isso é natural.

GESTOR 3:Primeiro, desmistificar o uniforme. O objetivo é que o aluno perceba que o mesmo guarda que está na guarita da escola é o mesmo que vai falar com eles, que a farda é a mesma, que a forma de encaminhamento é a mesma. E que nós estamos ali no intuito de proteger, prevenir e que eles podem contar conosco da mesma forma que podem contar com os guardas que estão ali na escola. Se tu tirar o uniforme para trabalhar com eles, não haveria essa relação. E mesmo assim eles têm nós como referência e o guarda da escola não. E aí, cabe um outro trabalho com o guarda do setor para estar indo, entrando na sala de aula e realizando o trabalho junto com a gente, fazendo fala com eles, conversando. Fizemos isso várias vezes. Outro motivo é a promoção da instituição, porque no momento que tu estás presente fardado em num maior contato com a direção, com os professores, tu coloca a nossa guarda em um outro patamar.

Os próprios jovens confirmam nas respostas dos questionários essa pretensão dos Guardas, quando declaram, conforme foi possível perceber no QUADRO 22, que sabiam o que os mesmos estavam fazendo na Escola, sendo que poucos manifestaram sentir medo ou associar a presença deles a alguma situação negativa. Diante das colocações dos Gestores que são confirmadas pelas dos destinatários do projeto, foi possível uma (re)organização das sensações precedentes ao campo em relação a estes aspectos, sendo possível, inclusive afirmar que é totalmente salutar o uso da farda pelos Gestores na execução do Projeto, atendendo, inclusive as diretrizes da Política Nacional de Segurança Pública e também as premissas de Garland (2008) em relação aos paradigmas de policiamento comunitário, conforme expostas no capítulo 2 deste trabalho.

Por fim, antes de concluir os objetivos deste trabalho com a resposta ao Problema de Pesquisa e comentários à luz da epistemologia da complexidade, que estrategicamente deixei para o final, com o intuito de ir direcionando as colocações em relação a este a partir da satisfação as perguntas norteadoras, cumpre chamar a atenção para uma questão primordial em termos de continuidade das ações e especialmente quando se trata de iniciativas de natureza preventiva como a aqui analisada.

Neste sentido, considerando que o projeto tem em suas propostas e objetivos a pretensão de continuidade nas escolas onde é executado, busquei saber dos jovens, professores e gestores, se essa realidade estava sendo vivenciada na prática. A resposta, nem tão surpreendente assim, foi de que na maioria dos casos, salvo raras e mesmo assim tímidas iniciativas, isso não está ocorrendo pelos professores. A justificativa por parte dos mesmos e também dos Gestores desvela uma série de entraves, entre eles, falta de tempo, orientação para o prosseguimento do assunto, recursos humanos, entre outros.

JOVEM 9 , ESCOLA B: tem um professor que trabalhou com a gente, fez até um texto sobre reportagens de jornal.

JOVEM 4, ESCOLA B: Eles só diziam coisas do tipo, viu esse é o jeito, mas nunca deram seguimento.

PROFESSORA 1, ESCOLA B: Não sei. O que sei é que muitos dos professores que acompanharam o projeto tiraram licença e aí o que vem substituir não sabe como dar continuidade ou não sabe que tem que dar continuidade, e tem que separar briga e tem que planejar aula. Acaba em ter um desânimo em continuar, mas não é em relação a esse projeto é em relação a qualquer projeto. A gente elabora milhões de projetos e na prática as pessoas não fazem.

PROFESSORA 1, ESCOLA A: Pelos professores dos maiores mais difícil. Tem professores que tem dificuldade em adaptar o assunto a suas disciplinas, como por exemplo, trabalhar violência na Matemática. Mas a gente tem professores muito bons de Filosofia, de História,.. e que fazem isso sim, que trabalham essas questões com os alunos e o próprio SOE continuou fazendo um trabalho com esses alunos que o projeto trabalhou com grupos menores. A gente seguiu fazendo.

GESTOR 1: Algumas direções de escolas são parceiras e dão a continuidade no trabalho de forma pedagogicamente. Quando retornamos para fazer um levantamento de dados de registro constatamos na maioria das vezes uma redução considerável nesses dados e isso é muito gratificante para o nosso trabalho.

O retorno obtido até aqui, através das respostas às questões norteadoras e também pelos questionários, no referente ao projeto, por si só, já desvelam algumas percepções e impactos produzidos por este aos seus destinatários, conforme procurou o problema de pesquisa verificar. Neste sentido, é possível perceber que os jovens e professores, imersos em ambientes onde relações violentas se fazem presentes de forma permanente, demonstram uma boa aceitação à iniciativa, ao contrário do pressuposto anteriormente a realização da pesquisa, de que a proposta metodológica pretendida era de certa forma estigmatizante e intimidatória em relação aos jovens e mal vista pelos Professores, tendo em vista, a utilização de materiais com conteúdos um tanto *fortes* para a faixa etária a que se destina.

PROFESSORA 1, ESCOLA B: Acho, acho, acho [sobre a metodologia do Projeto] e até se tivesse que mexer eu colocava mais a coisa crua mesmo para eles enxergarem mesmo, com mais crueldade a realidade. Talvez tocasse mais ainda. Porque ali [em relação à FASE] ainda mostra alguns se recuperando. Mas o legal é mostrar mesmo os que se ferram mesmo, pra mostrar que nem tudo são flores. Achei bem legal, achei importantíssimo o que o gestor fez de trabalhar a questão do dever, que o adolescente também tem dever, tem lei que ele precisa respeitar, porque depois que surgiu o ECA ficou tudo muito nisso: direito, direito e direito, então eu gostei desse projeto, porque na maneira de apresentar ele falou do dever.

PROFESSORA 2, ESCOLA A: Eu assisti apenas o encontro do vídeo da RBS e vou te dizer que a primeira vez que eu vi eu não esperava ver aquilo e até me questionei “bah! Tão pegando pesado, por que mostrar isso já de início?” mas depois pensei que muitas vezes começamos leve. Acho que é uma outra forma de começar e na realidade não é nem começar porque a escola já está fazendo esse trabalho há muito tempo. Eu acho que isso vem ao encontro de uma necessidade que eu vejo muito neles que é enfrentar a questão que existe entre eles do “não dá nada”. Peraí, não dá nada não, dá sim! Acho que mostra um pouco dessa questão. Eu, como professora assisti aquilo e disse “viu como as regras da escola nem são tão assim”, no sentido de ser mais flexíveis e não como lá, mesmo porque lá é um ambiente de exceção. Então eu acho que esse vídeo é uma coisa positiva. Acho que toda escolha que a gente faz tem seus prós e contras e nessa escolha não seria diferente. Mas vejo isso como algo mais positivo que negativo.

No entanto o que se verificou foi uma ótima receptividade por parte do público destinatário. Tanto os jovens quanto os professores, não apresentam qualquer tipo de estranhamento a presença dos executores do Projeto, que ao se apresentarem *fardados*, muitas vezes são *identificados* como *autoridade policial*³³,

³³ Muito embora a Guarda Municipal tenha adquirido Constitucionalmente status de agente de segurança pública, não possui esta autoridade policial. No entanto, observa-se tanto no discurso dos próprios membros da instituição como entre a comunidade uma forte identificação da Guarda Municipal com a polícia, em especial a militar.

circunstância que poderia gerar certo sentimento de medo, desconfiança ou rejeição, especialmente por parte dos jovens, em virtude da *imagem policial*, muitas vezes rechaçada em regiões menos favorecidas econômica e socialmente, em razão de todo um histórico de conflitos com a polícia nestes locais, inclusive, relatado nos depoimentos dos estudantes da Escola B, que denunciam vários episódios de violência. Neste sentido, as observações realizadas em campo, bem como as colocações feitas pelos destinatários do Projeto, revelaram relações de cordialidade entre os sujeitos da pesquisa, possíveis de serem estabelecidas mesmo em ambientes eivados de hostilidades.

O principal material utilizado pelo Projeto para a prevenção da violência, o vídeo *Jovens em Conflito com a Lei*, produz certo impacto nos estudantes, inclusive pelo fato da maioria, conforme registrado nos questionários (QUADRO 19) não ter conhecimento de tal realidade de consequências para aqueles que infringem a lei. Muitos jovens se mostraram sensibilizados com as condições a que ficam submetidos os adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação, no entanto, quando questionados sobre o que acharam do Projeto, no que ele contribuiu para a prevenção da violência, alguns afirmaram ser este bom, mas que quando estão diante de uma situação de conflito, não pensam nas consequências.

JOVEM 3, ESCOLA A: Os assuntos são bons, pois mostra a realidade daqueles jovens que não tiveram ajuda.

JOVEM 6, ESCOLA A: No começo é chato, mas depois tu começa a te interessar. Não que o material seja chato, tu que não tá interessado.

JOVEM 9, ESCOLA A: O projeto é bom, mas quando bate a raiva e alguém vem pra cima de ti tu não pensa.

JOVEM 1, ESCOLA A: Se o cara é brigão ele não vai parar.

JOVEM 6 ESCOLA B: Sim [em relação ao projeto ser bom], mas na hora, de cabeça quente, ninguém se lembra. O projeto nos ajudou na questão da droga, mas do crime não tem como.

A percepção em relação à mudança de comportamento dos jovens após a realização do Projeto é bastante tímida ainda, o que impediu a verificação sobre a

produção de maiores impactos naqueles, circunstância que é atribuída por alguns professores à falta de continuidade e pouco tempo do projeto.

PROFESSORA 1, ESCOLA B: Sinceramente, não! [em relação à mudança de comportamento dos jovens]. Assim, porque os alunos que eram bons e que assistiram ao projeto desenvolveram ótimos trabalhos na minha aula quando eu dei continuidade ao projeto. Aqueles alunos falaram sobre violência e tal, mas é porque também é muito mais fácil deles serem atingidos porque eles já eram abertos a isso. Mas aqueles outros alunos que já tinham problema com DECA, não. Por isso que eu digo que um vídeo mais chocante. Tem alunos que continuaram com o mesmo comportamento agressivo. Mas também porque o trabalho não teve continuidade. Se fosse mais tempo, um projeto mais extenso, atingiria mais.

PROFESSORA 1, ESCOLA A: Depois que eles fizeram algumas palestras com aqueles alunos, a gente teve uma mudança de comportamento. Não de todos, mas de alguns. Em 2007, inclusive haviam casos bem graves aqui na escola na época da realização do mesmo. Casos mais sérios de alunos violentos, que a gente não teve ano passado, nem esse ano.

A necessidade de continuidade e atuação transdisciplinar do Projeto é explícita entre os destinatários, que percebem este com pouquíssimo tempo de execução e ações isoladas que por si só não auxiliam no enfrentamento da violência em relação aos jovens.

PROFESSOR 3, ESCOLA B: Mas o meu medo em relação a esses projetos é que eles tem pouca extensão. Geralmente são projetos que duram 1 ou dois anos e acabam. Então penso que deveria ser um projeto da guarda, existente em todas as escolas e que fosse uma coisa institucional, quase como se fosse como aquela disciplina de trânsito que querem colocar nas escolas. Poderia se fazer um projeto paralelo, no contraturno onde a guarda viria uma vez por mês que seja, mas que se escolhessem alguns alunos para trabalhar a questão da violência, do trânsito, a questão da disciplina que a guarda tem. Acho que seria uma educação não formal, dentro de uma instituição formal. Porque às vezes o estranho, o guarda, porque o cara que vem aqui não é o mesmo que está aqui todos os dias, às vezes o estranho eles ouvem mais, respeitam mais, porque é diferente, não é aquele que eu estou vendo todo dia e que eu já sei como ele é, como funciona. E às vezes é até o estímulo para que ele possa ver o que tá acontecendo. E que seja uma coisa continuada. Eu não gosto de me meter em coisas que eu não sei até onde vai, eu não gosto. Porque eu posso me entusiasmar e me frustrar e o professor já tem muitas frustrações diárias em sala de aula. Me diz que vai mudar governo e que o projeto vai continuar que eu participo. Vou sair dessa escola e vou para outra, beleza, lá também vai ter. Eu acho que a gente tem que lutar mais por essas coisas institucionais.

PROFESSORA 2, ESCOLA A: Sem dúvida não é um projeto completo. É um ângulo que tem que fazer parte. Talvez não estava acontecendo pelo medo dos professores de estar pegando pesado. A própria guarda poderia ampliar o projeto no sentido de coloca "sim, nós sabemos também que vocês são vítimas, estamos aqui para protegê-los". Que isso também é um problema da escola, do posto de saúde, de toda uma rede de proteção. A guarda sozinha não vai resolver isso.

JOVEM 5, ESCOLA A: Tem que ter a continuidade pelos professores.

Neste sentido, as considerações sobre as percepções e impactos que o *Projeto Dois caminhos, uma Escolha*, objeto de estudo neste trabalho, produz em seus destinatários passa pela compreensão deste e da realidade a que se destina enquanto um *complexus*, desvelado a partir de alguns princípios de complexidade eleitos com fundamento no referencial epistemológico proposto. Neste sentido me filio a uma nova perspectiva de ciência, rompendo com antigas concepções que por abarcar em si conceitos cerrados transmitem uma falsa ilusão de certeza.

Ao optar pela análise do objeto de estudo à luz do paradigma da complexidade, me permiti trilhar caminhos de incertezas, onde certezas se fizeram possíveis, no entanto, sem que estas tenham sido levadas a cabo como verdades absolutas, permitindo assim o permanente (re)pensar sobre as mesmas, com base nas percepções e impactos noticiados pelos destinatários. As ambivalências inerentes ao Projeto e as percepções do mesmo por seus destinatários permitiu atribuir vários significados ao que foi observado, a partir de um observar que incessantemente procurou romper com os estranhamentos iniciais buscando abertura a novas concepções socioculturais diferentes daquelas que me eram afetas.

A possibilidade de autocrítica e autorreflexão sobre o objeto de estudo e a realidade na qual é desenvolvido a partir da contestação das minhas próprias estruturas de pensamento, me permitiu novas formas de conceber as dinâmicas do contexto estudado, possibilitando a construção de um novo conhecimento sobre um Projeto que se apresenta como preventivo da violência contra o jovem, mas em sua origem e execução possui muito mais características de prevenção à violência do jovem.

E é isso que nos revela o outro aspecto da “verdade” da ciência: *A ciência é, e continua a ser, uma aventura*. A verdade da ciência não está unicamente na capitalização das verdades adquiridas, na verificação das teorias conhecidas, mas no caráter aberto da aventura que permite, melhor dizendo, que hoje exige a contestação das suas próprias estruturas de pensamento. Bronovski dizia que o conceito da ciência não é nem absoluto, nem eterno (MORIN, 2007, p. 26).

Assim, a análise do objeto de estudo partiu primeiramente da distinção deste e da realidade para a qual é direcionado, sendo posteriormente feita a comunicação entre os dois contextos. O estudo sobre o projeto a partir das intenções noticiadas pelos gestores e percepção dos destinatários, desvelou em sua pretensão de prevenção à violência contra jovens, iniciativas fundamentadas na prevenção da violência que estes jovens podem vir a praticar, estando essa ideologia preventiva muito influenciada por práticas intimidatórias que partem da transmissão de mensagens em relação às consequências de determinados atos que podem ser praticados pelos jovens destinatários do mesmo.

A observação da realidade em relação a qual o projeto se destina, revelou um cenário de violência de jovens contra jovens. Neste sentido, a comunicação entre estes dois contextos que se influenciam mutuamente, possibilitou a compreensão do por que de uma iniciativa dessa natureza que se desenvolve sob a perspectiva da intimidação possui aceitação entre os jovens e professores que não demonstram qualquer restrição em relação a ela, ao contrário, se sentem orientados, protegidos e amparados pela forma como assunto é transmitido a partir da utilização de um vídeo que mostra adolescentes mais como autores do que vítimas de violência.

A possibilidade de pensar complexo, ou seja, poder entender situações aparentemente antagônicas como complementares à medida que não se excluem, constituíram um dos grandes desafios deste trabalho. Os antagonismos do projeto analisado são identificados a partir da sua proposta de prevenção à violência contra jovens, que na prática acaba se desenvolvendo e buscando como resultado a prevenção da violência que estes podem praticar contra outrem, partindo do pressuposto que os jovens, mesmo quando praticam a violência, ainda assim são vítimas desta, por inúmeros fatores psicológicos, biológicos, socioeconômicos, culturais e históricos e neste sentido, prevenir a violência contra o jovem passa pela prevenção da violência praticada pelo jovem.

Os próprios destinatários do Projeto percebem a necessidade e importância de trabalhar o mesmo da forma como tem sido feita, sem opor qualquer objeção a metodologia adotada. Ao contrário, alguns educadores, entendem que o Projeto poderia ser mais incisivo nas colocações sobre as consequências dos atos pelos

jovens. Neste sentido, a possibilidade de pensar complexo as realidades apresentadas, se fundamenta nos princípios norteadores dessa epistemologia do conhecimento, que auxiliam na compreensão das percepções e impactos dos destinatários em relação ao Projeto e também na influência que estas produzem na iniciativa de prevenção à violência pretendida.

Assim, atualmente, a epistemologia complexa trabalha com a noção de sete princípios do conhecimento que são norteadores de tantos outros utilizados para compreender a interminável teia das interações sociais estudadas com base nela. No presente trabalho, alguns destes princípios basilares foram destacados mais que outros, o que não descarta a possibilidade da presença de todos eles nas interpretações realizadas, tendo em vista, o caráter interdependente e complementar que possuem entre si.

Neste sentido, a compreensão do Princípio Sistêmico ou Organizacional que foi construído por Morin, a partir da máxima de Pascal na qual “é impossível conhecer as partes sem conhecer o todo, tanto quanto conhecer o todo sem conhecer, particularmente as partes” (PASCAL *apud* MORIN, 2001, p. 93), ajudou no entendimento sobre os espaços onde as dinâmicas de violência entre os jovens acontecem, enquanto partes de um contexto social maior no qual também é possível perceber relações de natureza violenta. Assim, a percepção dos destinatários sobre a forma como o projeto enfrenta as hostilidades vivenciadas no ambiente escolar, no sentido da necessidade de uma linguagem mais *firme* com os jovens constitui reflexos dos enfrentamentos que devem ser feitos a partir de um contexto mais geral para um mais local e vice versa, desvelando assim, formas de enfrentamento à violência que partem cada vez mais da busca de soluções locais para problemas que são gerados globalmente (BAUMAN, 2005).

O Princípio ‘Hologrâmico’, que segundo Morin, “não apenas a parte está no todo, como o todo está inscrito na parte” (2001, p. 93), trouxe a compreensão das percepções acerca dos propósitos do Projeto *Dois caminhos, uma Escolha*, enquanto parte de um contexto sociocultural imerso numa cultura de violência, e, portanto, trazendo em si, muito de sua ideologia, preconceitos, cultura, entre outras

características, da mesma forma que a realidade na qual o projeto se encontra, possui pretensões que são desenvolvidas por este junto a seus destinatários.

O Princípio do Circuito Retroativo, que foi introduzido por Norbet Wiener, rompendo com o princípio da causalidade linear, ou seja, de que a causa age sobre o efeito e o efeito sobre a causa permitiu a compreensão dos processos autorreguladores, nos quais o Projeto visa reduzir um desvio e estabilizar o sistema, enquanto este, permanentemente, aumenta e potencializa uma circunstância (MORIN, 2001). A partir deste princípio que procura explicar a força retroativa que um fenômeno possui, foi possível compreender a potência que um ato de violência pode alcançar, tendo em vista que, não se acaba em si, sempre gerando mais e mais violência. Os próprios jovens admitem que o projeto é bom, *mas não vão apanhar calados* e tampouco conseguem evitar uma situação de conflito quando *estão de cabeça quente*, o que gera situações cada vez mais violentas entre os mesmos. Com fundamento nessa percepção, os Professores concordam que o Projeto tem que ser mais enérgico na sua forma de se colocar perante os jovens, no sentido de dar um limite aos mesmos.

A partir do pressuposto do circuito retroativo e do Princípio do Circuito Recursivo, foi possível compreender a dinâmica de reprodução da violência nos espaços em que o projeto é realizado, assim como a pretensão de construção de uma Cultura de Paz com base no mesmo tipo de interação dos indivíduos, tendo em vista, que este princípio funciona como “um circuito gerador em que os produtos e os efeitos, são eles mesmos, produtores e causadores daquilo que os produz” (MORIN, 2001, p.95). Assim, somos (re)produtores das culturas que nos influenciam e neste sentido a percepção dos destinatários sobre a forma como a cultura de violência existente na comunidade se (re)produz, desvela também a possibilidade de (re)produção de uma cultura de paz, possível de ser realizada a partir da interação destes jovens com o projeto.

Os indivíduos sofrem influência do meio em que convivem da mesma forma que influenciam este mesmo ambiente e dentro dessa lógica é possível entender como a violência ou a paz podem se reproduzir nas realidades em relação as quais o Projeto atua. Assim, a construção de uma cultura de paz, conforme pretendida

pelo Projeto, necessariamente deve percorrer os mesmos caminhos que a propagação da cultura de violência tem trilhado. Conforme percebido pelos professores, enquanto destinatários do projeto, se faz necessária a prevenção da violência não só em relação aos jovens, mas também de todos outros indivíduos que convivem nos mesmos ambientes que estes, ou seja, pais e comunidade em geral. A violência que o projeto visa prevenir é produzida de forma recursiva, ou seja, inicia no ambiente familiar, na forma de tratamento dos pais com os filhos e destes com aqueles e se reproduz na escola, na comunidade, enfim, em todos os espaços onde estes jovens estão inseridos, retornando a violência para a comunidade, ainda que sob outras formas.

Em que pese, a importância desses quatro pressupostos de complexidade mencionados anteriormente, no contexto do presente trabalho, destaco os Princípios da Autonomia/Dependência e o Dialógico, como fundamentais na compreensão das questões analisadas pela pesquisa. O primeiro, também conhecido como Princípio da auto-eco-organização, parte do entendimento de ser a autonomia dos seres vivos inseparável de sua dependência ao meio em que vivem. Neste sentido, para sobreviver, os seres precisam retirar os meios necessários à sobrevivência do seu ambiente e por tal razão, ao mesmo tempo em que procuram autonomia em relação a este, se tornam inevitavelmente seus dependentes. Nessa perspectiva, o princípio da auto-eco-organização é especificamente para os seres humanos que buscam sua autonomia na dependência cultural com a sociedade da qual fazem parte.

A partir dessa visão auto-eco-organizadora, foi possível compreender as diferentes relações de autonomia/dependência vivenciadas durante o campo como, por exemplo, a dependência que os destinatários do Projeto possuem em relação a um ambiente totalmente hostil no qual a sobrevivência está muitas vezes condicionada a introjeção de valores (in)existentes neste meio e a possibilidade de rompimento com essa realidade, que é trazida por um projeto de prevenção à violência que traz em si caminhos para a autonomia dos indivíduos, enquanto cidadãos, mesmo que através da sua auto-eco-organização se tornem estes dependentes de outras construções culturais. Neste sentido, é possível dizer que a independência de uma cultura de violência passa necessariamente pela criação de

vínculos com outras construções culturais que muitas vezes não pertencem ao meio no qual os jovens se encontram.

O Princípio Dialógico, por sua vez, “une dois princípios ou noções que deveriam se excluir reciprocamente, mas são indissociáveis em uma mesma realidade” (MORIN, 2001, p.95). A dialógica torna-se de fácil compreensão quando diante de circunstâncias aparentemente antagônicas se consegue a complementariedade e não a exclusão de qualquer que seja essa. Logo, a partir do diálogo entre as percepções e impactos do Projeto e suas pretensões, foi possível compreender os antagonismos deste, que ao invés de promover a exclusão de circunstâncias ambíguas como a prevenção da violência contra o jovem e da violência deste jovem, a torna complementares.

As realidades onde o projeto se desenvolve, são, conforme informado pelos destinatários deste, bastante violentas e caracterizadas pela violência de jovens contra jovens, principalmente. Neste sentido, a existência de um Projeto que mostre as consequências dos atos impensados e violentos neste ambiente é recepcionada por seus destinatários como de fundamental importância na prevenção da violência, tendo em vista que, possui grandes possibilidades de inibir estas más condutas e desta forma se torna preventiva da violência contra o jovem, podendo se pensar ainda, que a prevenção atinge também o jovem autor de violência que pode passar a não mais praticá-la e, desta forma deixar de se sujeitar aos riscos que tais condutas o conduzem.

Por fim, o Princípio da Reintrodução do conhecimento, no qual este se caracteriza pela forma complementar e interdependente de todos os princípios apresentados, possibilitou a compreensão de que “todo conhecimento é uma reconstrução/tradução feita por uma mente/cérebro, em uma cultura e época determinadas” (MORIN, 2001, p. 96).

Neste sentido, diante do contexto apresentado, procurei expor e interpretar as percepções e impactos que o objeto de estudo deste trabalho, produz em seus destinatários – jovens e professores –, a partir da interação com os mesmos e também com seus gestores, satisfazendo assim, ao Problema de Pesquisa

proposto: Quais os impactos e percepções que o Projeto *Dois caminhos, uma Escolha*, produz em seus destinatários? As respostas a essa questão e também às questões norteadoras demonstra que o Projeto é percebido entre seus destinatários, como uma iniciativa de prevenção à violência contra jovens, em que pesem algumas mensagens se destinar a conscientizar estes sobre as consequências no desvio de suas condutas, ainda assim, atua este na prevenção da violência que a juventude pode vir a sofrer quando exposta aos *riscos da rua*.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pretensão de finalizar um trabalho desta natureza constitui em si um desafio, tendo em vista, o número de significados que foram produzidos a partir de sua análise. Neste sentido, o *fim* a que se chega aqui, deve ser encarado como uma contribuição que se pretende deixar para uma iniciativa de prevenção à violência contra jovens que vem sendo desenvolvida no município de Porto Alegre e que traz em suas propostas a possibilidade de êxito no enfrentamento da violência em relação aos espaços a que se destina.

Assim, os caminhos percorridos em busca do conhecimento acerca do *Projeto Dois caminhos, uma Escolha*, desvelaram um cenário peculiar de relações violentas envolvendo os jovens, que podem ser observadas a partir de vários aspectos. Neste sentido, foram identificadas além das violências praticadas entre eles, aquelas (re)produzidas pelo ambiente familiar e comunitário do qual fazem parte, bem como a violência estrutural da sociedade e do Estado que se apresenta sob a forma de violações de direitos e ausência de garantias sociais fundamentais aos jovens, seus familiares e comunidade a que pertencem. Em ambas as escolas as hostilidades a ser enfrentadas são muito próximas, constituindo a maior queixa dos destinatários a agressividade com que os jovens se comunicam ou mesmo resolvem seus conflitos; a influência do tráfico e consumo de drogas e a ausência da infraestrutura necessária para o atendimento das necessidades sociais básicas das comunidades onde o Projeto é desenvolvido.

Em que pese a diversidade das violências vivenciadas pelos destinatários do Projeto, se depara este, em sua execução, principalmente, com uma realidade de hostilidade entre jovens e neste aspecto, acaba tentando se adequar a *linguagem* destes, buscando ser eficaz em suas ações, enquanto uma política de enfrentamento à questões desta natureza. Assim, partir do olhar sobre a realidade em relação ao qual o projeto se destina, foi possível, de certa forma, compreender porque sua metodologia parece se desenvolver mais pelo viés da prevenção da violência praticada pelo jovem do que daquela que pode ser cometida contra ele e que, inclusive se faz muito presente nestes ambientes, por meio das violências *socialmente estruturais* vivenciadas.

Primeiramente, não se pode esquecer que o Projeto *Dois caminhos, uma Escolha*, pertence a um programa maior de prevenção à violência no município, que possui entre seus objetivos “a promoção de um ambiente seguro; dos direitos humanos; da prevenção ao vandalismo e redução dos espaços de marginalização” (BRASIL, 2009, p.195). Desta forma, enquanto parte de uma proposta maior de prevenção à violência, embora direcionado de forma mais específica aos jovens, deve atuar nos focos de hostilidades identificados, de forma genérica, tendo como objetivo maior prevenir sua (re)produção. Outra questão que precisa ser considerada é o fato dos ambientes para os quais é direcionado se caracterizar como espaços consideráveis de violência, inseridos em um contexto maior de vulnerabilidades sociais.

Neste sentido, a partir das percepções sobre as demandas oriundas dos ambientes onde o Projeto se desenvolve juntamente com a análise de sua metodologia, foi possível compreender porque a forma como o mesmo se apresenta, não descaracteriza o fim a que aquele se propõe, ou seja, a prevenção à violência contra os jovens. O próprio entendimento dos Gestores e destinatários do projeto indica que o caminho de prevenção necessário a estes espaços deve se dar sob a lógica de *inibir* o comportamento agressivo de alguns jovens em vista da prevenção à violência contra todos.

Desta forma, uma vez repassada a mensagem preventiva aos estudantes, pretende o Projeto cumprir outras duas importantes funções que são: a proteção dos jovens a partir da *inibição da* prática de violência evitando que estes se tornem metaforicamente os *riscos nas ruas* e, também protegendo aqueles que são vítimas e, portanto, sujeitos aos *riscos da rua*, tendo em vista, a diminuição da ocorrência de conflitos de natureza violenta. Entretanto, em virtude da carência de alguns recursos, conforme visto, faz com que os resultados do Projeto encontrem-se limitados, atualmente, a boa aceitação do mesmo pelos destinatários e também a proximidade da Guarda Municipal como referência de segurança na comunidade.

Assim, o questionamento sobre ser ou não essa forma de prevenção a mais adequada, através do olhar de quem não convive diariamente com a problemática da violência, ao contrário dos professores, estudantes e gestores, constitui tarefa um

tanto difícil. Em razão disso, a compreensão de que o Projeto procura adequar sua metodologia respeitando um dos fundamentos basilares que toda política deveria observar, que parte do pressuposto de que é necessário escutar as demandas daqueles a quem se destina, parece ser um caminho para alcançar os propósitos do Projeto, que ao invés de ser criticados precisam ser melhorados em garantia de sua efetivação.

Nesta perspectiva, buscar a construção do conhecimento em relação ao Projeto com fundamento no paradigma da complexidade (MORIN, 2001) foi imprescindível para o entendimento de duas pretensões preventivas que dialogam entre si e por tal razão, não se excluem; ao contrário, procuram complementar-se em prol de um bem maior que passa pela garantia de segurança a todos. Assim, as questões contraditórias existentes entre a prevenção da violência contra jovens e as ações do Projeto que passam pela prevenção da violência do jovem possuem uma dialogicidade entre si, que permitem perceber a complementariedade de seus antagonismos em busca do mesmo *fim*.

No entanto, a efetividade desta iniciativa de prevenção à violência, já aprovada por seus destinatários como uma boa proposta de enfrentamento a essa, necessita vencer outros desafios para que realmente alcance os fins a que se destina. Neste aspecto, é preciso que seja (re)pensada pelos Gestores a efetiva retomada de uma das propostas fundamentais do Projeto que é a sua transversalidade em relação a Programas ou Projetos de outras Secretarias que trabalham com questões ligadas à melhoria na qualidade de vida da população. Enquanto este Projeto de prevenção à violência não atuar, de fato, em parceria com iniciativas que promovam a melhoria nas condições de saúde, educação, trabalho, esporte, lazer, cultura, meio ambiente, entre outros direitos sociais de fundamental promoção no município de Porto Alegre, estará o mesmo condenado a quase invisível percepção de seus resultados perante a Comunidade.

Necessário se faz, então, a ampliação dos horizontes de atuação do Projeto *Dois Caminhos, uma Escolha*, mas não no sentido de atender um número maior de escolas com o único propósito de alcançar *quantidades* ao invés de *qualidades*. O sucesso ou não desta iniciativa de prevenção à violência, está intimamente ligado ao

enfrentamento de hostilidades maiores que são produzidas pelo Estado e Sociedade de forma global, local e vice-versa. Neste contexto, não é salutar a uma iniciativa preventiva da violência contra jovens se resumir à prevenção ou redução de apenas um dos tipos de manifestação violenta em relação a estes, num dado espaço e em detrimento de todos outros tipos de hostilidades a que estão sujeitos.

Uma política preventiva para se efetivar e garantir ou promover direitos, necessita também de um planejamento que possa ser seguido sem interrupções, sob pena de se tornar uma iniciativa esvaziada de objetivos concretos. Diante deste aspecto, os propósitos de desenvolvimento do Projeto preveem a realização de três encontros com os estudantes, durante o período de aula, para tratar assuntos sobre violência, sendo anteriormente realizada uma reunião com Professores e posteriormente com pais e a comunidade, devendo ao final serem retomadas as questões tratadas com os jovens pelos Educadores durante a execução de suas disciplinas.

Entretanto, em virtude das demandas oriundas das escolas, o Projeto tem conseguido realizar os encontros apenas com os estudantes e professores, sendo que com estes, ocorre apenas uma reunião de apresentação, sem maiores aprofundamentos ou orientações no sentido de como trabalhar a continuidade daquilo que os Gestores conversam em sala de aula. Tal percepção ficou bem explícita na *fala* dos professores que demonstram sentir necessidade de maiores informações para a realização dos trabalhos com os estudantes. Assim, como todos os problemas que um projeto enfrenta não se pode apontar a falta de capacitação dos professores para lidar com os assuntos propostos somente aos responsáveis pelo Projeto, tendo em vista que, admitem aqueles muitas vezes não ter tempo para se dedicar melhor ao mesmo, pois, têm eles, que cumprir o cronograma do ano letivo, corrigir provas, separar brigas, entre tantas outras questões da rotina escolar.

Em relação aos encontros com os familiares e a comunidade, também se percebeu muitos obstáculos à realização destes. Muitos pais, apenas vão até a escola quando o filho já está envolvido em um conflito, isso, quando aparecem, pois muitas vezes, são chamados e não comparecem, segundo colocação dos próprios educadores. A comunidade também não se faz muito presente, mesmo quando

chamada no sentido de resolver problemas que lhe são afetos. Parte deste posicionamento parece vir do fato de que alguns não possuem filho na escola e por isso, entendem que não tem nada a ver com aquele ambiente e outros porque não querem se envolver.

Neste sentido, resta ao Projeto a árdua tarefa de *apagar incêndio*, pois o mesmo só conseguirá cumprir suas funções preventivas se houver continuidade e participação da comunidade em geral no seu processo, bem como a transversalidade com questões pertinentes à satisfação de direitos sociais fundamentais, à qualidade de vida no ambiente comunitário. Mesmo porque, conforme foi possível perceber com auxílio de outros dois princípios de complexidade, o do circuito retroativo e o recursivo (MORIN, 2001), a violência existente nos espaços de atuação do Projeto é retroativa e recursiva sendo que, sob este aspecto, prevenir a ocorrência de sua (re)produção, passa pela realização de ações destinadas a todo contexto comunitário eivado de hostilidades.

Assim, o Princípio recursivo ajudou na percepção de que a promoção de uma cultura de paz pode permear os mesmos caminhos que a (re)produção de uma cultura de violência vem tendo na comunidade, no entanto, pelo viés da positividade, valorização do ser humano e aumento de sua autoestima. Sob este aspecto, a construção da paz nestes ambientes, está diretamente ligada à ideia de desconstrução da violência a partir de uma auto-eco-organização (MORIN, 2001) que os sujeitos possam fazer de suas condutas.

Neste sentido, outra importante circunstância a ser enfrentada dentro da perspectiva de eficácia do Projeto se dá em relação à construção de mecanismos próprios de monitoramento e avaliação. Atualmente o Projeto conta com um único instrumento de controle de suas ações que é o *Portal de Gestão*³⁴ da Prefeitura Municipal, no entanto os dados lançados neste não possuem indicadores da redução da violência nos espaços trabalhados, pois quando o levantamento das ocorrências escolares é feito, se dá previamente a realização dos trabalhos, não havendo retorno posterior para verificar se ocorreram reduções nas situações de

³⁴ Maiores informações: <www.portoalegre.rs.gov.br/portalgestao>.

conflito. Tal circunstância é atribuída pelos Gestores a falta de recursos humanos para realização desta tarefa, vez que, necessita de pessoas exclusivamente destinadas a essa função, que não é possível de ser acumulada com tantas outras que a equipe do NAP já executa.

A carência de recursos humanos ou financeiros para a realização de Projetos na área social não é novidade para as pessoas que atuam nesta e que usam mais do que criatividade para o enfrentamento aos problemas sociais com os quais se deparam diariamente. No entanto, o que não pode de forma alguma continuar ocorrendo é a descontinuidade e/ou ausência na qualidade de Projetos que visem promover e garantir direitos sociais como aqueles preconizados em nossa carta Maior³⁵, entre eles, a segurança pública. Neste sentido, o aspecto *embrionário* que o Projeto *Dois Caminhos, uma Escolha*, apresenta, ainda, em relação a algumas questões, não descaracteriza o mesmo enquanto uma Política Social de prevenção da violência, pois, é destinado a partir de suas atividades a promover e garantir a segurança pública como um direito social.

No entanto, importante lembrar que nenhuma Política Social é possível de se efetivar sem que possua em suas diretrizes a satisfação a outros direitos sociais como a saúde, a educação, o trabalho, o lazer, a moradia, entre outros. Neste sentido, o Projeto *Dois Caminhos, uma Escolha*, cumpre de certa forma essa função, quando através de sua proximidade com a comunidade, tem conhecimento de suas demandas nestas outras áreas e faz o encaminhamento dessas as secretarias competentes para o atendimento às mesmas. Entretanto, também é necessário que as demandas levadas a outras instâncias do poder público, possam ser resolvidas por este, fazendo a Administração Pública do município em geral, a sua parte.

Assim, a transversalidade em relação às ações de prevenção da violência em Porto Alegre, precisa ser uma via de mão dupla, rompendo com as tradicionais formas de realização das políticas públicas, conforme presenciamos em nosso país. Diante deste contexto, o protagonismo da Guarda Municipal através do Projeto e também do Programa *Vizinhança Segura*, parece estar se aproximando cada vez

³⁵ Constituição Federal, artigo 6º.

mais de um modelo de *policciamento comunitário* - resguardados seus limites legais de atuação-, que se fundamenta na perspectiva de parcerias entre a Sociedade e o Estado em busca de uma segurança pública de natureza cidadã, que tanto necessitamos.

Neste contexto, as análises realizadas em relação ao Projeto, de acordo com as considerações anteriormente realizadas, tornaram possível responder ao problema de pesquisa e as questões norteadoras propostas, satisfazendo, assim, o objetivo geral e específicos do presente trabalho, a partir da compreensão sobre os significados e impactos que o Projeto produz em seus destinatários, bem como: a) análise da metodologia do Projeto; b) descrição sobre as diferentes percepções dos diversos atores envolvidos na execução do Projeto em relação a sua metodologia; c) descrição dos resultados que essa modalidade de prevenção obtém em relação aos jovens, em suas relações interpessoais e as contribuições em termos de prevenção na comunidade; d) análise dos diferentes recursos humanos e materiais utilizados pelo Projeto.

Assim, as expectativas que restam da elaboração deste trabalho de dissertação, *caminham* em direção às contribuições que o mesmo possa dar, não só em relação ao Projeto *Dois Caminhos, uma Escolha*, mas a qualquer outro que se lance ao incessante desafio de diminuir as vulnerabilidades a que somos expostos diariamente, a partir de uma trajetória de construção de uma cultura de paz. Nossos jovens, tão imersos numa modernidade líquida, em meio a tantas inseguranças e intranquilidades (BAUMAN, 2001) que cada vez mais escoam pelos caminhos da incerteza, necessitam de muitas outras iniciativas preventivas como essa que os façam acreditar em outras possibilidades de vida e os retire da permanente sujeição aos *riscos da rua*, que tanto tem vitimado nossas *juventudes* na contemporaneidade.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam. **Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina**: desafios para políticas públicas. Brasília: UNESCO, BID, 2002.

ADORNO, Sérgio. **Ética e Violência: Adolescentes, Crimes e Violência**. In: **Juventude em Debate**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

ARBLASTER, A. Violência. In: OUTHWAITE, W.; BOTTOMORE, T. **Dicionário do Pensamento Social do Século XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, p.803-805, 1996.

ARIÉS, P. **História social da criança e da família**. Tradução de Dora Flaksman. 2. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1981.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e Ambivalência**. Tradução Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

_____. **Modernidade Líquida**. Tradução Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

_____. **Amor Líquido**: Sobre a fragilidade das relações humanas. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

_____. **Vidas Desperdiçadas**. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

_____. **Medo Líquido**. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

_____. **Confiança e medo na cidade**. Tradução Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Tradução Fernando Tomaz. 2. ed. Rio de Janeiro, Brestand Brasil, 1998.

_____. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. 3. ed. campinas: Papyrus, 2001.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 05 ago. 2011 às 15h13min.

_____. Estatuto da Criança e do Adolescente. **Lei 8069/90**. Centro de Apoio Operacional da infância e da Juventude. Porto Alegre: Ministério Público do Rio Grande do Sul, Procuradoria Geral de Justiça, 2010.

_____. **CONJUVE**: Guia de Políticas Públicas de Juventude. Brasília: Secretaria Geral da Presidência da República, 2006.

_____. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública/SENASP. **Matriz Curricular para Guardas Municipais Para Formação em Segurança Pública**, Brasília, 2007.

_____. **Lei n.º 10.741, de 18 de agosto de 2009**. Dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio de 2010 a 2013 e dá outras providências. 2009. Disponível em: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/portal_pmpa_novo/>.

_____. **Programa de Redução da Violência Letal contra Adolescentes e Jovens – PRVL**. Disponível em: <www.prvl.org.br>.

CHAUÍ, M. Uma ideologia Perversa: explicações para violência impedem que a violência real se torne compreensível. In: **Folha de São Paulo**, 14 de março de 1999 (Caderno Mais!, p.3-5).

COSTA, Anderson Cristiano da. **A crise da família na contemporaneidade**. 2011. Santo Antônio do Monte: PsiVida. Disponível em: <http://www.psividaonline.com/2011/09/crise-da-familia-na-contemporaneidade_07.html>. Acesso em: 20 jul. 2012.

DAL BELLO, Marília Gonçalves; PAULILO, Maria Ângela Silveira. Jovens no contexto contemporâneo: Vulnerabilidade, risco e violência. In **Serviço Social em Revista**, v.4, n.2, Jan./Jun. 2002. Universidade Estadual de Londrina – PR.

DICIONÁRIO PRIBERAM DA LÍNGUA PORTUGUESA. Disponível em: <<http://www.priberam.pt/dlpo/>>. Acesso em: 05 ago. 2011 às 15h23min.

DICK, H. Discursos à Beira dos Sinos - A emergência de novos valores na juventude: o caso de São Leopoldo. **Impressos Portão**, Cadernos IHU, a.4, n.18, 2006.

FUNDAÇÃO de Apoio Socioeducativo do Estado RS. Disponível em: <www.fase.rs.gov.br>.

FUNDAÇÃO Assistência Social e Comunitária – FASC/POÁ. Disponível em: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/fasc/default.php?p_secao=73>. Acesso em: 27 jul. 2012.

GARLAND, David. **A cultura do controle**: crime e ordem social na sociedade contemporânea. Tradução de André Nascimento. Rio de Janeiro: Revan, 2008.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 2008.

JEOLÁS, Leila Sollberger; PAULILO, Maria Angela Silveira; e CAPELO, Maria Regina Clivat Capelo (orgs.). **Juventudes, desigualdades e diversidades**: estudos e pesquisas. Londrina: Eduel, 2007.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O Desafio do Conhecimento**: pesquisa Qualitativa em Saúde. 9. ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

MORAES, Roque. **Análise Textual discursiva**. Ijuí: UNIJUÍ, 2007.

MORIN, Edgar. **O método**. v.2. Vida da Vida. Porto Alegre: Sulina, 2001.

_____. **Ciência com consciência**. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

NOVAES, R.C. R. Prefácio. In. CASTRO, J. A. de; AQUINO, L. M. C. de; ANDRADE, C. C. de (orgs.). **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Brasília: IPEA, 2009. p. 13-22.

OLIVEIRA, Ariana Bazzano. **Serviço Social em Revista**: Direitos Humanos e Cultura de Paz. v.8, n.2. Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual de Londrina/PR. jan./jun. 2006. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c-v8n2.htm>>. Acesso em: 05 jun. 2012.

PEREIRA, Potyara A. P. **Política Social: temas & questões**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

POCHMANN, Marcio. Juventude em busca de novos caminhos no Brasil. In: **Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

ROESE, Mauro. **Cadernos de Sociologia: a metodologia do estudo de caso**. Programa de Pós-Graduação em Sociologia, v.9, 1998. PPGS/UFRGS. Porto Alegre.

SALES, Mione Apolinario. **(In)visibilidade Perversa: adolescentes infratores como metáfora da violência**. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Roselani Maria Sodré da. **A Política Nacional de Juventude e o Desafio de Promover a participação: um estudo sobre o Programa Jovem Aprendiz do SENAC Pelotas**. 2011. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Política Social) - Universidade Católica de Pelotas/RS, Pelotas. 2011.

SOARES, Andréia Rodrigues. **A experiência da Guarda Municipal no cotidiano das Escolas da rede municipal de Porto Alegre**. 2009. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Gestão da Segurança Pública na Sociedade Democrática) Universidade Luterana do Brasil, Canoas, 2009.

SOARES, Luiz Eduardo. **Juventude e Violência no Brasil Contemporâneo**. In: **Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

_____; GUINDANI, Mirian. Porto Alegre: relato de uma experiência". In SENTO-SÉ, João Trajano. **Prevenção da violência: o papel das cidades**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

WAISELFISZ, Júlio Jacob. **Mapa da Violência 2010: Anatomia dos homicídios no Brasil**. São Paulo: Instituto Sangari, 2010.

_____. **Mapa da Violência 2011: Jovens do Brasil**. Instituto Sangari. São Paulo/SP. 2011. Disponível em: <www.mapadaviolencia.org.br>.

WILLADINO, Raquel et al. (orgs.). **Prevenção à violência e redução de homicídios de adolescentes e jovens no Brasil**. Rio de Janeiro: Observatório de Favelas, 2011.

YOUNG, Jock. **A sociedade excludente**: exclusão social, criminalidade e diferença na modernidade recente. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Revan: Instituto Carioca de Criminologia, 2002. (Pensamento criminológico, 7).

ZALUAR, Alba. **Integração Perversa**: Pobreza e Tráfico de Drogas. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

APÊNDICES

APÊNDICE A



**UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS, ECONÔMICAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL
MESTRADO EM POLÍTICA SOCIAL**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título da Pesquisa - Os caminhos para uma escolha:

As ambivalências de um projeto de prevenção à violência contra jovens no município de Porto Alegre.

1. Justificativa e objetivos da Pesquisa:

A violência seja ela sofrida ou praticada por jovens é tema que se torna cada vez mais debatido conquistando cada vez mais espaço na agenda pública, tanto quando o assunto é redução da maioria penal quanto políticas de proteção e prevenção da violência contra jovens.

O presente trabalho de pesquisa e Dissertação se propõe ao acompanhamento e reflexões sobre as ações de prevenção a violência desenvolvidas pelo Núcleo de Ações Preventivas da Guarda Municipal de Porto Alegre, realizadas através de um projeto, denominado “Dois Caminhos, uma escolha”, executado nas escolas municipais de alguns bairros do município onde encontramos jovens em situações de vulnerabilidade social.

O objetivo desta pesquisa é compreender os significados e impactos de uma política social de prevenção à violência destinada aos jovens no município de Porto Alegre/RS, a partir da interação com gestores e destinatários do Projeto “Dois Caminhos, uma Escolha” de iniciativa da Guarda Municipal. A partir dos resultados obtidos pretende-se, entre outras questões, contribuir para o aperfeiçoamento e ampliação dos trabalhos realizados adequando-os as expectativas dos destinatários do projeto e as necessidades da comunidade.

1. Contribuição na pesquisa

As suas respostas e impressões sobre o projeto pesquisado – “Dois caminhos, uma escolha” é muito importante para a compreensão dos impactos e significados deste em relação à prevenção da violência. Ao responder as questões/entrevista, você estará contribuindo com a pesquisa, expressando suas experiências, vivências e histórias, bem como sua reflexão sobre o tema estudado.

2. Garantias aos sujeitos da pesquisa

A pesquisadora se compromete com as seguintes garantias aos sujeitos da pesquisa:

a) prestar todo e qualquer esclarecimento acerca da pesquisa, em qualquer momento de sua ocorrência.

b) manter o sigilo sobre a identidade do sujeito da pesquisa. Assim, na divulgação dos resultados, eventuais transcrições de trechos das entrevistas ou das conversas realizadas nas técnicas de Grupo de Foco terão a fonte indicada somente por nomes fictícios ou números em relação a dados que não permitam que sua identidade seja revelada.

c) admitir que o sujeito da pesquisa se retire da mesma em qualquer fase dos procedimentos de coleta de dados.

Eu, _____
(entrevistado participante), _____, com autorização do meu responsável legal _____, fui informado (a) dos objetivos da pesquisa acima de maneira clara e detalhada. Recebi as informações a respeito da pesquisa e esclareci minhas dúvidas. Sei que em qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão se assim desejar. A mestranda e pesquisadora Consuelo da Rosa e Garcia certificou-me de que todos os dados desta pesquisa serão confidenciais e terei liberdade de retirar meu consentimento de participação na pesquisa, em face destas informações.

Caso tiver qualquer pergunta sobre este estudo, sobre os meus direitos como participante desta pesquisa ou se penso que fui prejudicado (a) pela minha participação, posso contatar a pesquisadora pelo e-mail consurgarcia@hotmail.com

ou através do telefone (51) 92688591 ou seu orientador Prof. Dr. Luiz Antônio Bogo Chies, através do email: labchies@uol.com.br

Declaro que recebi cópia do presente termo de Consentimento.

_____/_____/_____
Assinatura do Participante Nome Data

_____/_____/_____
Assinatura do responsável
do participante Nome Data

_____/_____/_____
Assinatura do Pesquisador Nome Data

APÊNDICE B



UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS, ECONÔMICAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS - GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL
MESTRADO EM POLÍTICA SOCIAL

Título da Pesquisa - Os caminhos para uma escolha:
 As ambivalências de um projeto de prevenção à violência contra jovens no
 município de Porto Alegre.

Mestranda: Consuelo da Rosa e Garcia

Orientador: Prof. Dr. Luiz Antônio Bogo Chies

Data: _____ **aplicação:** _____ **Identificador nº:** _____
Estabelecimento de ensino: (Código identificador) _____

INSTRUMENTO DE PESQUISA APLICADO AOS JOVENS

1 PERFIL DO JOVEM

1.1. Sexo: () feminino () masculino

1.2. Qual sua idade? _____

1.3. Você mora com seus pais? (pode ser apenas um dos pais) () sim () não
 (Se sim e for apenas com um dos pais, por favor, indique qual deles). _____.

1.4 Se você não mora com seus pais, com quem você reside? _____.

1.5 Você tem irmãos? () sim () Não. Quantos? _____. Qual a idade de seus
 irmãos? _____.

1.6. Quantas pessoas residem no mesmo local junto com você? _____. Quem são
 essas pessoas? _____.

1.7. Qual a escolaridade/profissão de seu pai? _____.

1.8. Qual a escolaridade/profissão de sua mãe? _____.

1.9. Qual profissão você deseja seguir? _____.

1.10. Como você se identifica em termos de raça ou cor?

() branco () negro () amarelo () indígena () outra. Qual? _____.

2. ATIVIDADES PREFERIDAS

2.1. O que você mais gosta de fazer quando não está na escola? _____

2.2. Quais os principais meios que você utiliza para se manter informado e para lazer. (marque apenas dois itens em cada coluna).

Meio de comunicação	Informação	Lazer
2.2.1 TV		
2.2.2 Rádio		
2.2.3 Jornal		
2.2.4 Revista		
2.2.5 Internet (chat, orkut)		
2.2.6 outro		
2.2.7 nenhum		

2.3. Para você qual a melhor coisa em ser jovem? (MARQUE APENAS UMA ALTERNATIVA)

() poder aproveitar/curtir a vida; () não ter responsabilidades;

() namorar; () poder estudar;

() ser livre; () ter um futuro pela frente;

() Outra.Qual? _____

2.4. Para você qual a pior coisa em ser jovem? (MARQUE APENAS UMA ALTERNATIVA)

() o controle dos pais () não poder se sustentar sozinho;

() o desemprego; () a influência das más companhias;

() não sei.

() outra.Qual? _____

2.5. Você pratica algum esporte? () Sim () não

2.6. Qual esporte você pratica? _____

2.7. Qual o tipo de lazer seu bairro oferece? _____

2.8. Qual a situação das áreas de lazer em sua comunidade?

() boa () ruim () regular

2.9. Você costuma sair a noite em bares, boates? () sim () não

2.10 Com que frequência você sai para festas noturnas? _____

2.11. Que tipo de festa você curte? _____

2.12. Quais as atividades culturais sua comunidade oferece? _____

3. POLÍTICA

3.1. Você vota? () sim () não. Se não vota, qual o motivo? _____

3.2. Se o voto não fosse obrigatório você votaria? () sim () não

3.3. Das organizações e movimentos abaixo indicados, marque aqueles que você participa ou já participou, e se gostaria, ou não, de participar.

	Participa ou Já participou	Gostaria de Participar
3.3.1 Movimento estudantil	a. () sim b. () não	a. () sim b. () não
3.3.2 Grupos ou movimentos vinculados a Igreja	a. () sim b. () não	a. () sim b. () não
3.3.3 Movimento ecológico/ambientalista	a. () sim b. () não	a. () sim b. () não
3.3.4 Partido Político	a. () sim b. () não	a. () sim b. () não
3.3.5 Voluntário em ONGs	a. () sim b. () não	a. () sim b. () não
3.3.6 Trabalho comunitário	a. () sim b. () não	a. () sim b. () não
3.3.7 Outra.Qual?	a. () sim b. () não	a. () sim b. () não

3.4 Para você quais são os DOIS PRINCIPAIS problemas de Porto Alegre? (marque apenas duas alternativas)

() desigualdade social () má administração pública
 () fome/miséria () violência
 () dificuldades no ensino público/educação () dificuldades na saúde
 () desemprego () o tráfico de droga
 () o consumo de droga () não tem problemas
 () não sei () outro.Qual? _____

3.5 Para você quais são os DOIS PRINCIPAIS problemas vivenciados em seu bairro/comunidade? (marque apenas duas alternativas)

- | | |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> desigualdade social | <input type="checkbox"/> má administração pública |
| <input type="checkbox"/> fome/miséria | <input type="checkbox"/> violência |
| <input type="checkbox"/> dificuldades no ensino público/educação | <input type="checkbox"/> dificuldades na saúde |
| <input type="checkbox"/> desemprego | <input type="checkbox"/> falta de policiamento |
| <input type="checkbox"/> dificuldade de acesso aos serviços públicos oferecidos | |
| <input type="checkbox"/> falta de áreas de lazer | <input type="checkbox"/> O tráfico de droga |
| <input type="checkbox"/> o consumo de droga | <input type="checkbox"/> Outro.Qual? _____ |
| <input type="checkbox"/> não tem problemas | <input type="checkbox"/> não sei |

3.6 Em sua opinião, quais das Instituições abaixo relacionadas você confia mais? (Marque com um x considerando o seu grau de confiança em cada uma delas)

	Desconfia totalmente	Confia pouco	Confia muito	Confia totalmente	Indiferente
3.6.1 Igreja e religiões em geral					
3.6.2 Associação de Moradores					
3.6.3 Organização de Jovens					
3.6.4 Movimentos Sociais					
3.6.5 Família					
3.6.6 Empresários					
3.6.7 Partidos Políticos					
3.6.8 Meios de comunicação (TV, rádio, internet,...)					
3.6.9 Prefeitura Municipal					
3.6.10 Escola					
3.6.11 Guarda Municipal					
3.6.12 Polícia militar					
3.6.13 Polícia Civil					
3.6.14 Ministério Público					
3.6.15 Defensoria Pública					
3.6.16 Poder Judiciário					
3.6.17 Governo do Estado e presidência da República					
3.6.18 Câmara de Vereadores, Assembléia Legislativa, Câmara dos Deputados e Senado Federal.					

4. VIOLÊNCIA

4.1 Marque com um x em cada uma das situações abaixo relacionadas valorando o grau de revolta que lhe causam.

	Muita revolta	Pouca revolta	Indiferente
4.1.1 Policia matar bandido			
4.1.2 Bandido matar policial			
4.1.3 Corrupção dos políticos			
4.1.4 Dirigir bêbado			
4.1.5 Violência familiar			
4.1.6 Ter preconceito de cor			
4.1.7 Agredir homossexuais			
4.1.8 Fazer justiça com as próprias mãos			
4.1.9 aluno agredir professor			

4.2 Você já foi vítima de algum tipo de violência? () sim () não

4.3 Você já foi autor de algum tipo de violência? () sim () não

4.4 Você já se envolveu ou presenciou alguma situação de violência em seu ambiente familiar? () sim () não

4.5 Você já se envolveu ou presenciou alguma situação de violência em seu ambiente escolar? () sim () não

4.6 Você já sofreu agressão física ou moral por parte da policia? () sim () não

4.7 Em sua opinião quem PRATICA mais violência? () jovens () adultos

4.8 Em sua opinião quem é mais VITIMA de violência? () jovens () adultos

4.9 Onde você convive mais com a violência? (MARQUE APENAS UMA ALTERNATIVA)

() perto de casa

() na escola

() nas ruas

() nos bailes/boates/festas

() nos ônibus/trem

() nos estádios de futebol

() não convivo com a violência

() outro: _____

() não sei

4.10 Na sua opinião qual a principal causa da violência no município de Porto Alegre? (MARQUE APENAS UMA ALTERNATIVA)

() a pobreza; os baixos salários

() baixa escolaridade; falta de educação

- a violência na televisão a falta de estrutura ou apoio familiar
 o tráfico de drogas
 a violência da polícia e/ou corrupção policial
 o consumo de drogas outro. qual? _____
 não sei

4.11 Qual a principal forma de violência vivenciada em seu bairro/comunidade? (INDIQUE APENAS UMA) _____.

4.12 Das formas de violência relacionadas abaixo, qual você tem mais medo de ser vítima? (MARQUE APENAS UMA ALTERNATIVA)

- roubo (assalto com violência) ser atingido por bala perdida
 violência policial acidente de trânsito
 estupro ter bens danificados
 ser espancado ser assassinado
 outro. qual? _____ não sei

5 SOBRE O PROJETO

5.1 Em relação ao vídeo apresentado “Jovens em conflito com a lei”, responda as questões que seguem:

5.1.1 Você já conhecia a realidade apresentada na reportagem?

- sim não Se sim, como? _____

5.1.2 Você achou impactante a realidade dos jovens infratores mostrada pela reportagem? sim não indiferente

5.1.3 Na sua opinião se um jovem tiver conhecimento das consequências que o cometimento de um ato violento/infracional pode ocasionar, poderá ele deixar de realizar a conduta, ou seja, saber que, se praticar uma violência ou um crime será encaminhado para um local igual ou pior que o mostrado na reportagem pode funcionar como meio de prevenir a violência? sim não

5.1.4 Qual foi a primeira coisa que você pensou quando iniciou a assistir ao vídeo “jovens em conflito com a lei” apresentado no primeiro encontro? _____

5.2 Você já conhecia o projeto “Dois caminhos, uma escolha”? sim não

5.3 Na sua escola tem Guarda Municipal? sim não

5.4 Qual foi a primeira coisa que você pensou quando entrou na sala e viu os Guardas Municipais? _____

5.5 O que você acha dos encontros com os Guardas Municipais e dos assuntos que eles trazem para conversar com vocês? _____

5.6 Você CONHECIA os seus direitos e deveres enquanto jovem? () sim () não

5.7 Em relação ao material apresentado sobre pichação, responda:

5.7.1. Você considera pichação um ato de vandalismo e, portanto uma violência com a sua comunidade? () sim () não. Por quê? _____

5.7.2. As imagens apresentadas no material trabalhado sobre pichação, onde aparece uma cidade limpa e a outra totalmente pichada possuem algum significado para você?() sim () não. Por quê? _____

5.7.3 Você alguma vez já fez pichação ou praticou algum ato de vandalismo contra o patrimônio? () sim () não

5.8 Em relação ao material apresentado sobre drogadição, responda:

5.8.1. Que imagem mais chamou sua atenção?Por quê?

5.8.2. Você já experimentou algum tipo de droga lícita (permitida: cigarro, bebida,...) ou ilícita (proibida: maconha, cocaína, crack,...) ? () sim () não.

Qual?_____.

5.8.3 Você tem algum amigo ou conhecido que usa drogas? () sim () não.

5.8.4. Agora que você já sabe os efeitos que a droga causa em seu organismo e em suas relações sociais, mesmo assim, se lhe oferecessem qualquer uma das substâncias mostradas pelos Guardas, você experimentaria? () sim () não.

5.9 Como você pretende utilizar as informações repassadas pelos Guardas Municipais nos encontros realizados com o grupo para ajudar na prevenção da violência junto a sua comunidade? _____

5.10. Você é a favor da redução da maioria penal?

() sim () não Por quê? _____

5.11. A partir dos assuntos conversados nos encontros com os Guardas Municipais, cite três situações que te chamaram a atenção e que podem ajudar na prevenção da violência.

5.11.1 _____
Por quê? _____

5.11.2 _____
Por quê? _____

5.11.3 _____
Por quê? _____

5.12 O que você achou da forma como o projeto foi trabalhado com o grupo?

() ótima () boa () regular () ruim () péssima

5.13 Que outras formas de trabalhar a prevenção da violência você sugere ao projeto “Dois caminhos, uma escolha”? _____

5.14 Utilize esse espaço, SE QUISER, para manifestar algo que desejar e não tiver sido abordado nas questões anteriores.

APÊNDICE C**UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS, ECONÔMICAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL
MESTRADO EM POLÍTICA SOCIAL**

Título da Pesquisa - Os caminhos para uma escolha:
As ambivalências de um projeto de prevenção à violência contra jovens no
município de Porto Alegre.

Mestranda: Consuelo da Rosa e Garcia

Orientador: Prof. Dr. Luiz Antônio Bogo Chies

Data aplicação:

Identificador nº:

ROTEIRO SEMIESTRUTURADO PARA ENTREVISTA COM PROFESSORES**QUESTÕES:**

- 1) Qual a sua percepção sobre a violência?
- 2) Como você percebe a violência no cotidiano escolar?
- 3) Como você percebe a relação violência e juventude?
- 4) Como você percebe seu papel enquanto educador no enfrentamento a questão da violência?
- 5) Para você o jovem é mais autor ou vítima de violência? Justifique.
- 6) Como você percebe o seu papel enquanto educador no enfrentamento da violência?
- 7) Você conhece o projeto “Dois caminhos, uma escolha”?
- 8) O que você acha da metodologia do projeto?(em relação aos vídeos trabalhados, a possibilidade de estigmatização dos jovens, etc.)
- 9) A via de prevenção escolhida pelos gestores do projeto, em sua opinião, não acaba estigmatizando os jovens participantes do mesmo? a) O

propósito de mostrar as consequências do cometimento de um ato infracional aos jovens, em sua opinião, tem o propósito de protegê-los ou intimidá-los? **b)** Apenas um dos materiais é utilizado no sentido de mostrar as oportunidades que os jovens têm de estudo e trabalho em sua comunidade ou município e, assim sendo, em sua opinião, o projeto “Dois caminhos, uma escolha” pretende prevenir a violência de quem ou ainda, prevenir a violência em relação a quem?

- 10) O “projeto Dois Caminhos, uma escolha” é executado pela Guarda Municipal e por tal razão os palestrantes usam uniformes “policiais” perante os jovens, circunstância em relação a qual foi possível notar certa reação inicial de estranhamento por parte destes. Neste sentido, em sua opinião, quais os aspectos positivos e negativos dessa forma de se posicionar perante os jovens?
- 11) Como os professores estão fazendo a sua parte dentro da proposta de transdisciplinariedade do projeto em relação à continuidade do mesmo com a realização de trabalhos com os alunos em sala de aula?
- 12) Você percebeu alguma mudança de comportamento dos jovens em relação a indisciplina/violência no ambiente escolar após a realização do projeto na escola?
- 13) Em sua opinião de que forma podemos prevenir à violência, especialmente entre os jovens? Que sugestões você, enquanto educadora, tem a dar ao projeto “Dois caminhos, uma escolha”, no sentido de ações para prevenção à violência?
- 14) Você é a favor da redução da maioridade penal?

APÊNDICE D**UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS, ECONÔMICAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL
MESTRADO EM POLÍTICA SOCIAL**

Título da Pesquisa - Os caminhos para uma escolha:
As ambivalências de um projeto de prevenção à violência contra jovens no
município de Porto Alegre.

Mestranda: Consuelo da Rosa e Garcia

Orientador: Prof. Dr. Luiz Antônio Bogo Chies

Data aplicação:

Identificador nº:

ROTEIRO SEMIESTRUTURADO PARA ENTREVISTA COM GESTORES**QUESTÕES**

- 1) Quantos anos você tem de Guarda Municipal?
- 2) O que você entende por violência?
- 3) Como você percebe a violência em seu dia a dia?
- 4) Como você percebe a relação violência e juventude?
- 5) Em sua opinião qual a melhor idade para prevenir a violência?
- 6) O NAP possui algum projeto executado para jovens acima de 18 anos?
- 7) Como você percebe seu papel enquanto gestor no enfrentamento a questão da violência?
- 8) Para você o jovem é mais autor ou vítima de atos violentos? Justifique.
- 9) Comente as razões que levaram a adoção da metodologia de trabalho do “Projeto Dois caminhos, uma escolha” com os jovens?(em relação aos vídeos, a possibilidade de estigmatização dos jovens, etc.)

- 10)A via de prevenção escolhida pelo projeto, que tem como objetivo principal mostrar as consequências do cometimento de um ato infracional aos jovens, em sua opinião, tem o propósito de protegê-los ou intimidá-los? 10.1) Anteriormente, em 2010, o Projeto possuía em um dos seus materiais exemplos de oportunidades que os jovens possuíam de estudo e trabalho em sua comunidade ou município. Por que esse material foi retirado das apresentações no ano de 2011/2012? 10.2) De acordo com a forma que o Projeto é executado, em sua opinião ele pretende prevenir a violência de quem ou ainda prevenir a violência em relação a quem? Ou seja, a prevenção a violência pretendida pelo Projeto é em relação a violência praticada contra o jovem ou aquela que o jovem pode vir a praticar contra a sociedade?
- 11) O Projeto “Dois caminhos, uma escolha” é executado pela Guarda Municipal e por tal razão os palestrantes usam uniformes “policiais” perante os jovens, circunstância em relação a qual foi possível notar certa reação de estranhamento por parte destes. Neste sentido, qual a pretensão dos gestores ao adotar essa postura?11.1) Como vocês acham que seria realizar o mesmo trabalho sem o uso da farda?11.2) Quais os aspectos positivos e negativos dessa forma de se posicionar perante os jovens?
- 12)Como os professores estão fazendo a sua parte dentro da proposta de transdisciplinariedade do projeto em relação a continuidade do mesmo com a realização de trabalhos com os alunos em sala de aula?
- 13)Você percebeu alguma mudança de comportamento dos jovens em relação a indisciplina/violência após a realização do projeto na escola?
- 14) Comente sobre avanços e dificuldades no projeto desde sua implementação até os dias atuais e quais as perspectivas para o próximo ano?
- 15) Você é a favor da redução da maioria penal? Justifique.

APÊNDICE E



**CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS, ECONÔMICAS E SOCIAIS
UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL
MESTRADO EM POLÍTICA SOCIAL**

Título da Pesquisa - Os caminhos para uma escolha:
As ambivalências de um projeto de prevenção à violência contra jovens no
município de Porto Alegre.

Mestranda: Consuelo da Rosa e Garcia

Orientador: Prof. Dr. Luiz Antônio Bogo Chies

Data aplicação:

Identificador nº:

ROTEIRO SEMIESTRUTURADO PARA GRUPO FOCAL COM JOVENS

- 1) O que é violência para vocês?
- 2) Como vocês percebem a violência no seu dia a dia, seja na escola, na rua?
- 3) Como vocês percebem a relação violência e juventude?
- 4) Como vocês percebem seu papel enquanto jovens no enfrentamento a questão da violência?
- 5) Para vocês o jovem é mais autor ou vítima de atos violentos? Justifique.
- 6) O que vocês acharam do trabalho realizado pelos guardas municipais em sala de aula?(em relação aos vídeos, os assuntos abordados, etc...)
- 7) **a)** A via de prevenção escolhida pelos gestores do projeto tem o propósito de mostrar as consequências do cometimento de um ato infracional aos jovens. Na opinião de vocês, qual o objetivo dos Guardas Municipais ao fazer isso? **b)** Apenas um dos materiais é utilizado no sentido de mostrar as oportunidades que os jovens têm de estudo e trabalho em sua comunidade ou município e, assim sendo, na opinião de vocês, o projeto “Dois

caminhos, uma escolha” pretende prevenir a violência de quem ou ainda, prevenir a violência em relação a quem?

- 8) O “projeto Dois Caminhos, uma escolha” é executado pela Guarda Municipal e por tal razão os palestrantes usam uniformes “policiais”. Qual foi a reação de vocês ao ingressar na sala e se deparar com os guardas, o que passou pela sua cabeça naquele primeiro momento? E hoje, qual a sua visão sobre a Guarda Municipal?
- 9) Além das palestras com os guardas que outras atividades envolvendo a questão da prevenção à violência vocês trabalharam na escola?
- 10) Os professores deram continuidade aos assuntos trazidos pelos Guardas?
- 11) Vocês conhecem seus direitos e deveres enquanto jovem?
- 12) O Projeto ajudou vocês a repensar a forma de comportamento na escola, em casa, com o colega?
- 13) Que outras sugestões de prevenção à violência você gostaria de dar ao projeto “Dois caminhos, uma escolha”?
- 14) Vocês são a favor da redução da maioria penal?

APÊNDICE F



CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS, ECONÔMICAS E SOCIAIS
UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS
MESTRADO EM POLÍTICA SOCIAL

Porto Alegre, 22 de julho de 2011.

Ilmo. Senhor Nereu D'Avila

Secretário Municipal de Direitos Humanos e Segurança Urbana- SMDHSU

Venho por meio desta, na condição de Mestranda do Programa de Pós Graduação em Política Social da Universidade Católica de Pelotas, manifestar o interesse em acompanhar as atividades do Projeto "Dois Caminhos, uma escolha" executado pelo Núcleo de Ações Preventivas da Guarda Municipal que compõem a secretaria de sua titularidade, para fins de levantamento de dados para pesquisa e dissertação sobre **POLÍTICAS SOCIAIS PÚBLICAS DE PREVENÇÃO A VIOLÊNCIA CONTRA JOVENS NO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE/RS.**

No ano de 2009/2010, tive contato com o NAP, como pesquisadora do Programa de Redução da violência Letal contra Adolescentes e Jovens- Programa Nacional executado pelo observatório de Favelas em parceria com a Secretaria Especial de Direitos Humanos, LAV/UERJ e UNICEF- e descobri no projeto "Dois Caminhos, uma Escolha", uma iniciativa de prevenção à violência direcionada aos jovens no município.

Nesse sentido, com vistas à preservação dos critérios éticos relativos às atividades de pesquisa, passo a prestar-lhe as informações que seguem e solicitar seu consentimento para que, através de entrevistas, coleta de dados e participação em grupo de foco, seja possível o acompanhamento das atividades realizadas pelo Núcleo de ações preventivas referentes ao Projeto "Dois Caminhos, uma Escolha".

1) Objetivos:

1.1) Objetivos Gerais:

Compreender os significados e impactos de uma política social de prevenção à violência destinada aos jovens no município de Porto Alegre/RS, a partir da interação com gestores e destinatários do Projeto "Dois Caminhos, uma Escolha" de iniciativa da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Segurança Urbana/Guarda Municipal.

1.2) Objetivos específicos:

- Analisar a metodologia de prevenção à violência desenvolvida pelo projeto;
- Descrever as diferentes percepções dos diversos atores envolvidos na execução do projeto quanto a sua metodologia;
- Entender como essa modalidade de prevenção à violência obtém resultados na comunidade ou nas relações interpessoais dos jovens, contribuindo na prevenção da violência;
- Examinar os diferentes recursos (humanos/materiais) utilizados pelo projeto;
- Contribuir para implementação de outros projetos de prevenção a violência baseados em experiências semelhantes a este na região sul;
- Contribuir para o aperfeiçoamento e ampliação dos trabalhos realizados adequando-os as expectativas dos destinatários do projeto e as necessidades da comunidade.

2) Metodologia da Pesquisa:

Coleta de dados, com gravação magnética ou digital, através de entrevistas individuais e dinâmicas de Grupo, e posterior análise qualitativa dos mesmos.


3)Garantias aos sujeitos da pesquisa:

A pesquisadora se compromete com as seguintes garantias aos sujeitos da pesquisa:

a) prestar todo e qualquer esclarecimento acerca da pesquisa, em qualquer momento de sua ocorrência.

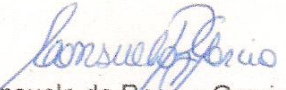
b) manter o sigilo sobre a identidade do sujeito da pesquisa. Assim, na divulgação dos resultados, eventuais transcrições de trechos das entrevistas ou das conversas realizadas nas técnicas de Grupo de Foco terão a fonte indicada somente por nomes fictícios ou números e dados sobre a pena que não permitam que sua identidade seja revelada.

c) admitir que o sujeito da pesquisa se retire da mesma em qualquer fase dos procedimentos de coleta de dados.

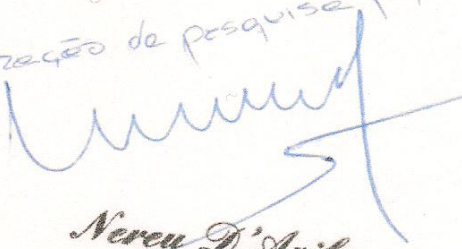


Diante do exposto, solicito vossa autorização para a realização da pesquisa a partir do acompanhamento em campo das atividades da equipe do Núcleo de Ações Preventivas a partir do mês de agosto do corrente ano.

Atenciosamente,


Consuelo da Rosa e Garcia
Mestranda em Política Social

Autorizo a realização da pesquisa pela mestranda,


Nereu D'Avila
Secretário
Secr. Municipal de Direitos
Humanos e Segurança Urbana